

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MARÍLIA SALDANHA DA FONSECA

2006

I

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Autora: Marília Saldanha da Fonseca
Orientador: Prof. Dr. Valério José Arantes**

**Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por
Marília Saldanha da Fonseca e aprovada pela Comissão Julgadora.**

Data: 07 de fevereiro de 2006

Assinatura: _____

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr José Aloyseo Bzuneck

Prof. Dr. Afonso Antonio Machado

Prof.a Dra. Orly Zucatto Mantovani de Assis

Prof.a Dra. Rosely Palermo Brenelli

2006

Para os companheiros de minha vida

NELSON

EVELY e NELSON LUÍS

LÍVIA e TIAGO

por me fazerem crer que

**“não há mudança sem sonho,
como não há sonho sem esperança.”**

Paulo Freire

Meus agradecimentos às pessoas especiais com as quais aprendi que

“Fácil é sonhar todas as noites.

Difícil é lutar por um sonho”.

(Carlos Drummond de Andrade)

Ao Prof. Dr. VALÉRIO JOSÉ ARANTES

pela orientação com autonomia e sensibilidade

Às Prof.a Dra. ELIETE APARECIDA DE GODOY

e Prof.a Dra. JUSSARA CRISTINA BARBOZA TORTELLA

pela confiança e carinho

Aos professores da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

Prof.a Dra. ROSELY PALERMO BRENELLI

Prof. Dr. CÉSAR NUNES

Prof. Dr. LUIZ ENRIQUE AGUILAR

Prof. Dr. VALÉRIO JOSÉ ARANTES

pela competência profissional

Aos idealizadores e companheiros do CENTRO DE ESTUDOS DE DROGAS DA
UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA (CEDUSU)

Madre Chanceler MARIA DE FÁTIMA MARÓN RAMOS

Prof. Dr. AMADEU ROSELLI CRUZ

Dr. MARTIAL MAGALHÃES CÂMARA

pela promoção da cultura de prevenção ao abuso de drogas nas escolas brasileiras

Aos Irmãos Amigos

DENIZE SALDANHA BARBOSA

PEDRO LUIZ DA CRUZ SALDANHA

ROBETO DA CRUZ SALDANHA

pela convivência amorosa

Aos Amigos Irmãos

ANA CLÁUDIA e LUIZ FERNANDO CHAZAN

ANA MARIA ALMARÁZ

EDI RAMOS LIMA MONTEIRO

GISELA PINHEIRO

LÚCIA MARIA TUPINAMBÁ

LYGIA MARIA COSCARELLI PINTO

MAGALI MORAES REGO COSTA

MARIA ANTONIETA A. DE OLIVEIRA

MARIA IGNEZ DA SILVA BRÖD

MARY MEDINA COELI

RENATO SALDANHA BARBOZA

SYLVIA CONSTANT VERGARA

YARA WALL

pela fraterna amizade

Às professoras participantes do

ENCONTRO PEDAGÓGICO SOBRE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NA ESCOLA

pela vivência partilhada

RESUMO

Levantamentos epidemiológicos realizados nos últimos anos comprovam a presença de drogas psicotrópicas nas escolas, assim como, a existência do abuso dessas substâncias entre alunos. Pesquisas apontam para revisões necessárias na formação de educadores, no que tange a práticas de ação preventiva, especialmente, quanto ao consumo de drogas. No Brasil, as investigações em práticas pedagógicas de professores são escassas. O presente estudo, uma pesquisa de campo, de natureza exploratória, teve como objetivo investigar se as atuais práticas docentes em educação preventiva estão coerentes à demanda do abuso de drogas entre estudantes, se não, buscar alternativas para novas práticas preventivas concebidas e organizadas nas condições do contexto existente. Foi realizada uma intervenção pedagógica, denominada Encontro Pedagógico em Prevenção ao Abuso de Drogas na Escola, na Secretaria Municipal de Educação (SME), de uma cidade do Estado de São Paulo, com duração total de trinta horas, em dez encontros diários, durante duas semanas. Participaram da amostra vinte e três professoras do ensino fundamental, em dois grupos de estudo, manhã e tarde. O processo de investigação estruturou-se à luz do paradigma dialético, segundo os seguintes princípios: a) a prática concreta como ponto de partida (tese), b) a compreensão da prática para sua superação (antítese), c) a elaboração de práticas concebidas, organizadas e recriadas em novas condições, como ponto de chegada (síntese). Para registro de dados foram utilizados questionários abertos, observações e depoimentos. Os dados foram analisados qualitativamente, sendo considerados os procedimentos do Método Dialético e da Análise de Conteúdo. Os resultados encontrados na pesquisa constataram que as inconsistentes propostas apresentadas no primeiro momento da intervenção foram se redefinindo cada vez mais, até a formulação de novas alternativas para resolverem situações concretas. É importante enfatizar que uma visão sincrética ascendeu ao nível de síntese, e que essa passagem qualitativa deu-se pela incorporação de referenciais teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática atual das professoras. Alguns resultados interessantes emergiram. No Questionário 1, a divulgação de informações de cunho alarmista foi a solução para a questão da droga; a análise dos resultados no Questionário 2 mostrou não existir registro nesta categoria de resposta. Assim, ao serem comparadas as práticas descritas inicialmente com as propostas de práticas pedagógicas ao final do Encontro foi percebido um salto qualitativo, que se evidenciou em termos de conhecimentos articulados sobre prevenção. Espera-se que os resultados obtidos possam abrir novas perspectivas para a educação preventiva. Embora a intervenção realizada tenha sido de curta duração, acredita-se que resultados encorajadores foram alcançados. Nesse sentido, é essencial que professores recebam formação nessa área para que possam promover a prevenção ao abuso de drogas nas escolas.

1. Educação
2. Formação de Professores
3. Abuso de drogas entre estudantes
4. Prevenção abuso de drogas na escola

ABSTRACT

Epidemiological surveys confirm the existence of psychotropic drugs in schools, as well as the students drug abuse. Research suggests that there is a need for revision in teacher education regarding prevention practices of drug use and abuse. Research concerning pedagogical practices are scarce in Brazil. The present study, an exploratory field research, had the objective to investigate whether such practices are in line with the social context of students' drug abuse. If not, search for methodological alternatives for new preventive practices more suitable to the existing social context and actual needs. A pedagogical intervention, named Pedagogical Meeting in Drug Abuse Prevention in School, was carried out in a Municipal Educational Secretary (SME) of a inner city of São Paulo state. This meeting was thirty hours long which was divided in ten meetings during two weeks. Twenty three basic education teachers attended this meeting. The investigation was based on the dialectic paradigm and centered on the following premises: a) the concrete practice was a starting point (thesis); b) the comprehension of the practice to overcome it (antithesis), and c) the creation and organization of new practices under new conditions an turning point (synthesis). Data was collected through an open-ended- questionnaire, observation, and self-reports and analyzed through content analysis, as well as taking into account the dialectic method procedures. Results showed that the inconsistent proposal presented during the beginning of the pedagogical meeting were redefined up till a formulation of new alternatives of concrete problem solution. It is important to emphasize that there was a change from a syncretism towards a synthesis level which was certainly to the theory and practice background provided during the intervention regarding real problem detected in teachers' practice. Interesting results emerged. In Questionnaire 1, disseminating scaring information about drugs was the proposed solution for the drug abuse prevention. The analysis of the questionnaire 2 revealed no answer in this category. By comparing teachers' pedagogical proposals in the beginning and in the end, the last ones showed a qualitative gain characterized by an organized body of prevention knowledge acquired during the intervention. It is expected the information provided in this study contribute to open new perspectives for preventive education. Although the intervention had a short time duration, it showed promising results. It is essential that teachers be provided with a better formation so that they promote the drug abuse in schools.

1. Education, 2. Teacher formation, 3. Students' drug abuse 4. Drug abuse prevention in school

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	01
2. DROGAS NAS ESCOLAS	09
Drogas: abordagem biopsicossocial	11
Drogas: abuso entre alunos brasileiros	22
3. SAÚDE: bem a ser conquistado	39
Saúde / Doença: concepções e paradigmas	39
Prevenção: componente da saúde	47
4. EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NA ESCOLA	59
Educação Preventiva: delineamento de uma proposta	59
Proposta da Presente Tese:	
Prevenção ao Abuso de Drogas na Prática Docente	70
5. METODOLOGIA	83
Objetivos	85
Procedimentos Metodológicos	85
Amostra	87
Coleta de Dados	88
Procedimentos Pedagógicos	89
Análise dos Dados	90
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	95
1º. Momento: Tese	95
2º. Momento: Antítese	100
3º. Momento: Síntese	105
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	121
GLOSSÁRIO	133
APÊNDICES	137
APÊNDICE A Componentes Estruturais do Plano, Programa, Projeto	138
APÊNDICE B Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	139
APÊNDICE C Questionário I	140
APÊNDICE D Questionário II	141
APÊNDICE E Plano Encontro Pedagógico	142
APÊNDICE F Livro da Participante	148

1 INTRODUÇÃO

Das utopias

*Se as coisas são inatingíveis...ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A mágica presença das estrelas!*

In: Espelho Mágico
Mário Quintana (1906-1994)

O consumo de drogas, tanto as lícitas, quanto às ilícitas vem se expandindo em vários países. As drogas representam, hoje, uma das questões que mais afligem a sociedade contemporânea sendo que, em escala mundial, constituem-se numa ameaça à estabilidade das estruturas e valores econômicos, políticos, sociais e culturais das nações. Cabe esclarecer que, em 1981, a Organização Mundial de Saúde (OMS), conceitua droga como “qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias à manutenção da saúde como, a água e o oxigênio) que altera a função biológica e possivelmente sua estrutura.”

O uso e abuso de drogas afetam diferentes grupos sociais, independente de classe sócio-econômica, sexo e idade, espalhando-se, sem fronteiras, pelos diversos espaços geográficos. Esse fato vem agravando os problemas de cunho social e de saúde pública, trazendo sérias conseqüências na família, no trabalho, na disseminação do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), nos acidentes de trânsito, no aumento da criminalidade.

Ao contrário do senso comum, os estudos históricos e antropológicos indicam que o consumo de drogas não se circunscreve nem ao momento, nem ao ambiente social e cultural atuais. Na história das civilizações, em todos os povos, encontramos referências sobre a utilização de substâncias que alteram a conduta do homem por agirem sobre a sua mente. Portanto, a presença das drogas se insere, desde os primórdios da humanidade, em diversos contextos: medicinal, ritual, cultural, social, econômico, psicológico, estético, climatológico, militar, espiritual. Registros arqueológicos datados de cerca de seis mil anos revelam o consumo

de álcool pelo homem. O tabaco era utilizado em rituais mágico-religiosos há de mil anos a.C., na América Central. A *cannabis sativa*, nome científico da maconha, foi empregada nas cerimônias religiosas dos sacerdotes indianos desde a Antiguidade. (BUCHER, 2002)

Há que se destacar o caráter universal, no tempo e no espaço, dos fenômenos ligados ao abuso de drogas. No entanto, precisamos sublinhar a relatividade e a diversidade dos mecanismos de definição social da droga tanto quanto aos efeitos, como ao uso. Embora o consumo de drogas apareça em épocas e sociedades diferentes, o conteúdo e a forma variam e evoluem de acordo com as mudanças culturais e sociais. Aos modos tradicionais de uso acresce a utilização de substâncias novas ou incomuns. É suposto que cada cultura traga embutida nela suas normas de toxicidade e de tolerância à determinada droga.

Historicamente documentado nas culturas do passado, o consumo de drogas era sempre confinado aos adultos e interdito aos adolescentes. As substâncias psicoativas, aquelas que alteram comportamento, humor e cognição afetando o Sistema Nervoso Central--SNC (OMC, 1988), eram utilizadas esporadicamente, em acontecimentos místicos, religiosos e ritualísticos e, assim mesmo, restritas a certos grupos. A ausência de dependência era um aspecto importante desse tipo de uso.

É no século XX, mais precisamente a partir da década de 60, que o consumo de drogas foi sendo intensificado, até tornar-se uma questão de saúde pública, notadamente dos chamados psicotrópicos, drogas que agem no SNC possuindo grande propriedade reforçadora, sendo passíveis de auto-administração - uso sancionado pela medicina (OMC, 1988). Algumas práticas contribuíram para incrementar o uso de drogas, como por exemplo, a síntese de novos produtos e o aumento da concentração e potência das drogas tradicionais, possibilitando ao indivíduo obter efeitos muito diversificados. Com o aparecimento da morfina, heroína e cocaína, casos de dependência em adultos foram notificados aos órgãos gestores da saúde pública, embora ainda, o número dos casos não tivesse alcançado uma dimensão social, nem amplitude significativa na cultura. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002)

Entretanto, existe uma hipótese divulgada comumente que o uso de drogas nos dias atuais seria uma continuidade de hábitos culturais do passado. Faz-se necessário sinalizar que tal afirmativa é desmobilizadora e acrítica. Acreditar que o consumo de drogas nos dias de hoje é uma continuidade do passado, traz conseqüências perigosas à sociedade no que tange, não só, a tornarem as pessoas menos atentas à questão, como também, a desenvolverem atitudes de

passividade e aceitação. Pode, ao mesmo tempo, incitar a crença de que os danos do consumo são limitados ou nulos e que a coletividade continuará assimilando o fenômeno como faz há séculos. (GENNARO, 1987; MANDON, 1991)

Por outro lado, é preciso evitar metas utópicas de erradicação total do abuso, como provam as evidências históricas e antropológicas. Campanhas que promovam orientações no sentido da “Tolerância Zero” ou “América Livre das Drogas” ou, ainda, “Brasil sem Drogas” não têm base na realidade. Convém compreender com clareza as situações de uso e abuso atuais para enfrentá-las da forma mais adequada.

Uma delas refere-se ao fato de que a droga, por estar inserida no âmbito social e cultural, inevitavelmente, conduz à adoção de ampla flexibilidade no entendimento do problema: o que é visto hoje de um modo, pode ser interpretado diferentemente nos próximos anos. Outra forma de evitar certos sectarismos é a superação de um ponto de vista unilateral. Quando se limita a analisar uma única dimensão corre-se o risco de se obter respostas mal adaptadas ao objeto de estudo. A compreensão do fenômeno da droga induz a assumir uma perspectiva multidisciplinar que contemple todos os possíveis olhares da cultura.

Nesse sentido, existem órgãos internacionais, organizações intergovernamentais e não-governamentais que desempenham um importante papel de cooperação mundial, quer fazendo controle e fiscalização de substâncias psicotrópicas, quer promovendo assistência para os problemas de saúde relacionados ao uso de drogas, ou analisando e divulgando informações sobre o assunto, de modo a torná-las acessíveis a todos que delas necessitarem.

A Organização das Nações Unidas (ONU) num esforço para enfrentar o problema dos psicotrópicos, em 1988, na 20^a. Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o Problema das Drogas, estabeleceu metas a serem alcançadas pelos países associados. A Meta 4 diz respeito ao apoio à juventude na redução da demanda por meio do ensino nas escolas, em medidas de prevenção. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) há cerca de trinta anos vem considerando como necessidade universal e premente a utilização da educação para prevenir o uso de drogas. Também, a legislação brasileira na Lei de Tóxicos do Brasil - Lei 6368/76 (1976) no Cap. I, Art. 5 sugere incluir nos Cursos de Formação de Professores ensinamentos referentes às substâncias psicotrópicas. A Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), na Política Nacional sobre Drogas (PND) tem como uma das Diretrizes incluir, na Educação Básica e Superior, os conteúdos relativos à prevenção ao abuso de drogas.

Conforme podemos perceber, só recentemente a educação é chamada para contribuir na prevenção ao abuso de tóxicos, fato ignorado há poucos anos atrás. Até então, as ações desencadeadas contra o consumo de drogas ocorriam em outras instâncias, restringindo-se a atos do judiciário e à repressão ao tráfico. É necessário ter presente que promover a prevenção ao abuso de drogas é, em primeiro lugar, pensar numa dimensão humana a ser respeitada, desenvolvendo valores e normas fundamentadas no respeito às pessoas e suas diferenças. É levar em conta o contexto histórico do homem, da sociedade e de suas drogas. É dar relevo a uma dimensão ética que considera o indivíduo como cidadão responsável pelos seus atos, pela sua saúde, pelo seu corpo, pelas suas opções de vida. (BUCHER, 1985)

Não restam dúvidas a respeito do lugar privilegiado conferido à escola no âmbito do debate sobre psicotrópicos. A escola, como a família, é o espaço concreto de socialização de estudantes, no qual crianças e adolescentes fazem amizades e podem ter interação com adultos significativos. Ao lado de pais, o professor é a pessoa que está em melhores posições para ajudar o estudante a se tornar capaz de atuar ativa e criticamente na sociedade, exercitando sua cidadania diante de questões sociais, entre as quais a fármaco-dependência. A escola passa, assim, a constituir-se em núcleo irradiador de saúde, alicerçado nos conhecimentos e valores da educação preventiva.

Um ponto básico para nossos estudos é reconhecer que essa situação não é a realidade brasileira. O que vemos são jovens envolvidos em vários problemas relacionados à saúde: doenças sexualmente transmissíveis (DST), gravidez precoce, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), tabagismo, alcoolismo, consumo de psicotrópicos.

O V Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID (GALDURÓZ et al., 2004) revela uma tendência de iniciação cada vez mais precoce, na faixa etária de 10-12 anos mais de 12% dessas crianças já usaram algum tipo de droga na vida. As investigações apontam que as drogas mais amplamente usadas são as chamadas drogas lícitas, isto é, álcool e tabaco seguidos das drogas lícitas de uso ilícito, ou seja, solventes, ansiolíticos e anfetaminas e, finalmente, as drogas ilícitas, como maconha e cocaína.

O levantamento epidemiológico realizado pela UNESCO, (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002) em cerca de 4.600 mil alunos das escolas de ensino fundamental e médio, de 14

capitais dos estados da federação revela, também, a situação do alunado brasileiro em relação às drogas. Os resultados mostram que 60% dos estudantes bebem regularmente. O hábito de fumar cigarros torna tabagista cerca de 10% estudantes, isto é, quase 466 mil alunos. Em relação às drogas ilícitas, os resultados indicam que fazem uso freqüente 3,0% dos estudantes, sendo 1,2% na faixa etária de 10-12 anos (9.770 crianças aproximadamente) e 2,3% entre 13 e 15 anos (cerca de 37.750 adolescentes). O índice médio de exposição encontra-se na faixa etária de 16 a 18 anos, 11,2% dos alunos (172.700 jovens).

A escola encontra-se diante desse novo desafio, o uso e abuso de drogas está chegando a setores mais jovens da população, sendo cada vez mais freqüente entre os adolescentes. Vale lembrar que crianças, adolescentes e jovens permanecem, praticamente, a metade de suas vidas no ambiente escolar, isso faz com que professores, diretores, membros do corpo técnico – pedagógico - administrativo que, pela convivência direta com alunos, passem a ocupar uma posição fundamental na educação preventiva. Entre estudiosos do fenômeno das drogas, é unânime a opinião que a educação preventiva apresenta-se como a melhor alternativa para o enfrentamento desta questão. Prevenção significa chegar antes, dispor com antecipação, impedir ou pelo menos reduzir o abuso. Trata-se uma pré-intervenção a ser efetivada antes que o uso de drogas ocorra.

Prevenir o abuso de drogas na escola é intervir para evitar que se estabeleça uma relação nociva entre os alunos e as drogas, considerando-se as circunstâncias em que ocorre o consumo, com que finalidade e o tipo de relação que o usuário mantém com a droga. Sem dúvida, neste caso, a prevenção tem que ser concebida como educação, a ser realizada por aqueles que estão diretamente relacionados com os alunos - seus professores. Para cumprir essa finalidade, as práticas educativas precisam ser sistemáticas, regulares e fundamentadas em ações planejadas e contínuas. O professor, como o profissional de formação pedagógica, psicológica, social e cultural deve ser o mais preparado para desenvolver a educação preventiva, consolidada na aprendizagem contínua da cultura da prevenção. Como consequência, o processo preventivo na escola inclui, necessariamente, a formação do professor.

Entretanto, em nossa experiência temos notado dificuldades em diversos níveis para implementar ações preventivas nas escolas. Muitas vezes, os professores sentem-se perdidos, incapazes de abordar o assunto mesmo cientes da gravidade da situação, faltam-lhes informações, metodologia adequada, recursos pedagógicos, investimentos, rede de apoio. O

gestor educacional, na ansiedade em resolver rapidamente os problemas causados pelo abuso de drogas, apresenta respostas incongruentes e inconsistentes à prevenção. São elaboradas estratégias acrílicas, planejados eventos isolados e descontínuos, programadas formas inadequadas de mobilização e capacitação. Há uma tendência em implantar nas escolas programas preventivos estranhos às suas próprias peculiaridades, modelos quase sempre estruturados a partir do conhecimento de realidades outros países. (ASINELLI-LUZ, 2000; GALDURÓZ et al., 2004)

O relatório do Fórum Nacional Antidrogas (1998) e Carlini-Cotrin (1998) apontam para a falta de programas preventivos longitudinais, a deficiente formação e a necessidade de reformulação das práticas pedagógicas dos professores. Depoimentos de educadores dizem da falta de capacitação de professores e efetivação de programas de prevenção nas escolas e indicam serem necessários cursos específicos em prevenção ao abuso de drogas. Ainda, enfatizam a urgência em preparar professores, diretores, membros do corpo técnico pedagógico a participarem não só de cursos pontuais, como ainda, de um programa de formação continuada, o que significa a recorrência a especialistas e debates diversos. Essa perspectiva oferece um leque de alternativas, na qual uma das opções seria operar melhorias das práticas educativas de prevenção.

Há carência de oportunidades institucionais para preparar os professores que assumem uma atividade docente com base nos temas sociais, o que levanta dúvidas quanto à qualidade do trabalho escolar realizado. É preciso chamar a atenção para a vulnerabilidade da formação básica profissional de quem atua pedagogicamente em sala de aula na informação e formação do alunado. O trabalho só obterá frutos à luz das teorias da ciência. (NUNES e SILVA, 2000)

É de se supor a existência de um processo dinâmico enfrentado pelo professor em relação à sua prática do dia-a-dia e à sua deficiente formação para resolver questões relativas ao abuso de drogas, ou seja, o professor talvez se encontre despreparado para assumir a necessária educação preventiva junto aos alunos. Em outras palavras, poderíamos conjecturar que a prática cotidiana do professor mostra-se insuficiente frente aos princípios científicos da prevenção ao abuso de drogas. Concluimos que há necessidade de ser repensada a prática didático-pedagógica docente em relação às novas demandas do abuso de drogas.

Diante disso, nosso problema é verificar: quais são as práticas pedagógicas dos professores em relação à educação preventiva? Entendemos, ainda, ser oportuno e pertinente conhecer: as atuais práticas pedagógicas atendem às novas demandas ao abuso de drogas? Se não, quais as possíveis alternativas para uma prática docente mais sintonizada às reais necessidades sociais? São questões que requerem um exame para maior compreensão do problema.

A carência de conhecimentos sobre o assunto leva-nos, nessa tese, a tomarmos como objeto de estudo a atual prática pedagógica dos professores em educação preventiva. Para isso, levantamos as seguintes premissas no estudo do problema:

- 1º.) o diagnóstico da prática pedagógica do professor constitui o eixo central do quadro de referências na investigação,
- 2º.) as práticas pedagógicas atuais dos professores não necessariamente estão contextualizadas à demanda ao abuso de drogas entre estudantes,
- 3º.) uma abordagem metodológica que toma a realidade social concreta como ponto de referência, obtém como respostas ações preventivas congruentes, consistentes e críticas.

O objetivo principal do estudo é pesquisar se as atuais práticas docentes em educação preventiva atendem às demandas sociais do abuso de drogas entre estudantes e, se não for o caso, buscar alternativas metodológicas para novas práticas preventivas concebidas e organizadas pelos professores, nas condições do contexto social existente.

Com essa finalidade, apresentamos na Seção 2, Drogas nas Escolas, na qual é abordado o fenômeno das drogas: conceitos, classificação, legislação pertinente, modalidades de prevenção. São apresentados os estudos epidemiológicos sobre o abuso de drogas entre os estudantes brasileiros, bem como, a visão histórica e antropológica das drogas mais consumidas entre os alunos. A Seção 3, Saúde: Bem a Ser Conquistado, dedica-se às diferentes significações e paradigmas de saúde e doença, desde a Antiguidade Grega aos dias atuais. Aborda perspectivas mais flexíveis e abrangentes à promoção da saúde como, por exemplo, a prevenção primária. Destaca, também, os componentes relacionados à prevenção, tais como, fatores de risco, fatores de proteção, vulnerabilidade e resiliência. A Seção 4, Educação e Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas apresenta a trajetória da educação preventiva, como também, propostas para ações preventivas a serem desenvolvidas em sala de aula. Na Seção 5, Delineamento do Estudo, é descrita a metodologia do trabalho científico realizado, fundamentando princípios, objeto de estudo, problemática e procedimentos empregados na pesquisa, bem como, a Discussão dos Resultados do estudo de campo. Finalmente a Seção 6, Considerações Gerais, conclui os estudos desenvolvidos na presente tese.

2 DROGAS NAS ESCOLAS

Nada é impossível de mudar

**Nós vos pedimos com insistência
Nunca digam - isso é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre o sangue,
em que o arbitrário tem força de lei,
em que a humanidade se desumaniza...
Não digam nunca: Isso é natural!
A fim de que nada passe por imutável.**

In: Poemas
Bertold Brecht (1898-1956)

Em conformidade com nossa proposta de tese, essa seção é dedicada ao estudo dos aspectos etiológicos do consumo de psicotrópicos. Apresentamos, primeiramente, uma visão geral e abrangente sobre drogas, após, analisamos o consumo dessas substâncias psicoativas entre estudantes brasileiros.

O fenômeno do abuso de drogas vem se propagando pelo mundo. Difundindo-se rapidamente, tem ocasionado sérios problemas de saúde pública e de ordem econômico-social. O alcance financeiro do mercado ilícito de drogas, em nível mundial, aponta para um valor na venda do varejo de US\$ 322 bilhões, segundo o relatório do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), órgão ligado à ONU. Os especialistas do UNODC destacam que a dimensão deste negócio ilegal supera o Produto Interno Bruto (PIB) de 88% dos países do mundo (MERCADO..., 2005)

A indústria da droga ilícita atua fora da lei. Suas “companhias” não são cotadas em nenhuma bolsa, não são avaliadas por nenhuma agência de qualificação de riscos, e sua dinâmica não está sob observação regular de

analistas e economistas. Esta situação [...] reflete a capacidade que tem de ameaçar várias economias, dado o poder financeiro que gera. (p. 2)

No Brasil, os custos decorrentes do abuso de substâncias psicoativas são estimados em 7,9% do PIB por ano, segundo o Relatório do I Fórum Nacional Antidrogas (FÓRUM NACIONAL ANTIDROGAS, 1999). Vale lembrar que, apesar da Lei de Tóxicos do Brasil-Lei 6.368/76 estar em vigência desde 21/12/1976, o país não oferecia uma política pública consolidada em matéria de drogas, até o final do século XX.

Em junho de 1998, o Brasil participou da Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas e aderiu aos Princípios Diretivos de Redução da Demanda de Drogas, estabelecidos pelos Estados-membros. Os Princípios objetivaram reforçar o compromisso político, social, sanitário e educacional, em caráter permanente, no investimento em programas de redução da demanda de drogas. Tal compromisso teve, no Brasil, como conseqüências, a reestruturação do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), a criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) e a elaboração de uma Política Nacional Antidrogas (PNAD). No dia 27/10/2005 o Conselho Nacional Antidrogas - CONAD, aprovou a nova Política Nacional Sobre Drogas, resultado do realinhamento da Política Nacional Antidrogas vigente desde 26/08/2000.

A Política Nacional Sobre Drogas (BRASIL, 2005) em relação à Prevenção, apresenta a seguinte Orientação Geral:

- 1) A efetiva prevenção é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos governamentais, federal, estadual e municipal, fundamentada na filosofia da “Responsabilidade Compartilhada”, com a construção de redes sociais que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde.
- 2) A execução desta política, no campo da prevenção deve ser descentralizada nos municípios, com o apoio dos Conselhos Estaduais de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando as comunidades mais vulneráveis, identificadas por um diagnóstico. Para tanto, os municípios devem ser incentivados a instituir, fortalecer e divulgar o seu Conselho Municipal sobre Drogas.
- 3) As ações preventivas devem ser pautadas em princípios éticos e pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares, considerando seus diferentes modelos.
- 4) As ações preventivas devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, o incentivo à educação para a vida saudável, acesso aos bens culturais, incluindo a prática de esportes, cultura, lazer, a socialização do conhecimento sobre drogas, com embasamento científico, o fomento do protagonismo juvenil, da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações.
- 5) As mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e

fundamentadas cientificamente, considerando as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade, respeitando as diferenças de gênero, raça e etnia. (não paginado)

Dentre as Diretrizes para ações preventivas destacamos as mais importantes para o presente estudo.

1) Garantir aos pais e/ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros estaduais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada sobre prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas, objetivando engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada. 2) Dirigir as ações de educação preventiva, de forma continuada, com foco no indivíduo e seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, incentivar a diminuição do consumo e diminuir os riscos e danos associados ao seu uso indevido. 3) Promover, estimular e apoiar a capacitação continuada, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, com a participação de todos os atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que esses se tomem multiplicadores, com o objetivo de ampliar, articular e fortalecer as redes sociais, visando ao desenvolvimento integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção. 4) Propor a inclusão, na educação básica e superior, de conteúdos relativos à prevenção do uso indevido de drogas. (não paginado)

Drogas: abordagem biopsicossocial

A proposta de nosso estudo fundamenta-se numa abordagem compreensiva sobre o fenômeno das drogas, verificando as implicações de sua presença na sociedade, especialmente, entre estudantes brasileiros. Sob tal ótica, o abuso de drogas não é apenas determinado pela natureza biopsíquica dos indivíduos ou pela toxicidade das substâncias. Qualquer estudo sobre o assunto deve ser examinado à luz de uma triangulação envolvendo indivíduo-droga-contexto sociocultural, pois considerar somente um desses fatores isoladamente é incorrer em interpretação falha, incompleta, preconceituosa e reducionista da questão.

Em questões relativas à farmacologia, existe vasta bibliografia sobre o assunto. Neste estudo, optamos por adotar termos e conceituações da Organização Mundial de Saúde (OMS), por se tratar de um organismo de referência internacional. Para Edwards e Arif (1982), dentre as suas inúmeras atividades de apoio aos Estados-membros, a OMS promove a

assistência e o aconselhamento para problemas de saúde relacionados ao uso de drogas. Tem como tarefa resumir, analisar e divulgar as informações sobre o assunto, de modo a torná-las acessíveis a todos que delas necessitarem. Tal como a OMS, existem órgãos internacionais, organizações intergovernamentais e não-governamentais com funções bem definidas que, sob a responsabilidade da ONU, desempenham um importante papel de cooperação mundial fazendo o controle e a fiscalização de substâncias psicoativas com vistas à solução destas questões.

Vale reafirmar que a OMS, em 1981, elaborou os seguintes conceitos: droga é qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias à manutenção da saúde, como, por exemplo, água e oxigênio), que alteram a função biológica e possivelmente a sua estrutura. Drogas Psicoativas são aquelas que alteram comportamento, humor e cognição, agindo nos neurônios, preferencialmente, e afetando o Sistema Nervoso Central – SNC. Drogas Psicotrópicas são as que agem no SNC produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de auto-administração (uso não sancionado pela medicina). São drogas que levam à dependência. Drogas de abuso são quaisquer substâncias, tomadas através de qualquer forma de administração, que alteram o humor, o nível de percepção ou o funcionamento do SNC, incluindo-se aí desde medicamentos até álcool e solventes. Por atuarem no cérebro e alterarem o SNC, produzem modificações nas formas de pensar, agir e sentir dos indivíduos.

Na literatura disponível, existem inúmeras classificações para drogas, segundo diferentes critérios. Indicamos aqui os critérios relacionados à legalidade e aos efeitos das substâncias psicotrópicas. Consideram-se legais aquelas drogas de uso aprovado pela legislação brasileira vigente, mas, sujeitas a critérios de regulamentação do Ministério da Saúde, através de seus órgãos especializados, por exemplo: medicamentos, álcool e tabaco. Na Lei 6.368/76, estão incluídas como drogas ilegais as substâncias capazes de determinar dependência química que assim forem especificadas em lei ou relacionadas pelo Ministério da Saúde. Enquadra-se em crime extrair, produzir, transformar, preparar, possuir, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir substâncias psicotrópicas. Para a Lei de Tóxicos do Brasil, usar drogas não se configura como delito, mas, seu porte constitui crime.

Um assunto que tem levantado polêmica na legislação e na sociedade brasileira é a descriminalização do uso de drogas. Descriminalizar não significa legalizar. Legalizar é tornar um produto ou substância legal, isto é, ser liberado para a comercialização, venda e propaganda. Descriminalizar significa tornar o ato de consumo de um produto ou substância possível de ser realizado sem criminalização da pessoa que o fez. Portanto, descriminalização das drogas diz respeito a não tomar como alvo de sanção penal o indivíduo que porta a droga para seu próprio uso, numa quantidade que assim o justifique. O que se pretende é retirar do usuário o estigma de criminoso e oferecer-lhe medidas preventivas e terapêuticas.

Segundo Bucher (1988), Gonçalves (1988) e Oliveira (1988), somente a distinção entre drogas legais e ilegais não resolve a questão da patologia toxicômana, pois a periculosidade da substância é relativa. Em ambos os casos, uma pessoa pode ser levada à dependência e suas conseqüências. Mesmo nas drogas mais duras, como a heroína, a cocaína ou as anfetaminas, depende da pessoa se, sim ou não, entra na escalada de dependência, no isolamento e na autodestruição. O que se indica é distinguir entre uso e abuso do tóxico e os resultados de sua administração repetida. Enfim, as alterações da ingestão de drogas variam de acordo com o tipo e a quantidade utilizada, com as características de quem as usa, com as expectativas sobre os seus efeitos e com as circunstâncias em que são ingeridas.

Desde o início da humanidade, os indivíduos sempre procuraram alterações no organismo e no comportamento com o uso de substâncias que estimulassem, perturbassem ou deprimissem o SNC. Nowlis (1992) aponta que são, principalmente, cinco os efeitos farmacológicos esperados, a saber: 1) atenuar a dor, 2) tentar diminuir sensações desagradáveis (ansiedade, nervosismo, insônia), 3) tentar aumentar a energia ou eliminar o cansaço e a depressão, 4) tentar obter modificações das percepções habituais frente a si mesmo e ao próprio meio físico e social, 5) tentar alcançar diversos graus de euforia, atordoamento e vertigem. Tais efeitos no SNC causam aceleração, confusão ou retardamento das ligações entre os neurônios, principalmente, nos neurotransmissores serotonina e dopamina.

Em relação aos efeitos produzidos por drogas, selecionamos para este estudo a classificação do pesquisador francês Chaloult em *Toximanies*, de 1971, que dividiu o que denominava de “drogas toxicomanógenas” (indutoras de toxicomanias) em três grandes grupos: estimulantes, perturbadoras e depressoras do SNC. Em caráter informativo, é apresentada a Tabela 1 - Classificação das Substâncias Psicoativas utilizada e recomendada pelo Ministério da Saúde, que expõe os dados referenciais de maior interesse no Brasil.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS

Classificação Farmacológica	Grupo Químico	Ordem de Preferência no Brasil			Substância Ativa	Nomes		Efeitos Principais	Uso Terapêutico	Dose Terapêutica (mg)	Reações Tóxicas ou Adversas	Tolerância	Dependência	Abstinência			
		Quanto ao Uso Indevido Por:		Por Internação Hospitalar		Comerciais	Populares										
		Estudantes	Meninos de Rua														
Depressores do sistema nervoso central Psicolépticos	solventes ou inalantes (Hidrocarbonetos aromáticos ou alifáticos)	1º lugar	1º lugar	Abaixo do 8º lugar	Totuleno; Xilol; N-xexano; Acetato de etila; Tinner; gasolina; Éter; acetona; Cloretina.	Colas; Vernizes; Removedores; Propelentes Esmaltes; Tintas; Carbex.	LANÇA; CHEI-RINHO; LÓLÓ; LANÇA-PERFUME.	Tontura; Euforia; Confusão; Desorientação; Incoordenação motora; Alucinações; Convulsões.	Nenhum	Não existe	As mesmas descritas nos efeitos principais; Coma	0 ou +	0 ou +	0 ou +			
	xaropes para tosse	6º lugar	8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Codeína; Zipeprol.			(ver em Opiáceos) (ver em Opióides)									
	benzodiazepínicos (19 substâncias comercializadas no Brasil, com mais de 250 nomes comerciais)	2º lugar	3º lugar	Abaixo do 8º lugar	Diazepam	Valium; Dienpax; Kiatrium; Noan; Calmoci-tone; Diazepam.		Ansiolíticos; Relaxantes Muscular; Anticonvulsivante.	Ansiolítico; Hipnótico; Síndrome de dependência do álcool	5-20	Sedação; Sonolência; Diminuição dos reflexos psicomotores	+	++	++			
					Clordiazepóxido	Psicosedin; Tensil; Relaxil.				20-80					+	+	+
					Lorazepam	Lorax; Mesmerin; Relax.				2-5					+	++	++
					Bromazepam	Deptran; Lexotan; Lexpiride.				4-10					+	+	+
					Flunitrazepam	Rohipnol; Fluserin.				2-4					+	++	++
	barbitúricos	5º lugar	6º lugar	8º lugar	Fenobarbital	Gardenal; Comital; Bromosedan		Anticonvulsivante; Sedação.	Epilepsia; Convulsões	50-150	Depressão respiratória Hipotermia Hipotenção Coma.	+	+	0 ou +			
					Butabartal					50-100					+	+	++
					Pentobartal	Nembutal				20-100					+	+	++

NOTA: Os símbolos significam: 0 = não apresenta o sintoma ou efeito, + a ++++ intensidade dos sintomas ou efeitos, quando presentes. Como exemplo a dependência e abstinência produzidas pelo clordiazepóxido receberam uma cruz e as da heroína, quatro cruzes.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (Cont.)

Classificação Farmacológica	Grupo Químico	Ordem de Preferência no Brasil			Substância Ativa	Nomes		Efeitos Principais	Uso Terapêutico	Dose Terapêutica (mg)	Reações Tóxicas ou Adversas	Tolerância	Dependência	Abstinência				
		Quanto ao Uso Indevido Por:		Por Internação Hospitalar		Comerciais	Populares											
		Estudantes	Meninos de Rua															
	opiáceos	Abaixo do 8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Pó do ópio	Elixir Paregórico		Paralisia intestinal; Analgesia.	Antidiarréico; Analgésico		Náuseas; Alucinações; Miose/Midriase; Hipotermia; Hipotensão; Cianose; Coma	++	++	+++				
					Morfina	Morfina		Analgesia	Analgésico	5-15	Náuseas; Miose/Midriase; Alucinações; Hipotermia; Hipotensão; Depressão respiratória; Coma	++	+++	+++				
					Codeína	Belacódid; Pambenyl; Setux; Tylex; gotas binelli.		Abolue a tosse; Analgesia	Antitussígeno; Analgésico	30-60	Miose; Depressão respiratória; Alucinações; Hipotermia; Hipotensão; Cianose; Coma	++	++	+++				
	opiáceos semi-sintéticos	Abaixo do 8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Heroína			Analgesia	Nenhum		Náuseas; Obnubilação; Depressão respiratória; Miose; Hipotermia; Hipotensão; Cianose; Coma; Convulsão	++	++++	++++				
					opióides	Abaixo do 8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Abaixo do 8º lugar	Meperidina	Dolantina; Demerol.		Analgesia	Analgésico	100	Miose/Midriase; Depressão respiratória; Náuseas; Cianose; Coma	+	++	+++
									Propoxifeno Buprenorfina	Algafan; Previm; Doloxene-a Temgesic				50-100	Depressão respiratória; Hipotensão; Alucinações; Convulsão; Coma	+	+	++
									0.2-0.6	Miose; Depressão respiratória; Alucinações; Hipotensão; Náuseas.	+	+	+					

NOTA: Os símbolos significam: 0 = não apresenta o sintoma ou efeito, + a ++++ intensidade dos sintomas ou efeitos, quando presentes. Como exemplo a dependência e abstinência produzidas pelo clordiazepóxido receberam uma cruz e as da heroína, quatro cruzes.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (Cont.)

Classificação Farmacológica	Grupo Químico	Ordem de Preferência no Brasil			Substância Ativa	Nomes		Efeitos Principais	Uso Terapêutico	Dose Terapêutica (mg)	Reações Tóxicas ou Adversas	Tolerância	Dependência	Abstinência													
		Quanto ao Uso Indevido Por:		Por Internação Hospitalar		Comerciais	Populares																				
		Estudantes	Meninos de Rua																								
					Nalbufina	Nubain				10-20	Depressão respiratória; Sedação; Sudoração; Disforia	+	+	+													
					Zipeprol	Eritós; Nantux; Silentós; Tussiflex.		Abole a tosse	Antitussígeno		Alucinações; Flutuação; Convulsão; Depressão respiratória.	+	+	+													
					Difenoxilato	Lomotil; Colestase		Paralisia intestinal	Antidiarréico	2,5-10	Miose; Depressão respiratória; Hipotensão; Cianose; Coma	+	+	+													
Estimulantes do sistema nervoso central Psicoanaléptico	cocaína	7º lugar	4º lugar	3º lugar			Neve Branca	Excitabilidade; Insônia; Irritabilidade Euforia; Bem-estar; Inapetência	Anestésico local		Agressividade; Hipertermia; Alucinações; Delírios; Hipertensão; Taquicardia; Fibrilação ventricular.	0	+++	0 ou +													
															folha de coca												
															pasta de coca												
															crack												
	anfetaminas	3º/4º lugares	7º lugar	6º lugar		Dietilpropiona	Hipofagin; Inibex; Modérine.	Bolinha	Inapetência; Insônia; Excitabilidade; Euforia.	Obesidade	75	Agressividade; Irritabilidade; Delírios; Alucinações; Hipertermia; Taquicardia; Hipertensão; Convulsão.	+++	+	0 ou +												
																Fenproporex	Desobesi; Lipomax										
																Mazindol	Absten; Dasten; Moderamin										
																Metanfetamina	Pervitin	Bolinha "Ice"									
																Metilfenidato	Ritalina										
Perturbadores do sistema nervoso central Alucinógeno Psicodisléptico	indol				DMT			Perda da discriminação temporal e espacial; Hilaridade; Euforia; Disforia; Delírios; Alucinações; Flashback.	Nenhum		As mesmas descritas nos efeitos principais	0	0 ou +	0													
															Psilocibina												
															Lsd-25		Ácido										
	fenetilamina					Mescalina							0	0 ou +	0												
																MDMA		Êxtase									

NOTA: Os símbolos significam: 0 = não apresenta o sintoma ou efeito, + a +++ intensidade dos sintomas ou efeitos, quando presentes. Como exemplo a dependência e abstinência produzidas pelo clordiazepóxido receberam uma cruz e as da heroína, quatro cruzes.

TABELA DE CLASSIFICAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (Cont.)

Classificação Farmacológica	Grupo Químico	Ordem de Preferência no Brasil			Substância Ativa	Nomes		Efeitos Principais	Uso Terapêutico	Dose Terapêutica (mg)	Reações Tóxicas ou Adversas	Tolerância	Dependência	Abstinência
		Quanto ao Uso Indevido Por:		Por Internação Hospitalar		Comerciais	Populares							
		Estudantes	Meninos de Rua											
	canabinoídes				Delta 9-thc	Marinol Dronabinol			Náuseas Vômitos	5-10		+	0 u +	0
	anticolinérgicos	7º lugar	3º lugar		Biperideno	Akineton		Anticolinérgico	Parkinson	2-6	Sonolência; Sedação; Tonturas; Incoordenação motora; Excitação; Distúrbios sensoriais; Alucinações	0	0	0
					Triexafenid	Artane	Aranha		Parkinson	2-6		0	0	0
					Diciclomina	Bentyl	Bentinho		Antiespasmódico	160		0	0	0
					Benectizina	Asmoterona Periatin			Asma			0	0	0
					Ciproheptadina	Periavit			Orexígeno	2-4		0	0	0
Plantas perturbadoras do sistema nervoso central Alucinógena Psicotomética Psicodisléptica	cannabis (maconha)	4º lugar	1º lugar	1º lugar	Delta 9-THC		Maconha; Diamba; Fumc; Fininho; Pacau	Relaxamento; Sonolência; Hilaridade; Perda da discriminação temporal e espacial: perda da memória por curto prazo; Ilusões; Delírios; Alucinações	Não reconhecido		Má viagem; Delírios; Alucinações terríficas; Sensações de morte iminente; Taquicardia; Boca seca; Olipospermia; Diminuição da taxa sanguínea de hormônios sexuais; Síndrome amotivacional	+	+	0
	datura (trombeta)				Astropina Escopolamina		Zabumba; Trombeta; Cartucho; Saia Branca; Véu de Noiva; Lírio.	Midriase; Xerostomia; Ilusões; Delírios; Alucinações; Visão embaçada.			Alucinações; Hipertemia; Delírios; Convulsões; Pele seca e quente; Taquicardia; Retenção urinária	0	0	0
	daime				Plantas; B. Caapi; P. Viridas		Daime; Ayahuasca	Perda da discriminação temporal e espacial; Ilusões; Delírios; Alucinações	Não reconhecido		As mesmas descritas nos efeitos principais; Náuseas; Vômitos	0	0	0
	paneaulus psylocibe				DMT			Perda da discriminação temporal e espacial; Hilaridade; Euforia; Disforia; Delírios; Alucinações			As mesmas descritas nos efeitos principais			

NOTA: Os símbolos significam: 0 = não apresenta o sintoma ou efeito, + a ++++ intensidade dos sintomas ou efeitos, quando presentes. Como exemplo a dependência e abstinência produzidas pelo clordiazepóxido receberam uma cruz e as da heroína, quatro cruzes.

Examinar o indivíduo em sua natureza biopsíquica, é tratarmos do segundo vértice do triângulo droga-indivíduo-meio social. Em relação às intenções do usuário, podemos observar seis níveis de consumo de drogas universalmente adotados pela OMS, a saber: 1) *uso na vida*, uso de droga pelo menos uma vez na vida; 2) *uso no ano*, uso droga (s) pelo menos uma vez nos últimos doze meses; 3) *uso no mês*, uso da droga (s) pelo menos nos últimos trinta dias; 4) *uso freqüente*, uso de droga (s) seis ou mais vezes nos últimos trinta dias; 5) *uso de risco*, padrão de uso ocasional, repetido ou persistente que implica alto risco de dano futuro à saúde física ou mental do usuário, mas que ainda não resultou em significantes efeitos mórbidos orgânicos ou psicológicos; 6) *uso pesado*, padrão de uso que já causa dano à saúde, físico e / ou mental.

Sobre o usuário de droga, a OMS recomenda a seguinte classificação: 1) *não-usuário* nunca utilizou drogas; 2) *usuário leve* utilizou droga (s), mas, no último mês o consumo não foi diário ou mensal; 3) *usuário moderado* utilizou drogas semanalmente, mas não diariamente, no último mês; 4) *usuário pesado* utilizou drogas diariamente no último mês. É importante observar que esses estágios não são necessariamente crescentes. Termos como adição, vício, hábito, adicto, viciado não se adotam mais por serem imprecisos, segundo a OMS. Também foram abandonados os termos dependência física e dependência psicológica, usando-se agora apenas dependência. No passado, julgou-se erradamente que as drogas que levavam à dependência física – e a conseqüente síndrome de abstinência – seriam drogas pesadas, perigosas. As demais, as drogas chamadas leves, induziam apenas à dependência psicológica. Ora, a cocaína contradiz estes preceitos, pois, não induz síndrome de abstinência e é droga pesada. (GALDURÓZ et al., 1997).

Acresce-se que a dependência não é definida apenas em função da quantidade e freqüência de uso, fatores como vias de uso e tipos de substância podem possibilitar tal situação. A OMS, de acordo com a Classificação Internacional das Doenças (CID-10), relaciona uma série de comportamentos que dizem respeito ao diagnóstico da dependência. Para ser considerada dependente, uma pessoa precisa apresentar ao longo dos últimos doze meses um padrão de consumo que incorra em pelo em três dos seguintes sinais ou sintomas: 1) forte desejo ou compulsão de consumir drogas; 2) consciência subjetiva da dificuldade em controlar o uso seja em termos de início, término ou nível de consumo; 3) uso de substâncias psicoativas para atenuar sintomas de abstinência, com plena consciência dessa prática;

4) estado fisiológico de abstinência; 5) evidência de tolerância, necessitando de doses maiores da substância para alcançar os efeitos obtidos anteriormente com doses menores; 6) estreitamento de repertório pessoal de consumo, quando o indivíduo passa, por exemplo, a consumir drogas em lugares inadequados, a qualquer hora, sem motivo especial; 7) falta de interesse progressivo de outros prazeres e interesses em favor do uso de drogas; 8) insistência no uso da substância, apesar de manifestações danosas comprovadamente decorrentes desse uso; 9) evidência de que o retorno ao uso da substância, após um período de abstinência, leva a uma rápida reinstalação do padrão de consumo anterior.

A respeito, a OMS (1981) indicou como mais propenso a utilizar drogas o indivíduo que não disponha de informações adequadas sobre os efeitos da drogas e/ou com a saúde deficiente e/ou insatisfeita com sua qualidade de vida e/ou com a personalidade deficientemente integrada e/ou com fácil acesso às drogas. A pessoa com menor possibilidade de uso de drogas é aquela bem informada, com boa saúde, com qualidade de vida satisfatória, bem integrada na família e sociedade e com difícil acesso às drogas. Para compreender a dependência há que se considerar, ainda, os seguintes conceitos importantes: 1) tolerância, quando o organismo se acostuma com a droga e passa a exigir doses maiores para conseguir os mesmos efeitos; 2) escalada, quando uma pessoa passa de uma droga mais “leve” para uma mais “pesada”, ou quando com uma mesma droga o consumo ocasional torna-se intenso; 3) poliusuário, pessoa que utiliza combinações de várias drogas simultaneamente, ou dentro de um período curto de tempo, ainda que tenha predileção por determinada droga; 4) *overdose*, quantidade de substância absorvida suficientemente para causar a morte de um indivíduo; 5) síndrome da abstinência, série de alterações físicas causadas pela falta da droga no organismo; 6) redução de danos - RD, controle dos efeitos adicionais adversos de qualquer substância psicoativa, em especial, das conseqüências decorrentes de drogas ilícitas.

A terceira esfera da relação droga-indivíduo-contexto sociocultural refere-se à tensão sócio-política que define as diferentes significações e representações da droga. Estudos indicam (BUCHER, 2002; EDWARDS e ARIF, 1982; LORENCINE JR., 1998) que o consumo de drogas não se circunscreve nem ao momento, nem ao ambiente social e/ou cultural atuais, admitindo-se seu caráter histórico, temporal e espacial. Torna-se impossível compreendermos o consumo de drogas isoladamente, sem considerarmos os recursos dos quais as pessoas dispõem, as formas de miséria e riqueza e as transformações econômico-

sociais. São mudanças que têm repercussão imediata sobre o consumo de tóxicos, trazem novas formas de vida, que por sua vez, determinam o aparecimento de outras modalidades de psicotrópicos. Usar drogas é um fenômeno humano e, por isso, cultural. De maneiras diversas a droga sempre existiu na história da humanidade, contudo, sua significação social e a motivação do usuário mudam segundo a necessidade de cada época.

O texto “As drogas no mundo” (1982) que descreve usos de substâncias tóxicas em alguns locais do mundo, ilustra essa diversidade entre culturas. O ópio entre os Hmong, povo montanhês do norte da Tailândia, é consumido como tranquilizante contra dores, no combate à depressão e como instrumento de sociabilidade nas assembleias das aldeias.

Mascar cocaína três vezes ao dia quando em suas atividades, nas comunidades camponesas ao longo da região dos Andes, é um hábito generalizado que remonta há vários séculos. A mastigação das folhas dá força, coragem e persistência aos povos andinos para o trabalho e contribui para a resistência física em altitudes em torno de três mil metros. Em comunidades peruanas e colombianas pode-se verificar um valor mitológico ligado à “sagrada folha de coca”.

Na Jamaica, há mais de cem anos, a ganja (maconha) é de uso popular, embora seja ilegal. Muito consumida entre trabalhadores agrícolas e operários que a utilizam como tônico e como panacéia, procurando energia para trabalhar e descanso para as atividades laborais. Os pais dão aos filhos para que sejam muito inteligentes e bem sucedidos na escola e, desse modo, as crianças aos poucos aprendem a usar a erva. Esse comportamento tem a garantia cultural, a própria cultura cria automatismos de proteção para atenuar o perigo do abuso das drogas. É preciso saber dosar para que sejam obtidos os resultados esperados e nada mais. Consumir ganja é um rito compartilhado pela comunidade agrícola e/ou operária jamaicana, pois, trata-se de um complexo de crenças, atitudes e costumes. A grande maioria dos fumantes da *cannabis* encontra-se na seita político-religiosa dos rastafarianos que atribuem poderes divinos à erva.

O texto descreve, também, a utilização da khat (*cata edulis*), planta das montanhas cujas folhas e brotos têm efeito estimulante, consumida frequentemente no Iêmen Democrático, na Etiópia, em Djibuti e na Somália. Seu uso tem caráter tipicamente social, os homens se reúnem em grupos para mascar khat nos ambientes animados e perfumados dos prédios destinados para este fim. Ainda, discute o controvertido fenômeno do consumo de

drogas legais e ilegais entre sociedades. O uso de bebidas alcoólicas, uma prática social nos países ocidentais, é rigorosamente proibido em culturas islâmicas, que, por outro lado, apresentam uma tradição secular de consumo da *cannabis*, droga ilícita em vários países do Ocidente.

Loirencine Jr. (1998) faz notar que os modos de uso não se restringem somente a modelos próprios de cada cultura, observando diferentes motivações para o uso de psicotrópicos, nos últimos quarenta anos no ocidente. O consumo da maconha, na década de 60, representava a contra-cultura e a contestação *hippie*, com forte componente coletivo, experimentava-se em grupos as novas sensações de percepções das drogas psicodélicas. Nas décadas seguintes, a maconha cedeu o lugar à cocaína junto ao jovem de classe média e alta que, procurando compensar o desencanto com a sociedade fragmentada do dito mundo pós-moderno, buscava desfrutar o prazer do “aqui e agora”, numa visão individualista e solitária. Ainda segundo o autor, nos dias atuais, em relação à juventude popular urbana, um contexto social inóspito em que fatores como a exclusão social, a perda de referências coletivas ou a ausência de projetos de vida podem conduzir ao consumo de drogas.

Considerações sociológicas são tecidas por Baudrillard (1987) sobre a organização, o equilíbrio, a regulamentação e a racionalização dos países industrializados, cujos sistemas têm uma excessiva capacidade de integração e normalização. Neste contexto, as formas transgressoras e residuais não estão à margem da sociedade, são, isto sim, resultadas da lógica e da racionalidade do sistema. O sistema ao atingir um certo nível de saturação, segrega suas disfunções estranhas, suas patologias internas, seus acidentes imprevisíveis. Quanto mais o sistema quiser liquidar disfunções e patologias, mais entrará na lógica da super-racionalização provocando e reforçando os elementos marginais e transgressores. Para o sociólogo, o *status* atual da droga se insere neste fenômeno contemporâneo. No entanto, há que se diferenciar este *status* atual de um uso de drogas vinculado ao desenvolvimento social e econômico insuficiente (como ocorre, ainda, em países em desenvolvimento, ou no caso do álcool, entre classes mais pobres). Nas sociedades industrializadas, ao contrário, deve-se levar em conta a lógica “perversa” de um uso ligado...

à saturação do universo de consumo, como começou a surgir nos anos 60 nos países industrializados, ao mesmo tempo como apogeu e paródia deste mesmo consumo, como anomalia contestatória de um mundo do qual se devia fugir por ser *pleno demais* e não porque faltasse alguma coisa. (p. 9)

Concluindo, constata-se que diferentes grupos consomem diferentes drogas, em diferentes contextos e por diferentes motivos. A droga em certas sociedades apresenta um uso integrador, como já citado o “coquear” entre camponeses andinos, ou a “ganja” entre operários da Jamaica ou, ainda, o ópio nas comunidades montanhesas da Tailândia. Entretanto, na contemporaneidade, evidencia-se o uso desintegrador da droga em que dependência química, delinquência, tráfico, marginalidade parecem ser respostas a uma sociedade pragmática, competitiva, consumista e individualista.

Drogas: abuso entre estudantes brasileiros

Bucher (2002) afirma que consumir drogas faz parte da nossa realidade social, entendendo que é um fato,

não mais (ou pouco) vinculado a um uso medicinal ou a ritos religiosos, mas a uma procura de prazer que corre o risco de se tornar desenfreada e que desvia a realidade. De uma dádiva divina, ela [droga] se transformou, assim, em uma maldição com um alto potencial alienante. (não paginado)

Nossa necessidade de uma compreensão integrada sobre o uso de drogas entre estudantes brasileiros é urgente. Por esta razão, apresentamos em seguida algumas considerações sobre as substâncias psicotrópicas consumidas pelos alunos do ensino fundamental e do ensino médio. Tais estudos trazem à discussão uma visão histórica e antropológica, os efeitos tóxicos e os levantamentos sobre o consumo de drogas que permitem fundamentar programas de educação preventiva nas escolas.

Drogas como álcool, anfetamina, ansiolítico, anticolinérgico, cocaína, energéticos, solventes, maconha e tabaco constituem o universo de “uso e abuso” onde transitam cerca de 22% de nossos estudantes. Outras substâncias como, alucinógenos, barbitúricos, esteróides/anabolisante, orexígenos, xaropes à base de codeína (opiáceo) tiveram percentagem inferior a 1,0% entre os alunos. Não houve nenhum relato de uso dos opiáceos morfina e heroína. (GALDURÓZ et al., 2004)

Pela pesquisa de Abramovay e Castro (2002), constatou-se que consumo e baixo rendimento escolar estão associados, os usuários apresentam defasagem série/idade.

Mostra, também, quais são as relações entre consumo de droga/rendimento escolar e consumo de droga/expulsão/transferência de estudantes. Quanto à primeira, se for considerado o universo de alunos reprovados mais de uma vez, verifica-se que a média dos que fazem uso de drogas (31,5%) é duas vezes superior aos que não usam (16,2%), o que indica uma relação entre usuários e aprendizagem escolar. Aponta, também, para uma associação entre consumo e expulsão/transferência numa proporção de 12,7% para usuários e 2,7% para não-usuários.

Na opinião de Fonseca (2002), a escola se vê frente a esta realidade, enquanto espaço concreto onde crianças, adolescentes e jovens adultos permanecem, praticamente, a metade de suas vidas. Torna-se necessário conhecer e compreender as raízes do problema. Levantamentos epidemiológicos confiáveis precisam ser realizados para que, não só indiquem a magnitude do consumo de drogas, como também, identifiquem as condições de risco e os grupos afetados. Esses estudos nos permitem a realização de diagnósticos contribuindo para elaboração de políticas públicas que respondam à demanda gerada pelo abuso de drogas.

Segundo Breilh e Gandra (1989, p. 35), "o conhecimento epidemiológico se desenvolve em torno do esforço para explicar e transformar os problemas de saúde-doença em sua dimensão social". A epidemiologia estuda os processos de saúde e doença que ocorrem numa população com vistas a obter conhecimentos e técnicas que, através de medidas de alcance coletivo, promovam a saúde individual. As pesquisas e levantamentos epidemiológicos caracterizam-se pelo desenho descritivo, pelo universo de amostragem homogênea, pela observação de campo, pela utilização de instrumentos estruturados e padronizados e pela aplicação de modelos estatísticos.

No Brasil, importantes levantamentos epidemiológicos sobre consumo de drogas entre estudantes têm sido realizados. Dois órgãos são tomados como referências para nosso estudo, a saber: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura do Brasil (UNESCO). A abrangência de ambos é fundamental para analisarmos o comportamento dos alunos relativo às drogas, pois possibilitam conhecer a realidade do país. É o caso do V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras (GALDURÓZ, et al., 2004), do CEBRID. Outras pesquisas a serem consideradas são realizações da UNESCO do Brasil sob os títulos "Avaliações das Ações de Prevenção às DST/AIDS e Uso Indevido de

Drogas nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio em Capitais Brasileiras” e “Drogas na Escola”. Os estudos tiveram como foco levantar e combinar informações sobre as drogas e a sexualidade juvenil, assim como, analisar as percepções/representações sobre drogas e as experiências de alunos, pais e membros do corpo pedagógico das escolas. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; ABRAMOVAY e RUA, 2001).

Vale afirmar que os resultados descritos nos levantamentos epidemiológicos seguem a classificação da OMS. Para os objetivos de nossa tese, consideramos os seguintes termos: *uso na vida*, uso de droga pelo menos uma vez na vida; *uso freqüente*, uso de droga (s) seis ou mais vezes nos últimos trinta dias; *uso pesado*, padrão de uso que já causa dano à saúde, físico e / ou mental e *primeiro uso*, média de idade de iniciação. Essas informações são essenciais para estruturação de programas preventivos, pois mostra como a obtenção de drogas é fácil e como essas substâncias permeiam a vida dos estudantes.

Conforme citamos, os levantamentos epidemiológicos sobre o abuso de drogas revelou que vem aumentando o consumo, tendo declarado usar uma vez na vida na vida 22,6% dos estudantes e 2,3% *uso pesado* (exceto para álcool e tabaco). Já se observa iniciação em 12,7% de crianças na faixa etária de 10-12 anos. As investigações mostram no resultado total que as drogas mais amplamente usadas são as legais - álcool e tabaco, as drogas lícitas de uso ilícito - solventes, ansiolíticos e anfetaminas e, finalmente, as drogas ilícitas - maconha e cocaína. Entretanto o levantamento aponta para duas vertentes bem características: o sexo masculino consome mais drogas como maconha, cocaína e álcool; e o feminino, medicamentos, como as anfetaminas e os ansiolíticos. (GALDURÓZ et al., 2004)

O órgão *International Narcotics Control Board* (INCB), em acordos internacionais, considerou como drogas lícitas de uso ilícito as drogas narcóticas e as farmacológicas. Na Convenção Única sobre os Entorpecentes de 1961, passaram ser controladas as drogas como ópio e seus derivados (morfina, codeína e heroína) e os narcóticos sintéticos methadona e pethidina. Pela Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas de 1971, entre as substâncias controladas, estão os produtos farmacêuticos tidos como psicotrópicos por serem alucinógenos, estimulantes, depressores do SNC. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002)

A seguir discutiremos separadamente o uso do álcool, tabaco e outras de drogas pelos estudantes brasileiros. Figurando entre as drogas mais antigas que se tem conhecimento, o consumo do álcool data de seis mil anos a.C., conforme revelam registros arqueológicos.

A bebida obtida pela fermentação de diversos tipos de vegetais, era usado em festividades sociais, em rituais religiosos, em procedimentos medicinais como anestésico. Esteve presente na Antiguidade desde o segundo milênio a.C., nas grandes civilizações do Oriente Médio e nas culturas da Mesopotâmia. Os mais antigos documentos do Egito descrevem a utilização do vinho e da cerveja como bebida socialmente tolerada, os egípcios empregavam essências alcoólicas para uma série de moléstias. Entre os gregos, o vinho tinha grande importância nas celebrações religiosas. O rum, o uísque e o conhaque surgem na Idade Média a partir do processo de destilação. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; GALDURÓZ et al., 2004; INFO DROGAS, 1999; OLIVEIRA, 1988; SILBER e SOUZA, 1998; VIZZOLTO, 1988)

A bebida alcoólica está plenamente integrada aos costumes atuais, é aceita pela sociedade e incentivada pela propaganda, não sendo penalizada sua produção, venda ou consumo. A grande maioria das pessoas sequer considera o álcool como um psicotrópico. O principal agente do álcool é o etanol. O Brasil considera como bebida alcoólica aquela com mais de 13% de índice de álcool, a cerveja não aparece nesse enquadre.

A relação entre álcool e problemas de saúde vem sendo discutida há algum tempo. A palavra alcoolismo foi empregada pela primeira vez, em 1849, para descrever o conjunto de males relacionado ao consumo excessivo e prolongado de bebidas alcoólicas. Em 1967, a OMS reconhece o alcoolismo como doença, passando a incorporá-la ao CID-10. O abuso do álcool provoca mudanças de comportamento, muitas vezes perigosos, que ocasionam riscos como acidentes e atos agressivos. Traz, ainda, alterações de raciocínio, visão, fala e coordenação motora. O álcool é a droga de maior consumo entre brasileiros, estimando-se que haja aproximadamente 15 milhões de alcoolista no país (15% da população). O alcoolismo situa-se em quarto lugar entre as doenças que incapacitam os trabalhadores brasileiros. A questão do álcool no Brasil tornou-se um problema de saúde pública

Os resultados encontrados no levantamento epidemiológico do CEBRID indicam a seguinte situação dos estudantes em relação ao consumo de álcool: a média de idade de iniciação está sendo 12,5 anos, menor média de primeiro uso entre as demais drogas. Os índices foram os seguintes: *uso na vida* de 65,2%, *uso freqüente* de 11,7% e *uso pesado* de 6,7%. O uso pesado é caminho para dependência. Na faixa etária de 10-12 anos, 41,2% dos alunos já tinham feito *uso na vida*, sendo que cerca de 587 mil adolescentes de 12 a 17 anos

(5,2% da população brasileira), apresentam dependência. (CARLINI et al., 2002; GALDURÓZ et al., 2004)

De modo geral, a família é referência comum na literatura sobre o assunto. Os estudos mostram que 40% dos alunos, pela primeira vez, tomaram bebidas alcoólicas em sua residência, oferecido pelos próprios pais, principalmente, os pais consumidores. A bebida é valorizada como indício de virilidade e maturidade sendo o uso doméstico facilitado pela família. Os três fatores mais significativos no abuso de álcool são a história familiar, o uso por parte dos pais e certas características individuais. História familiar de alcoolismo é tida como risco, assim também são a educação e as medidas disciplinares sem consistência dos pais com relação ao uso do álcool pelos filhos. É importante que desde a infância os filhos compreendam pela atitude dos pais o que é uso adequado ou uso indevido de drogas. Se por um lado crianças e adolescentes podem aprender comportamentos de abuso convivendo em famílias que apresentam histórico de problemas de drogas, por outro, quando as relações com pais foram solidamente constituídas, é pouco provável que o uso de drogas se torne um problema. (FONSECA, 2002; SILBER e SOUZA, 1998).

O tabaco, citado como a outra droga lícita de uso intenso, pode ser considerado como uma epidemia generalizada. O uso e abuso de cigarros de tabaco são, mundialmente, o maior fator de risco relacionado ao adoecimento, causando doenças cardiovasculares, pulmonares e cancerígenas. O fumo, em longo prazo, traz maior número de doença que todas as demais drogas somadas. Somente a partir de 1960, começaram a surgir relatos científicos relacionando o cigarro ao adoecimento dos fumantes. Essas doenças vêm ocorrendo em pessoas cada vez mais jovens, o que levou a OMS, em 1998, a incluir a prevenção e o controle do tabagismo como prioridade entre as suas recomendações. Os dados da OMS indicam que o tabagismo, anualmente, faz cerca de cinco milhões de vítimas em todo o mundo (ENTRA..., 2005). No Brasil, aproximadamente, 32,6% dos adultos são fumantes, ocorrendo 300 mil óbitos anuais causados pelos efeitos do cigarro. Os prejuízos causados pelo tabaco chegam a mais de US\$ 200 bilhões, ao ano mundialmente.

O início da história do tabaco deu-se, talvez, há cerca de mil anos em rituais mágico-religiosos, atribuindo-se aos maias, na América Central, o uso inicial do cigarro e do cachimbo nessas cerimônias. Tal fato ocorreu também no Brasil pela influência dos índios da tribo tupi-guarani. O tabaco tornou-se o principal produto de exportação nas colônias das

Américas recém-descobertas, tendo sido largamente cultivados nos Estados Unidos e no Caribe. Foi somente em 1560 que o uso do tabaco tomou grande impulso na Europa, pela introdução feita na França por Jean Nicot (daí o nome nicotina). No início do século XVII, passou a ser um dos maiores valores no comércio internacional. O cachimbo no século XVII, o rapé e hábito de mascar no século XVIII, o charuto no século XIX e a democratização do cigarro no século XX assinalam a expansão do tabaco (*nicotina tabacum*) no mundo.

Galduróz et al. (2004) e Rosemberg (2001) apontam que o uso do tabaco é iniciado cedo na vida do estudante, em torno dos 12,5 anos e que, além disso, há um aumento progressivo de fumantes de acordo com a idade e ano escolar. O *uso na vida* foi feito por 24,9% e *uso freqüente* por 3,8% dos estudantes pesquisados. A nicotina, uma das substâncias tóxicas encontradas no cigarro leva à dependência, sendo a faixa etária jovem a mais atingida, há cerca de 1.250 mil tabagistas entre 12 e 24 anos. Abramovay e Castro (2002) descrevem que quando se pergunta aos 4.2804.430 alunos das escolas de ensino fundamental (5^a. a 8^a. série) e ensino médio *Você costuma fumar cigarros?*, as respostas obtidas são as seguintes: não fumam, 89,1%; fumam eventualmente, 7,5%; fumam diariamente, 3,3%. Os depoimentos dos alunos mostram que o primeiro contato e experiência dos adolescentes com tabaco deram-se ou no próprio ambiente familiar, ou com amigos em festas, bares e shows que costumam freqüentar. Vale assinalar a importância do grupo como fator de pressão, pois o hábito de fumar não só é um ritual valorizado, como também, uma forma de padronização, identificação e prestígio.

Goldfarb (1999) defende que uma política visando reduzir o número de fumantes entre crianças e adolescentes precisa incluir ações legislativas, econômicas e educativas. As medidas educativas devem ocorrer em campanhas - Dia Mundial do Tabaco (31 de maio) e Dia Nacional de Combate ao Fumo (29 de agosto) que merecem ser comemorados de forma cada vez mais crescente, por vários seguimentos da sociedade brasileira. É fundamental a atuação e o apoio dos profissionais de Saúde em consultas de aconselhamento e programas educativos que orientem pais e filhos para evitar o tabagismo. A autora acrescenta, ainda, o valor da função da escola como canal de desenvolvimento das ações de prevenção e promoção da saúde.

No que se refere às medidas legislativas e econômicas, um marco histórico para a saúde pública ocorreu em fevereiro de 2005. Entrou em vigor, com apoio da OMS, o

primeiro tratado internacional destinado a reduzir o tabagismo. As medidas aplicadas pretendem tornar o tabagismo cada vez menos atraente. São as seguintes: proibição global de qualquer publicidade sobre tabaco e de toda a sua promoção e patrocínio; proteção contra a exposição à fumaça em locais públicos; inscrições nas embalagens e etiquetas contendo “advertências sanitárias” contra os riscos trazidos pelo tabaco; adoção de medidas financeiras e fiscais dissuasivas, adoção de medidas legislativas sobre responsabilidade penal e civil da indústria do tabaco. (ENTRA..., 2005)

Finalmente, em relação às substâncias lícitas, pode-se afirmar que cigarro e álcool são drogas largo uso entre estudantes brasileiros. O Quadro 1 demonstra e compara as relações entre o uso e abuso das drogas lícitas álcool e tabaco, com base nos dados de Abramovay e Castro (2002).

Quadro 1 - Alunos do ensino fundamental (5a. a 8a. série) e ensino médio, segundo o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco

Uso/abuso de drogas	Álcool	Tabaco
Quanto à frequência	42,2% dos alunos não bebem 10% bebem regularmente (1)	90% dos alunos não fumam 3% fumam regularmente (2)
Quanto ao gênero	Mulheres: 47,4% não bebem, 6,7% bebem regularmente (1) Homens: 40,6% nunca bebem, 13,5% bebem regularmente (1)	Mulheres: 89,5% não fumam, 10,5% fumam regularmente (2) Homens: 89,9% não fumam, 11,13% fumam regularmente (2)
Quanto à idade	Bebem regularmente: 10-12 anos - 30% 13-15 anos - 52,5% 16-18 anos - 66,4% 19 anos ou mais - 70,7%	Fumam regularmente: 10-12 anos - 2,5% 13-15 anos - 8,9% 16-18 anos - 14,9% 19 anos ou mais - 17,5%

(1) É o somatório das alternativas: *todos os dias, quase todos os dias e todos os finais de semana.*

(2) É o somatório das alternativas: *diariamente, às vezes.*

Segundo Galduróz et al (2004), quando comparados os dados em levantamentos anteriores do CEBRID verifica-se que: 1) não houve tendência de aumento em relação ao *uso na vida* e ao *uso freqüente* de álcool, 2) apesar da proibição de propaganda de cigarros, aumentou a tendência de *uso na vida* para tabaco. 3) pesquisas comprovam que os usuários regulares de drogas iniciam pelo álcool e tabaco (SANCHES e NAPPO, 2002).

Os medicamentos, tais como os ansiolíticos e as anfetaminas, e os inalantes são drogas lícitas que vem sendo utilizadas por crianças e adolescentes de forma ilegal. Estudos (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; GALDURÓZ et al., 2004; INFO DROGAS, 1999;

OLIVEIRA, 1988; SILBER e SOUZA, 1998; TEUZEAU, 1991; VIZZOLTO, 1988), indicam que os solventes, tais como, colas, solventes, anestésicos voláteis e gases propulsores de aerossóis, são substâncias voláteis de grande potencial, classificadas como drogas depressoras do SNC. Os agentes inalantes foram utilizados em todas as épocas, cada geração mostrou sua preferência por algum produto. A etermania, por exemplo, foi vista como flagelo social há mais de um século, principalmente, na Irlanda. No Brasil, o lança-perfume em esteve em moda nos anos 60, sendo consumido para dar sensações de torpor, tonteira e euforia. Foi proibido o uso em 1965.

Galduróz et al. (2004) relatam que o inalante é a 3ª. droga mais consumida pelos estudantes do sexo masculino, exceto álcool e tabaco, fizeram *uso na vida* 15,4% dos alunos e *uso freqüente* 1,5%. O primeiro uso se dá precocemente em 9,9% dos alunos aos 13,1 anos. A inalação voluntária de vapores apresenta efeito bifásico, estimulação inicial (euforia, excitação, até mesmo, alucinações) seguida de depressão. Os efeitos imediatos são náuseas, sangramento nasal, tosse, fadiga muscular e perda de apetite, sendo que a aspiração repetida pode levar a lesões irreversíveis no cérebro, com coma e morte. Os inalantes gozam de grande aceitação entre os adolescentes, fato que se deve ao início de efeito rápido, à qualidade e padrão de efeito, ao baixo custo e à facilidade de aquisição, segundo os estudantes. Os usuários têm como local de consumo nas próprias residências, porém, longe dos olhos dos familiares. Dentre os inalantes mais usados estão acetona, esmalte e “cheirinho da loló”, produto clandestino à base de clorofórmio e éter usado para fins de abuso.

Pesquisas em relação aos estimulantes, (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; GALDURÓZ et al., 2004; INFO DROGAS, 1999; OLIVEIRA, 1988; SILBER e SOUZA, 1998; TEUZEAU, 1991; VIZZOLTO, 1988), indicam que os mais conhecidos são as anfetaminas, amins sintéticas muito semelhantes à adrenalina, sintetizadas pela primeira vez em 1887 e comercializada em 1937. Inicialmente, sua aplicação deve-se à Segunda Guerra Mundial no combate ao sono, à fadiga e à fome durante as vigílias. Em 1970, sofre restrições de comercialização passando para categoria de psicotrópicos. A metanfetamina, uma anfetamina, é consumida em cachimbos recebendo o nome de *ice*, a administração de doses por via intravenosa *speed*, a forma mais perigosa de consumo. Outra anfetamina, a metilenodioximetanfetamina (MDM) é conhecida como *ecstasy*.

Este medicamento, de uso pouco criterioso, tem o efeito de suprimir o apetite, reforçar a atividade e estimular o SNC. A anfetamina é largamente usada como moderador de apetite, entretanto, chama a atenção o fato que o número de obesos é baixo se comparado às vendas para este fim. O interesse terapêutico é muito limitado, justificando-se o uso somente numa rara doença chamada narcolepsia (necessidade irresistível de dormir). Altas doses da substância psicoativa causam taquicardia, aumento de pressão arterial, irritação, agressividade, delírios e alucinações. A droga cria dependência e seu uso contínuo pode levar à degeneração das células cerebrais. O V Levantamento do CEBRID (GALDURÓZ et al., 2004), revela que o *uso na vida* foi de 3,7%, *uso freqüente* de 0,5 % e o *primeiro uso* aos 13,4 anos entre os estudantes. As anfetaminas estão em 2º lugar no *ranking* das drogas mais consumidas pelas estudantes do sexo feminino (4,3%), nas cinco regiões do país.

Na mesma pesquisa, Galduróz et al. (2004) aponta que os ansiolíticos tiveram *uso na vida* de 4,1%, *uso freqüente* 0,4% e o *primeiro uso* aos 13,5 anos no conjunto das 27 capitais. Esses psicotrópicos ocupam a 1ª posição no *ranking* das drogas mais consumidas pelas estudantes do sexo feminino (5,0%), nas cinco regiões brasileiras pesquisadas. Os ansiolíticos ou tranqüilizantes são substâncias classificadas como depressoras do SNC, causam dependência e tolerância. Em 1950, os ansiolíticos apareceram com o meprobamato, logo substituído pelos benzodiazepínicos. Sintetizada nos anos 50, a benzodiazepina domina os tratamentos farmacológicos. O problema está em que a droga tem sido prescrita indiscriminadamente, calcula-se que 10% da população adulta de países desenvolvidos façam uso de “calmantes” benzodiazepinas, um uso acima do que se esperaria sob o prisma médico. No Brasil, muitas dezenas dessa substância são comercializadas com nome fantasia. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; GALDURÓZ et al., 2004; INFO DROGAS, 1999; OLIVEIRA, 1988; SILBER e SOUZA, 1998; TEUZEAU, 199; VIZZOLTO, 1988).

Conforme Cruz (1993), não só os adolescentes, mas, também os idosos vivem o problema de consumo inadequado de medicamentos tranqüilizantes, sedativos e hipnóticos. Entre os idosos que participaram do estudo de Cruz, 12,5% responderam que fazem uso de ansiolítico há mais de trinta anos. Foram verificados casos dependência química pela medicação e síndrome de abstinência na sua ausência.

Os anticolinérgicos são empregados, na medicina, para tratamento da doença de Parkinson e como antiespasmódicos. As substâncias com propriedades anticolinérgicas quando

usadas, com fim não médico, em doses elevadas trazem estimulação tímica e alucinações visuais e auditivas. Também são utilizadas como drogas de abuso a planta do gênero *datura*, o chá de lírio, ou trombeteira, ou zabumba, ou saia branca. Observa-se tendência de aumento do uso de anticolinérgicos entre estudantes, principalmente, do sexo masculino, sendo os mais consumidos o medicamento Artane e o chá de lírio. Os anticolinérgicos aparecem, entre estudantes brasileiros, com tendência do consumo médio (*uso na vida*) de 1,2% e *uso freqüente* 0,1. Os anticolinérgicos não desenvolvem tolerância e não há descrições de síndrome de abstinência. Mais recente é o uso de energéticos, drogas muito utilizadas associadas ao álcool, aumentando o efeito excitatório deste. Já fizeram *uso na vida* 12,0% dos estudantes. (GALDURÓZ et al., 2004)

Fonseca (2002) aponta que é na farmácia onde se dá a aquisição dos ansiolíticos e das anfetaminas. As estudantes do sexo feminino experimentam anfetaminas e ansiolíticos de modo significativamente maior que os estudantes masculinos. "A mulher tem que ser magra, portanto deve tomar anfetaminas! Mulher não pode ser nervosa, tensa ou histérica, portanto deve tomar ansiolíticos!" (CARLINI, CARLINI-COTRIM e SILVA FILHO, 1990, p.24). Bucher (1988) chama atenção para o crescimento do consumo de medicamentos incentivado pela indústria farmacológica e pelos meios de comunicação. Substâncias legais de uso ilícito, que criam intensa dependência, como barbitúricos, tranqüilizantes, soníferos são largamente usados pelas pessoas, o que traz à discussão questões éticas de responsabilidade de médicos, de pesquisadores, de laboratório e de autoridades. Lescher (1998) revela que as indústrias da psicoquímica moderna arrecadam bilhões de dólares de lucro pelas dezenas de marcas diferentes de antidepressivos que "a indústria farmacêutica lançou num mercado de deprimidos e ansiosos pelo remédio mais eficaz, os de última geração" (p.60). Tais fatos nos mostram a necessidade de um amplo diagnóstico sobre a produção e distribuição de medicamentos.

O uso de psicotrópicos foi sendo intensificado nas culturas ocidentais a partir de 1960, com a síntese de novos produtos e o aumento da concentração e potência das drogas tradicionais. Somente no final dos anos 60, o consumo entre adolescentes e jovens começou a se espalhar. No Brasil, o uso de drogas ilegais vem aumentando consideravelmente nos últimos anos e cada vez mais cedo entre alunos. A maconha lidera as drogas ilícitas entre os estudantes, o *primeiro uso* se dá aos 13,9 anos, 5,9% dos entrevistados declararam fazer *uso na vida* e 0,7 *uso freqüente* (GALDURÓZ et al., 2004). Trata-se de uma substância psicoativa perturbadora do SNC, que tem como efeitos de consumo delírios, alucinações, alteração nas

noções de tempo e espaço, perda de memória de curto prazo, desconcentração, baixo rendimento intelectual. O uso crônico causa a síndrome da desmotivação, traz diminuição dos níveis de testosterona podendo gerar infertilidade masculina temporária, que cessa com suspensão do uso da droga.

A maconha (*cannabis sativa*) tem origem na Ásia Central, China e Índia, aparecendo em registros de mais de duzentos anos a.C. Usada desde a Antiguidade pelas virtudes inebriantes das beberagens nas cerimônias religiosas dos sacerdotes indianos. Foi empregada, também, com fins medicinais entre os gregos. Os escravos africanos fizeram sua introdução no Brasil, tornando-a muito consumida e difundida pela população negra, nos estados do nordeste. Até hoje a maconha, designação brasileira para a *cannabis*, tem uso recreativo de cunho popular. Planta herbácea que cresce em várias partes do globo, em suas folhas e topos floridos encontra-se a substância ativa THC Delta 9-Tetrahydrocannabinol. Essa erva recebe mais de cem nomes pelo mundo, sendo os mais conhecidos marijuana, nos Estados Unidos; grifa, no México; ganja, na Índia; haxixe, no Oriente e na África. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; GALDURÓZ et al., 2004; INFO DROGAS, 1999; OLIVEIRA, 1988; TEUZEAU, 1991; VIZZOLTO, 1988).

Vale destacar a afirmação de pessoas que acreditam ser o álcool e o tabaco de efeitos mais maléficos que a maconha. Carlini (1981), contradiz, justificando que não existem estudos científicos que comprovem tal fato, além disso, uma comparação entre drogas só seria válida se os níveis de consumo das substâncias fossem idênticos, o que seria difícil de ocorrer.

A coca (*erythroxylon coca*), epadú para os índios brasileiros, é um arbusto originário dos Andes, onde mascar suas folhas ou “coquear” tornou-se um hábito tradicional, um bem sócio-cultural. Da folha da coca, por reações químicas em 1856, foi obtido um alcalóide sob a forma de pequenos cristais - a cocaína. Psicotrópico classificado como estimulante do SNC, a cocaína é um pó branco que produz intensa dependência e tolerância, habitualmente consumido por inalação ou injetado, quando dissolvido em água. Tem como derivados o *crack*, em forma de pedra que se volatiliza quando aquecida, e o *merla* em pasta, ambos são fumados. Há, também, uma pasta com impurezas tóxicas, um produto grosseiro fumado em cigarros chamados *basukos*. A cocaína produz nos usuários sensação de grande força muscular, alerta, euforia, insônia, perda do apetite, emagrecimento. Em doses elevadas leva a alucinações visuais, auditivas, táteis e idéias de perseguição denominada psicose

cocaína. Ao efeito estimulante, segue-se a depressão. Não há descrições de síndrome de abstinência. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002; INFO DROGAS, 1999; OLIVEIRA, 1988; TEUZEAU, 1991; VIZZOLTO, 1988)

De acordo com os dados de Galduróz et al (2004), o *primeiro uso* de cocaína em pó se dá aos 14,4 anos, o *uso na vida* é de 2% estudantes e o *uso freqüente* de 0,2%. O *uso na vida* de crack é de 0,7% e *uso freqüente* de 0,1% e o *primeiro uso* aos 13,8 anos. Apesar dos percentuais não serem elevados, o consumo da cocaína vem se popularizando sendo expressiva a tendência de aumento de uso na vida, uso freqüente e uso pesado. Para Abramovay e Castro (2002), um dado importante diz respeito ao uso de drogas injetáveis, cerca de 0,3% dos alunos (24 mil jovens) fazem uso freqüente da via venosa, destes, 45% (10 mil estudantes) compartilham seringas.

Em síntese, a seguir, apresentamos na Tabela 5 os resultados globais obtidos no V Levantamento do Nacional sobre o Uso de Drogas realizado pelo CEBRID (GALDURÓZ et al., 2004).

Tabela 5 - *Uso na vida* de 10 drogas psicotrópicas por 48.155 estudantes do ensino fundamental e médio das redes municipal e estadual de ensino do Brasil; dados expressos em percentagem, levando-se em conta idade, sexo, e as diferentes drogas individuais.

Drogas	Sexo %			Idade (anos) %				
	M	F	NI	10-12	13-15	16-18	>18	NI
Álcool	64,5	66,3*	60,2	41,2	69,5	80,8	82,1	69,2
Tabaco	25,2	24,7	25,3	7,0	24,7	39,7	41,3	34,6
Solvente	16,9	14,3*	15,3	9,9	16,9	19,1	19,9	13,8
Anfetamina	3,0	4,3*	3,5	1,7	3,9	4,8	4,7	4,9
Ansiolítico	3,1	5,0*	4,4	1,5	4,1	5,8	7,0	6,3
Anticolinérgico	1,3	1,0	1,3	0,9	1,2	1,3	1,8	1,3
Energéticos	14,9	9,4*	12,4	4,3	12,8	18,9	20,0	11,0
Maconha	7,9	4,1*	7,0	0,6	3,9	11,2	17,7	9,5
Cocaína	2,8	1,3*	2,7	0,5	1,4	2,8	6,8	4,2
Crack	1,1	0,4	1,1	0,2	0,6	1,1	2,0	1,5

NI significa dados não informados pelos alunos

*Diferença estatisticamente significativa entre os dois sexos (Teste do χ^2 , $p < 0,05$).

Fonte: GALDURÓZ, 2004, p. 25

Algumas conclusões deste estudo são muito relevantes para programas preventivos. A idade do *primeiro uso* orienta e determina em que idade se deve iniciar a prevenção ao abuso, pois se trata de uma informação primordial para o resultado final da prevenção. Outra preocupação é quanto ao início de uso de drogas em idades muito tenras. Na

faixa etária de 10-12 anos, 12,7% já fazem *uso na vida* de drogas, exceto álcool (41,2%) e tabaco (7,0%). O *uso na vida* e o *uso no mês* são de extrema relevância, pois denotam um contato recente com as drogas e muito úteis quando há a desejável constância na realização de estudos epidemiológicos. Já o *uso freqüente* e o *uso pesado* têm importância por ser o caminho para que a dependência se instale.

Uma interrogação tem sido presente na sociedade contemporânea, por que o consumo de drogas? Quais são as motivações para o abuso?

O fenômeno das drogas vem sendo examinado por diferentes perspectivas que tentam explicar à luz de teorias psicológicas, psicanalíticas, antropológicas, sociológicas e tantas outras ciências para entender: por que? O médico enfatiza a neuroquímica e a influência dos psicoativos nos neurotransmissores, o psicólogo se interessa pelo caráter do comportamento adquirido da farmacodependência, o sociólogo tenta compreender as causas sociais do consumo de drogas e seu papel social, o antropólogo destaca as significações simbólicas, os ritos e as funções ligadas ao uso da droga na cultura.

Existe uma impossibilidade – até mesmo indecente – ao falar da droga [...] os médicos ainda não são capazes de compreender como e por que uma droga é toxicomanogênica. O mesmo acontece com os sociólogos, que não conseguem explicar como e por que uma pessoa torna-se toxicômana. Os drogados não nos respondem. Não existe, na realidade, um conhecimento sobre a droga: apenas competências cruzadas. (INGOLD, 1980, p. 43 apud MANDON, 1991, p. 231)

Com esta perspectiva multidisciplinar, trazemos algumas dentre as inúmeras contribuições de estudiosos da questão em busca de maior clareza sobre o fenômeno do consumo de drogas. Segundo Olivenstein (1991), para uma pessoa tornar-se dependente são necessários e suficientes duas condições: encontrar a droga e ter relação com a transgressão da lei, tanto a lei imaginária quanto à lei real. Dias (1991) complementa que a incitação às drogas ilícitas surge como uma crítica do lícito e como procura do ilícito dentro do prazer e do comportamento. É essa relação alterada entre lei e prazer que favorece a aquisição de uma identidade alternativa como forma de ser integrado numa sub-cultura toxicomaniaca. Neste sentido, Mandon (1991), vai especificar quais os elementos que definem a droga no próprio seio de um sistema cultural. Cultura, aqui entendida como um conjunto organizado de expressões tanto ideológicas como materiais das relações que os homens mantêm entre si e no seu meio ambiente.

Os fenômenos ligados ao uso de drogas devem ser recolocados neste conjunto cultural, que corresponde à globalidade de um sistema social [...] onde podemos compreender a dimensão cultural em todos os níveis – das estruturas materiais da vida em sociedade, das estruturas de comportamento e, finalmente, das estruturas mentais coletivas. (p. 234)

Para Baudrillard (1987), as drogas estão associadas à cultura do Estado Mínimo que, regulado pela competitividade do mercado, alargou as diferenças em um mundo dividido em ricos e pobres, produzindo uma legião de excluídos economicamente. Nos países onde impera a pobreza, mesclam-se subdesenvolvimento, miséria e droga, o que implica em maior vulnerabilidade aos jovens marginalizados que procuram nas drogas um meio de compensar essa privação. Por outro lado, nas ditas sociedades ricas, o consumo de substâncias tóxicas é tido como produto do consumo, do bem-estar e do supérfluo. Assim sendo, o uso e abuso de drogas constituem uma reação vital e simbólica, mesmo que desesperada, contra qualquer coisa ainda pior.

As drogas, qualquer uma, forte ou fraca, incluindo fumo, álcool e todas as variantes contemporâneas são condutas de exorcismo: exorcizam a realidade, a ordem, a indiferença das coisas. Mas não se deve esquecer que, através delas, é a própria sociedade que exorciza certos poderes esquecidos, certas contradições internas. Exorcizar é produzir para maldizer. É ela que produz este efeito e é ela que o condena. Se não pode deixar de produzi-lo (o que seria desejável), ao menos deixe de maldizê-lo. (BAUDRILLARD, 1987, p. 9)

Em Bucher (2002), o consumo de drogas significa a procura deliberada de alteração dos estados de consciência, de ter experiências inéditas que sejam “experiências de prazer”. Atribui três funções ao abuso: 1) esquecer a transitoriedade e mortalidade que o ser humano está sujeito e a angústia que isso provoca; 2) procurar a transcendência, entrar em contato com forças sobrenaturais, tentando alargar os limites existenciais em busca de elementos espirituais ou divinos que assegurem sobrevivência além da morte; 3) buscar o prazer, função que domina a farmacodependência moderna. Totugui (1988) entende essa “busca do prazer” como o desejo de obter um prazer intenso e imediato, muito restrito ao próprio corpo e, portanto, solitário. No consumo contemporâneo, essa procura impõe-se como um fim em si mesmo, não evidenciando um caráter social construtivo.

Verificando as percepções dos estudantes, Abramovay e Castro (2002) grupam os fatores em quatro categorias: ajudar a esquecer os problemas, modismo, auto-afirmação e diversão. Para os alunos, a influência e pressão dos amigos, a curiosidade, os conflitos

existenciais fazem aumentar a possibilidade de usar drogas. A falta de espiritualidade, a falta de diálogo em casa e as brigas familiares também são indicadas como causas prováveis, mas, não necessárias, para os jovens procurarem as drogas. Também Salles (1998) coletou em depoimentos o motivo do uso de drogas entre alunos adolescentes. Foram relatadas as seguintes justificativas: vontade de experimentar, exibir-se, porque é proibido, curtir a noite, buscar a felicidade, divertir-se, aliviar o sofrimento, fugir da realidade em que vive, sentir-se melhor, ter relação familiar ruim, atingir os pais.

No fenômeno do abuso drogas, qual o lugar da escola? Se considerarmos que a adolescência e a juventude formam um grupo social muito vulnerável às drogas e que a clientela-alvo tem sido os estudantes entre 16 e 18 anos, podemos explicar os motivos que tornam o ambiente escolar tão exposto a essa problemática. A escola agrega jovens de famílias diferentes, em seu interior convive grande diversidade cultural e, por ser um dos principais espaços concretos de afirmação, interação e socialização dos estudantes, há que se encontrar frente a frente com esta nova realidade. A presença das drogas em seu entorno e sua entrada na escola é fato real para alunos, pais e professores.

Para maior compreensão desse fenômeno, Biscaia (1998) e Murad (1985) esclarecem que a infiltração do tráfico de droga nas escolas ocorre de diversas maneiras, ora lança mão de uma abordagem ostensiva facilitando o acesso às drogas, ora emprega estratégias que visam seduzir os estudantes. O traficante pode ter sua presença muito bem disfarçada dentro do ambiente escolar fazendo-se passar por estudantes, ou fazendo a mediação através dos próprios estudantes. Esses são alunos usuários que para manter o consumo passam a ter contato com o tráfico e fornecer a droga aos colegas. Numa abordagem inicial, o traficante-aluno não oferece a droga de imediato, primeiro conversa sobre o assunto, fala dos “baratos” que a droga é capaz, oferece a droga gratuitamente para o colega experimentar que, depois, passa a comprar para seu próprio consumo. É assim que o experimentador faz seu ritual de iniciação na cultura das drogas.

Os amigos têm um papel especial na iniciação das drogas, uma vez que as primeiras experiências são feitas com pessoas de confiança. De modo geral, as experiências iniciais com a maconha são feitas em grupos compartilhando a droga com alguém que é usuário, em clima de aventura, cumplicidade e amizade. A fala de um aluno usuário mostra com clareza a força do grupo e o valor das experiências em comum. “O prazer que a droga causa. Sei lá, é legal você olhar para

uma pessoa e saber que ela tem o mesmo prazer que você, tanto com a droga ou com qualquer coisa”. (ASINELLI-LUZ, 2000, p. 153). No entanto, quando as experiências entre companheiros vão se transformando na necessidade do efeito químico da droga, o experimentador, agora usuário, compra a maconha num intermediário. Já a cocaína, ao contrário, só é oferecida gratuitamente quando o estudante aliciador visa conquistar um novo freguês. O “crack” é oferecido pelo traficante ao dependente como opção mais barata à cocaína.

Segundo Abramovay e Castro (2004), a presença da droga e da violência que dela advém, tem trazido sérias conseqüências para o cotidiano das escolas, pois impõem um clima de insegurança e medo, estabelecendo, com isso, a “lei do silêncio” na comunidade escolar. É muito importante reafirmar que a repressão do tráfico de drogas está sob a responsabilidade de setores de policiais, não cabendo à escola, que no máximo deve informar a situação aos órgãos encarregados. Agentes de segurança precisam estar capacitados para o controle e fiscalização do tráfico, intervindo rapidamente para afastar aqueles que fazem o tráfico no ambiente escolar. No caso de alunos, a escola precisa ponderar sobre a possibilidade de intervir, caso contrário, deve evitar a convivência desses estudantes na vida escolar.

Configura-se, então, a questão: é na escola que aparecem os conflitos e é nela que os mesmos podem ser resolvidos. Se por um lado, a escola representa o local onde os jovens se reúnem e vivenciam formas de comportamento, é na escola que se deve possibilitar o acesso a informações esclarecidas e sem preconceitos em assuntos delicados como o consumo de drogas. Entretanto, se quisermos desenvolver um trabalho educativo que se contraponha ao abuso de drogas, é necessário ter presente que o uso dessas substâncias será sempre afetado pelos valores da sociedade, da qual a escola é uma de suas instâncias. Conforme Edwards e Arif (1982),

O lugar que a sociedade designar para o indivíduo será de especial importância, assim como o valor que se der à liberdade, ao direito à procura hedonista do prazer, e o significado que se atribui à saúde. (p.33)

Por fim, descrevemos na presente seção o fenômeno das drogas e seu consumo, com o propósito de lançar novas luzes a um programa de educação preventiva ao abuso dessas substâncias psicoativas entre estudantes brasileiros, e oferecer indicações para estilos de vida saudável.

3 SAÚDE: bem a ser conquistado

O início

Mas, onde eu devia começar?
 O mundo é tão vasto,
 Começarei com o meu país,
 que é o que conheço melhor.
 Meu país, porém é tão grande.
 Seria melhor começar com minha cidade.
 Mas minha cidade também é grande.
 Seria melhor eu começar com a minha rua.
 Não: minha casa.
 Não: minha família.
 Não importa, começarei comigo mesmo.
 In: Almas em Chamas
 Elie Wiesel (1928-....)

O significado e o valor atribuído à saúde num trabalho educativo que se oponha ao consumo de drogas entre estudantes convida-nos a revisitar conceitos e modelos de saúde que foram consagrados no correr dos séculos.

Saúde / Doença: concepções e paradigmas

O decurso da história do Homem nos faz ver que saúde, quer individual ou coletiva, sempre foi um bem desejado. Há milênios a humanidade tem a atenção voltada para o alcance deste ideal. Existem vestígios de prováveis práticas cirúrgicas entre os indivíduos da pré-história. Especula-se que ferramentas da era neolítica poderiam ter sido usadas, também, como instrumentos para cirurgias. Numa grande área da Europa Mediterrânea, foram encontrados ossos cranianos que evidenciam casos de trepanação, talvez para tratamentos de fraturas. Na Antiguidade, pinturas e documentos das civilizações indiana, chinesa, pérsica, babilônica, egípcia, grega, romana, hebraica

dão testemunho que saúde e doença foram objetos de estudos e investigações. (LYONS e PETRUCELLI II, 1997) Entretanto, dentre as culturas antigas, é na imorredoura influência do mundo grego que se encontram as raízes do Ocidente.

O conhecimento essencial da Grécia sobre o corpo e o espírito constitui uma razão indispensável para entender, nos dias atuais, os conceitos de saúde e doença. É relevante, também, o fato de que a medicina grega só se torna ciência consciente e metódica sob a ação da filosofia milenar da natureza. Se por um lado, a antiga filosofia pré-socrática tem uma influência decisiva sobre a arte médica puramente prática, por outro, é fundamental a repercussão da nova medicina empírica sobre a filosofia de Platão e Aristóteles. A ciência do médico e a terapia da alma imbricam-se ao assentar suas doutrinas no conhecimento da natureza: o médico sabe sobre a natureza do corpo, o filósofo compreende a natureza do espírito.

Vale ressaltar que a medicina grega, em sua totalidade, não pode aqui ser apreciada, o interesse dessa abordagem histórica incide, primordialmente, como é natural, em procurar as origens dos diferentes paradigmas de saúde/doença, ao longo dos séculos. Destacamos, contudo, que os momentos históricos referidos qualificam o surgimento e o desenvolvimento de cada um dos modelos de conceituação de saúde e doença e que tais modelos coexistem e se interligam.

Segundo Jaeger (2001), os primeiros documentos encontrados em obras completas sobre esses temas datam dos séculos VI e V do Período Clássico grego. São redigidos em prosa jônica e dizem respeito à filosofia da natureza, que procurava uma explicação natural para os fenômenos. Para essa filosofia pré-científica, todo o efeito tem uma causa apresentando relações (causa/efeito). Em consequência, considera que os homens podem ser, ou não, vítimas de enfermidade, tendo em conta suas qualidades individuais e toda a natureza do universo que os rodeia. Neste caso, refere-se tanto à natureza física, que consideravam uma mistura do ar, terra, água e fogo. A mistura desses elementos resultava em qualidades climáticas como seco, úmido, frio e quente. Também a natureza política e social, tinha influências por perceber a crise política como causa das perturbações da saúde na vida da coletividade.

Decorrem das teorias cósmicas, não só a visão objetiva das leis que regulam saúde e doença, como a conexão entre a parte e o todo, o sentido de totalidade. Também para os filósofos da natureza, todo acontecimento natural é uma espécie de compensação, uma indenização ou reparação de um transtorno, princípio frequentemente encontrado nos processos

fisiológicos e patológicos. Trata-se da concepção da *isomoiria* (igualdade) na qual o estado são e normal depende da proporção idêntica entre os elementos do organismo do homem e a natureza do universo. E, assim, o estado de saúde passa a ser definido pela ausência do predomínio de uma só força.

A idéia da *isomoiria* é encontrada nos autores médicos da obra *Dos Ventos, Águas e Regiões* e, praticamente toda a obra diz respeito às origens da Saúde Pública, por enfatizar o papel decisivo do meio ambiente na gênese, desenvolvimento, evolução das doenças e na crucial importância da saúde ambiental numa população. Entretanto, é preciso salientar que, entre os gregos, o meio ambiente era considerado um elemento passivo sobre o qual não se exercia nenhum domínio.

Gouveia (1999) mostra que a concepção da *isomoiria* é retomada, a partir do século XVI até o século XIX da Idade Moderna, pela Teoria dos Miasmas, que concebe a transmissão das doenças pelo ar e pelos odores. Acrescenta que, neste período, após a revolução francesa e início da era industrial, o meio ambiente adquire um caráter predominantemente social, ao explicar o aparecimento das enfermidades e epidemias como conseqüência da insalubridade nas condições de vida e trabalho da população. A teoria miasmática é abandonada pelo advento da concepção biológica da doença, assim como, o estudo das relações com o meio ambiente socialmente construído é relegado a outras ciências. Entretanto, a obra *Dos Ventos, Águas e Regiões* promove ecos na medicina contemporânea. Nas duas últimas décadas do século XX é defendida a proposta das Cidades Saudáveis, pois a compreensão de saúde incorpora a importância do ambiente sócio-econômico, político e cultural. (PROMOÇÃO..., 2000).

Jaeger (2001) aponta que o nome de Hipócrates, personificação das Artes Médicas, está intimamente ligado ao período em que a medicina floresce, em meados do século V, da Grécia Antiga. A escola hipocrática, na ilha de Cós, primeira fundação da Medicina como ciência, caracteriza-se por ser antifilosófica, pela observação imparcial e pela racionalidade, representando um enorme abismo entre a teoria filosófica da natureza que a precedeu. Tem como princípio que é a natureza do paciente quem cura a doença, o corpo humano tende a curar-se a si próprio. Ao médico cabe assumir o papel de auxiliar, para isso, deve observar minuciosamente as exigências de cada caso concreto, investigar onde pode intervir e ajudar o processo de cura. As doenças e suas causas, o tratamento e normas a seguir são indicados pelas narrações do enfermo.

Hipócrates atribui especial importância à qualidade da relação médico-paciente no processo de cura. Nesta prática, o médico, além de técnico, era filósofo, professor e sacerdote.

Hipócrates e seus discípulos aplicam o princípio da totalidade da natureza no conhecimento do homem e, têm como método: 1) observar tudo e analisar cuidadosamente; 2) estudar o paciente, em lugar da enfermidade; 3) avaliar a situação; 4) ajudar a natureza: as forças naturais do corpo; 5) conseguir o equilíbrio e, portanto, a saúde. Tais procedimentos são encontrados na coleção das obras hipocráticas *Corpus Hipocratium*, escritos por muitos autores, que revelam, não só um processo vivo de toda ciência médica, como também, o sistema docente da escola da ilha de Cós. A perspectiva de Hipócrates é de suma importância, já que lança os alicerces do que seria a medicina no Ocidente, definindo modelos aceitos até hoje, na sociedade contemporânea. (LYONS e PETRUCELLI II, 1997)

Ainda de acordo com Jaeger, credita-se ao mundo grego o conceito de saúde como oposição à doença. Platão, em *Górgias*, define o médico como o indivíduo que a partir daquilo que sabe sobre a natureza do homem são, conhece o homem enfermo e, portanto, sabe encontrar os caminhos para restituí-lo ao estado normal. Outras concepções da medicina grega são decisivas na compreensão de saúde, é o caso das idéias de simetria e harmonia estreitamente relacionadas à norma da natureza agir. Platão fala da força, da saúde e da beleza como as virtudes do corpo, como a piedade, a valentia, a moderação e a justiça são virtudes da alma. Também Aristóteles alude à simetria a causa da saúde, da força e da beleza, definindo a saúde como a ordem do corpo. Para estes filósofos, são a simetria e a harmonia das partes ou forças do corpo que traduzem o estado normal. Desta maneira, é lançado um olhar diferenciado à saúde ao significar vida sem doença.

A história da saúde e da doença da Grécia Antiga é fonte de inspiração da medicina ocidental. Os gregos nos deixaram, entre outras concepções, uma visão de homem integrado corpo-espírito e pessoa-natureza, a importância de uma positiva relação médico-paciente no processo de cura, a concepção fisiológica da doença, a idéia de saúde como a simetria e a harmonia do corpo.

Os princípios de simetria e harmonia são os eixos norteadores da Organização Mundial da Saúde (OMS), que em 1948, define saúde como o estado de perfeito bem-estar físico, mental e social e, não ausência de doença. Para Fagulha, Duarte e Miranda (2000) esta forma de encarar a saúde tem o valor de desencadear novas orientações em políticas de saúde, a saber: uma

visão da saúde positiva e uma satisfatória interligação com o físico e o psicológico englobando ajustamento e adaptabilidade sociais. Os autores avaliam o conceito da OMS como sendo teórico e um pouco utópico, juízo com o qual concordamos.

Tal definição é, também, questionada por Segre e Ferraz (1997) que a consideram, apesar de avançada para a época, atualmente ultrapassada, irreal e unilateral. Ultrapassada, pois visa uma perfeição inatingível e irreal por que ao aludir a "perfeito" coloca uma utopia, já que enfoca o subjetivismo que a expressão traz em seu bojo. Unilateral por trabalhar com referencial objetivista, ao adotar uma avaliação de "perfeito bem-estar" externa aos sujeitos. Os autores discutem a validade da distinção entre soma, psique e sociedade, defendendo a noção de homem integrado, análogo ao conceito da *physis* total, forjado e desenvolvido pelos filósofos e médico helenos.

Aspectos históricos documentam que a dialética do corpo com o espírito e da pessoa com a natureza, tão cara à cultura grega, vai sendo perdida e, em consequência, o sentido de que o organismo funciona como um todo. Vemos na literatura que alguns modelos explicativos na medicina ao longo dos séculos se contrapõem a essa percepção holística do homem.

No entender de Joyce-Moniz e Reis (1991), o modelo biomédico traz outras significações ao processo de saúde e apresenta duas vertentes: a ontológica e a fisiológica. A doutrina ontológica considera a doença uma entidade específica, separada do indivíduo, que penetra em seu corpo para agredir. Segundo os autores, a visão ontológica da medicina caracteriza-se pela classificação dos processos de doença, pela elaboração do diagnóstico exato, pela identificação dos órgãos atingidos e que causam os sintomas.

A ontologia encontra suas raízes na *isomoiria* grega, todavia, é com o advento da era bacteriológica ou microbiana que se incorpora à prática médica. Não há dúvidas de que as descobertas de bactérias e vírus, no século XIX, são de grande importância para a humanidade. Tais estudos trouxeram progressos nas investigações sobre as formas de minimizar e, até mesmo, impedir o avanço de epidemias. Entre as pesquisas de valor, desta época, pode-se citar as de Louis Pasteur estabelecendo a teoria microbiana das doenças infecciosas, de John Snow sobre o cólera e de Robert Koch sobre o bacilo da tuberculose.

A perspectiva fisiológica do paradigma biomédico dá ênfase aos processos biofísicos e bioquímicos e suas estruturas mais moleculares, sendo a doença um estado anormal

que um organismo experimenta num determinado momento. A vertente fisiológica, segundo Albuquerque e Oliveira (2002) origina-se na teoria de Newton que, a partir de uma visão mecanicista, percebe o mundo como uma máquina e, como tal, formado por um conjunto de peças. Esta concepção do mundo físico é transplantada aos seres vivos. A metáfora da máquina conceitua o corpo humano como um grande engenho cujas peças se encaixam ordenadamente e se movem segundo leis fixas. A doença é vista como uma avaria no funcionamento de um componente orgânico; tratá-la significa reparar a máquina.

As duas concepções ontológica e fisiológica respondem pela ênfase dada ao modelo biomédico no que tange conceber a doença como um agressor externo e estranho ao sujeito, ou ainda, compreender a doença como algo distinto da personalidade, das condições físicas e do modo de viver do homem. Sem dúvida, para o paradigma biomédico, o funcionamento do organismo humano está completamente dissociado do pensamento e controle do indivíduo. A perspectiva biológica da enfermidade subestima a importância do meio físico e social na saúde dos indivíduos.

Assinalamos outra conseqüência da perspectiva reducionista do modelo biomédico: ser a área da saúde um exemplo de fragmentação. Os profissionais especialistas, sob a égide da medicina dos órgãos, adotam a concepção organicista da doença e tratam os órgãos do corpo como partes isoladas e independentes, substituindo uma perspectiva de unicidade por uma visão fracionada de homem.

Entretanto, reagindo à acentuada e crescente especialização, começa a surgir uma visão alternativa que considera o corpo humano como um sistema que não pode ser dividido em partes componentes. O modelo sistêmico tem como foco os processos biopsicossociais e, assim, num indivíduo o orgânico, o psíquico e o social se determinam e se estruturam uns aos outros, continuamente, numa dinâmica integradora. O modelo sistêmico tem por base centrar-se na pessoa ao invés da doença, além de antever o retorno de uma abordagem ecológica. (ALBUQUERQUE e OLIVEIRA, 2002; JOYCE - MONIZ e REIS, 1991; KAPLAN, 2000).

Desta forma, emerge uma crescente demanda por uma nova formulação de saúde no mundo e, diante disso, uma nova epistemologia é requerida para ampliar o conceito de saúde até então vigente. Conferências e encontros são realizados e documentos elaborados em busca de significados e práticas que transcendam o paradigma biomédico.

Ferraz (1999) aponta o historiador médico Henry Sigerist quem pela primeira vez, em 1945, usou a expressão promoção da saúde, preconizando que saúde se promove com nível de vida decente, boas condições de trabalho, educação, cultura física, descanso e recreação. A autora considera, também, o Relatório Lelonde, publicado pelo governo canadense em 1974, um marco histórico, por enfatizar três conceitos básicos necessários às boas condições de saúde, que são: biologia humana, meio ambiente e estilo de vida. A proposta do relatório associa saúde a medidas preventivas, tais como, mudanças de modos de vida e comportamentos.

Outro ponto referencial, no que tange à formulação da idéia de saúde num sentido mais amplo, é a I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, no ano de 1986. No encontro, é gerada a Carta de Ottawa - reconhecida como o documento-semente do Movimento Cidades Saudáveis - que explicita pré-requisitos e condições para a saúde de uma população, a saber: a paz, a educação, a habitação, a alimentação, a renda, um ecossistema estável, a justiça social e a equidade. Confere, também, à comunidade os meios para identificar os determinantes da saúde, assim como, o controle sobre eles a fim de ser assegurada a qualidade de vida da população. A Carta de Ottawa salienta, portanto, dois objetivos: melhorar a saúde da população e dominar, por parte dos cidadãos, o processo que conduz à melhoria da saúde. (PROMOÇÃO..., 2000).

Assim é a concepção sócio-ecológica de saúde, que tem como princípio a ênfase nas inter-relações entre o ser humano e o ambiente físico e/ou social em que vive. Estão incluídos, não apenas o conjunto de atividades vitais que os indivíduos realizam numa ambiência físico-social determinada, bem como, um conjunto de fatores subjetivos que determinam o caráter ativo dos indivíduos em sua condição de sujeito e seu modo de vida. Para Martinez (1996) significa que as condições subjetivas de uma pessoa devem lhe permitir estabelecer relações adequadas ao contexto em que vive, de modo a enfrentar e superar o estresse e os conflitos que se apresentam em seu dia-a dia. Estas definições mais flexíveis e abrangentes de saúde levam em conta uma multiplicidade de fatores, salientando conceitos específicos e inovadores como os de prevenção à doença, promoção da saúde e qualidade de vida, não só do indivíduo, mas também, da coletividade.

Uma visão prospectiva aponta para um futuro indicador de saúde. Trata-se da fragilidade da vida humana, principalmente, em espaços urbanos pela convivência com as epidemias, o surgimento de novas doenças, a violência, o terrorismo. Considera, ainda, a perda de

valores ligados à solidariedade, a grupos solidários e à família que estão cedendo lugar ao individualismo, ao consumismo, à competição e à busca de sucesso desenfreados. São características da sociedade atual que impõem fragilidade à vida produzindo isolamento, ansiedade, estresse e geram novas doenças como anorexia, pânico, bulimia. (FRAGILIDADE..., 2005)

Ressaltamos que, historicamente, diferentes significações de saúde e doença percorreram modelos que vão da percepção holística do ser humano, a uma perspectiva reducionista que desconsidera os componentes emocionais e sociais dos indivíduos, tal como as visões ontológica e fisiológica. Entretanto, a noção de saúde se transforma, seu foco passa do indivíduo para a cidade, do tratamento da doença para o enfoque da prevenção. A idéia de prevenção da doença desloca-se para a promoção da saúde vinculada à idéia de qualidade de vida, que por sua vez, aponta para questões da saúde pública. Para a saúde pública, a garantia de qualidade de vida faz-se ao elaborar e implementar políticas públicas saudáveis, ao criar ambientes favoráveis à saúde e ao privilegiar ações comunitárias.

Já os estudos de Fagulha, Duarte e Miranda (2000) consideram os aspectos emocionais de um indivíduo, associando a qualidade de vida à identificação de dimensões positivas como o bem-estar psicológico, a satisfação com a vida e a felicidade. Para o bem-estar psicológico, deve ser considerada a contribuição de um sistema de apoio social como trabalho, família, amigos, valores pessoais, relações românticas e sexuais com parceiros. É importante, também, a capacidade de integração à comunidade e participação dos indivíduos em grupos sociais. Acrescenta-se que a satisfação com a vida é conseqüência da comparação entre as circunstâncias de vida apreendidas pelo sujeito e seus padrões pessoais.

As autoras apontam que essa percepção subjetiva fundamenta a Teoria da Qualidade de Vida, de Michel Frisch, de 1994, cujos construtos bem-estar subjetivo/felicidade têm dois componentes: o contentamento perante a vida e os efeitos positivos e negativos. O bem-estar subjetivo origina-se no juízo que uma pessoa faz entre o que tem e o que gostaria de ter, em áreas de sua vida que mais valoriza. A avaliação das aspirações pessoais e realizações das necessidades e objetivos diz o grau de contentamento perante a vida. Quanto menor a discrepância, maior a satisfação e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

Sob o enfoque de bem-estar social e qualidade de vida, vários estudos têm sido realizados. Simões (2001) menciona, como exemplo, a pesquisa Qualidade de Vida e Terceira

Idade, que visava identificar a concepção de qualidade de vida tendo como sujeitos os participantes do projeto Universidade da Terceira Idade da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). A visão dos idosos mostrou-se centrada em valores humanos como ter pensamento positivo, viver bem com o outro, alegrar-se nas realizações cotidianas, cuidar da saúde. Nesse sentido, qualidade de vida é a qualidade da vivência do dia-a-dia e, no seio da terceira idade é

proporcionar o início de uma caminhada, não um ponto de chegada, independentemente das pedras que o mundo produtivo e rentável coloca; é ir em busca dos encontros, dos incentivos, dos desafios, dos projetos, das incertezas, dos desejos e, sem dúvida, dos sonhos. (SIMÕES, 2001, p.189).

Por essa ótica, avaliar a satisfação com a vida de indivíduos e grupos é um importante componente numa política de saúde que tenha por finalidade a qualidade de vida da população, pois permite tanto a prevenção de perturbações físicas e/ou psicológicas como comportamentos de risco.

Prevenção: componente da saúde

Vimos na literatura que a preocupação em preservar a saúde e prevenir doenças é milenar. Neste sentido, o forte atrativo exercido pela cultura grega no mundo ocidental, amalga valores presentes nos dias de hoje, sobretudo no que se refere ao ideal do homem são. Segundo Jaeger (2001), em fins do século V e no século IV da Antiguidade da Grécia, principiou-se a desenvolver parte da Medicina denominada Higiene e, sob este aspecto da cultura física helênica, duas obras dão o testemunho: De um Regime de Vida Saudável e Da Dieta. Os dois livros expõem a regulamentação dos alimentos dos enfermos e todo o regime de vida do homem e, em especial, a ordenação dos alimentos e os dos exercícios físicos impostos ao organismo. Levam em consideração a constituição global do homem, o seu meio ambiente de lugar e clima e as mudanças no acontecer cósmico, ressaltando o dever de prevenir contra o perigo das doenças e a obrigação de velar pela conservação do estado saudável.

Ainda segundo Jaeger (2001), no século III a.C, o importante médico Díocles de Caristo compõe uma doutrina em que o dia é a unidade cronológica, normalizando o dia inteiro, de manhã à noite com a finalidade de conseguir o melhor regime alimentar possível para a saúde e para qualquer exercício físico. No mundo grego, a Teoria da Dieta é, ao mesmo tempo, um sistema de pré-diagnóstico e de prevenção estando relacionada à certeza de que só se pode atingir o objetivo de um bom tratamento individual se for conseguida a cooperação da pessoa como fator medicinal ativo e consciente.

Os estudos de Vernant (1998) sobre o pensamento grego demonstram que a prevenção comportava, ainda, preocupações de ordem política na qual a história da cidade, o religioso, o jurídico e o social poderiam estar associados num mesmo esforço. Cita como exemplo o legislador Carondas, de Catânia, que fez as suas *Leis* serem antecidas de um prelúdio, uma espécie de magia a ser cantada e dirigida aos criminosos antes das punições impostas. Era função do legislador agir preventivamente sobre os homens ímpios por uma encantação de efeito purificante, utilizando-se da palavra cantada e da música calmante que livrava o criminoso de um mau *daimon* - encarnação de uma impureza ancestral. Esta catarse mágica tinha o efeito de fazer voltar a saúde ao homem de alma perturbada.

Nas últimas décadas do século XX, os termos promoção da saúde e prevenção encarnam a nova conceituação de saúde, incluindo, não apenas os princípios gregos, mas também, a importância do impacto da dimensão social, cultural e econômica em nossas vidas. Algumas perspectivas têm procurado conceituar promoção e prevenção dentro do atual paradigma de saúde, como as citadas a seguir.

Ferraz (1999) aponta que a promoção da saúde está ligada aos estilos de vida que geram fatores protetores para uma vida saudável e, portanto, voltada para mudanças de hábitos individuais. Passou-se a valorizar a alimentação sadia, os exercícios, o controle do estresse, lazer e, por isso, não sujeita à prática médica. A prevenção de doenças, no entanto, é uma atividade médica que se baseia na concepção de risco e na ocorrência de distúrbios físicos e/ou psíquicos, ocupando-se de estados clínicos e de intervenções que visem grupos de risco.

A esse respeito, o relatório de 1994, do Institute of Medicine of the National Academy of Sciences (IOM), USA, cita que em saúde existem os seguintes processos diferenciados: prevenção, tratamento e manutenção. Para o IOM, os programas de prevenção seriam de três tipos: universal, endereçado à população em geral, sem identificação de riscos

individuais; seletivo, endereçado aos grupos que apresentam fatores de risco; indicado, direcionado às pessoas que necessitam de diagnóstico, isto é, indivíduos com altos riscos tendo o mínimo de sinais ou sintomas de doença. O relatório foi refutado por diversos estudiosos no assunto. Os opositores argumentaram que programas de prevenção não requerem diagnósticos, tal como são os programas de Saúde Pública. Talvez por causa de tantas divergências, o sistema de classificação do IOM raramente é usado. (KAPLAN, 2000)

A definição da OMS apresenta três idéias de prevenção: a prevenção primária visa limitar os casos de doença, impedindo a exposição aos fatores de risco. A prevenção secundária consiste em desenvolver ações para limitar as conseqüências da doença, intervindo antes ou logo após o aparecimento dos sintomas, engloba detectar a doença precocemente e acionar medidas curativas. A terciária tem como finalidade limitar a propagação da doença já instalada e melhorar as condições de vida das pessoas afetadas. Para a OMS, a enfermidade e o diagnóstico são o cerne de discussão sobre prevenção, portanto, nela não estão incluídas causas outras que não sejam doenças.

A prevenção no paradigma biomédico é centralizada no conceito de doença e fundamentada em considerações de ordem epidemiológica. Preconiza três níveis de prevenção, a saber: de ocorrência, prevenção primária que visa diminuir a incidência de uma doença numa população e reduzir o risco de surgimento de casos novos; de desenvolvimento, prevenção secundária destinada a diminuir a prevalência de uma doença e reduzir sua evolução e duração; de conseqüência, prevenção terciária que objetiva diminuir a prevalência das incapacidades crônicas de uma população e reduzir ao mínimo as deficiências funcionais consecutivas à doença. Segundo Rouquayrol (1983), prevalência é o termo que descreve a força com que subsistem as doenças na coletividade. Expressa-se por um indicador que corresponde ao número de casos de uma doença em um dado momento particular.

Em Saúde Pública, o conceito de prevenção se baseia em diversas áreas do conhecimento, dentre as quais destacam-se as ciências sociais, as ciências médicas, a antropologia, a educação. Admite três níveis, a prevenção primária ou promoção da saúde que propõe medidas organizacionais e educativas, baseadas em uma relação ecologicamente equilibrada para pessoas e grupos, como por exemplo: as diversas vacinas, a coleta organizada de lixo, os cuidados e higiene corporal, a promoção de atividades físicas, uma alimentação

balanceada, a preparação para uma vida sexual plena e responsável, a prevenção ao uso e abuso de drogas.

A prevenção secundária visa à proteção específica a agravos físicos e a riscos individuais e sociais, exige diagnóstico precoce e tratamento. São exemplos: a mamografia periódica para detecção precoce do câncer, o tratamento da hipertensão, as dietas e exercícios físicos para o diabetes e excesso de colesterol. Na prevenção terciária é proposto o controle e a não progressão dos danos e lesões já estabelecidos, trabalha com reabilitação e fisioterapia. São exemplos: a fisioterapia pós-acidente vascular-cerebral, a terapia anti-retroviral para tratamento da infecção pelo vírus HIV, os programas de redução de danos à saúde pelo abuso de drogas. (MARQUES, DONEDA e SERAFIN, 1999).

Na opinião de Kaplan (2000), a promoção da saúde e a prevenção de doenças são importantes componentes numa abordagem contemporânea de saúde. O autor defende a idéia que são duas as maneiras, através da prevenção, de aumentar o nível de saúde de uma população. Uma requer diagnóstico e tratamento de doença e é denominada de prevenção secundária, enquanto a outra - prevenção primária, promove a saúde através de estilos de vida e desconsidera os requisitos que devam ser observados para diagnóstico, pois, inexistente doença. A prevenção primária para ser bem sucedida tem que usar intervenções tipicamente comportamentais que promovam um estilo de vida saudável através exercícios físicos, alimentação equilibrada, lazer. As intervenções primárias devem, também, incluir mudanças de políticas públicas no que tange à melhoria do saneamento básico, da infra-estrutura de transportes, das estradas de rodagem e atenção cuidadosa à infância.

Ainda conforme Kaplan (2000), os resultados encontrados em diversas avaliações indicam que os esforços na prevenção que levam em consideração o diagnóstico médico têm tido benefícios limitados, enquanto que, a prevenção primária tem trazido benefícios substanciais. De modo geral, as políticas públicas de saúde têm colocado uma grande ênfase na prevenção secundária, todavia, os objetivos para aumentar a saúde de uma população podem ser alcançados de uma melhor forma com uma sistemática prevenção primária que promova estilos de vida saudáveis. Contudo, em ambos os casos, a atenção tem o empenho de implementar uma vida mais longa e de alta qualidade à população.

Pode-se aqui verificar como o conceito de prevenção vem sendo refinado através dos tempos. Mais uma vez, a medicina grega é o ponto de partida, quer na saúde pessoal, quer na

coletiva. Nas discussões mais recentes, autores centram os conceitos de prevenção na concepção associada às medidas clínicas dos processos de doença e na idéia relacionada ao estilo de vida. Nesse modo de viver estão incluídas observações a respeito do que comemos, onde e como moramos, no que trabalhamos, qual esporte praticamos, entre outros exemplos.

Estilo de vida, também, deve ser compreendido em duas perspectivas não excludentes, uma individual como “o agregado de decisões individuais que afetam a vida do indivíduo sobre os quais tem algum controle” (LELONDE, 1974, p. 32). Outra sob o ponto de vista social e comunitário “aglomerado de padrões comportamentais, intimamente relacionados, que dependem das condições econômicas e sociais, da educação, da idade e de muitos outros fatores”. (WORD..., 1988, p. 114).

Vale ressaltar que, dentre perspectivas apresentadas, a visão de prevenção que fundamenta nosso estudo é aquela prevenção primária que não segue o tradicional modelo biomédico, não depende de diagnóstico, nem de terapia. Seus eixos norteadores são definidos como: 1) adoção de comportamentos que visem estilos de vida associados à promoção de uma vida saudável, 2) intervenções comportamentais que proponham mudanças para modos de viver dotados de qualidade de vida.

A presente tese ocupa-se da prevenção de drogas nas escolas. Em nosso ideário, pensar em prevenção é, em primeiro lugar, resgatar uma dimensão humana a ser respeitada, é desenvolver valores e normas éticas fundamentadas no respeito ao indivíduo e às suas diferenças, ao contexto histórico, cultural e religioso. Tem como foco a melhoria da qualidade de vida do homem enquanto sujeito ativo ao ato de prevenir. O exercício da prevenção, porém, dirige nossa atenção às condições que resguardam ou não a saúde das pessoas e, geralmente, são denominados fatores de proteção e fatores de risco.

Como fator de risco, entende-se o elemento facilitador para situações críticas de agravamento à saúde física, psíquica e social. Em outras palavras, fator de risco é uma associação entre as características de um indivíduo, de um grupo ou de um ambiente e uma probabilidade crescente de uma certa doença ou desordem, que podem levar o indivíduo, grupo ou ambiente a colocarem-se diante de agressões. Os fatores de risco situam-se em relação ao indivíduo ou ao entorno social e institucional, como por exemplo: 1) a história da família influenciando fatores, quer geneticamente herdados, quer transmitidos em comportamentos cristalizados, abuso físico e sexual, conflitos mal gerenciados, mudança de vínculos familiares; 2) questões econômicas como

pobreza, desemprego, falta de estabilidade econômica; 3) problemas de comportamentos persistentes como intolerância a frustrações, baixa estima pessoal; 4) fatores relacionados à comunidade: perda de laços com vizinhança, violência urbana, falta de organização comunitária; 5) outros fatores como o estresse, o luto, a depressão, alguns quadros psiquiátricos.

Existem situações, entretanto, que reduzem, abrandam, inibem ou eliminam comportamentos de risco, conhecidos como fatores de proteção. Fatores ou pessoas protetoras são aquelas que resguardam o indivíduo de fatos que possam agredi-lo física, psíquica ou socialmente, garantindo um estado saudável, seja reduzindo a vulnerabilidade ou fortificando a resistência das pessoas ao risco. Podemos citar como fatores de proteção: dinâmica familiar estruturada, consistência em projetos de vida, rigor com a ética, respeito aos direitos humanos, respeito às diferenças, condições dignas de saúde, educação, trabalho.

Estamos cientes que a prevenção à qualidade de vida percebe o ser humano em seu próprio contexto de vida, procurando soluções plausíveis que melhorem suas condições globais de existência. As ações preventivas devem incrementar uma cultura preventiva que fortaleça atitudes, valores e comportamentos minimizando os fatores de risco e potencializando os fatores de proteção. (INFO DROGAS, 1999; MAITLAND, 1998)

Cabe incluir nas propostas preventivas, também, noções fundamentais como vulnerabilidade e resiliência e, sobre ambas formulamos as considerações a seguir. Quanto à vulnerabilidade, Abramovay e Rua (2001) descrevem que o termo vulnerabilidade passou a ser empregado, na década de 90, em relação à discussão sobre a epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Surgiu como a noção que substitui o conceito de “grupo de risco” que, em relação ao grupo onde primeiro apareceu a infecção, teria gerado equívocos nas políticas públicas de prevenção, assim como, preconceitos e estigmas no campo social. Santos, V. L. e Santos, C. E. (1999) explicam a vulnerabilidade como o conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, cultural e social que em interação são capazes de ampliar ou reduzir o risco ou a proteção das pessoas frente a doenças e danos.

Segundo AYRES (1996, p. 5), a vulnerabilidade

busca estabelecer uma síntese conceitual e prática das dimensões sociais, político-institucionais e comportamentais, associados às diferentes suscetibilidades de indivíduos, grupos populacionais e, até mesmo, nações à infecção pelo (HIV) e suas conseqüências indesejáveis.

Isto significa que não basta apenas informação e conduta individual para que as situações de risco sejam evitadas. Na realidade, há fatores estruturais relacionados à ambiência

social, política, cultural e institucional que independem da vontade das pessoas. Devemos compreender a vulnerabilidade segundo três planos analíticos: o comportamento individual, o contexto social e o componente institucional. O comportamento individual refere-se às características próprias do indivíduo, a quantidade e a qualidade das informações que tem e a forma como absorve estas informações no cotidiano. No contexto social estão incluídos os tipo de acesso à informação, a porcentagem do Produto Interno Bruto destinado a investimentos na saúde, a facilidade aos serviços de saúde, a escolaridade, a qualidade de vida, o exercício da cidadania, os direitos humanos, os recursos materiais e culturais. O componente institucional relaciona-se à execução das políticas e programas de prevenção regionais, nacionais ou internacionais.

A proposta inicialmente dirigida aos indivíduos susceptíveis à Aids foi estendida a outros aspectos da saúde de pessoas e grupos com chances de se expor ao abuso de drogas e as doenças sexualmente transmissíveis (DST). Na realidade todas as pessoas são biologicamente vulneráveis a algumas infecções como o HIV, a Síndrome Respiratória Atípica (SAP), o antraz, o cólera, o ebola, o H5N1, vírus da “gripe do frango” para as quais inexitem, ainda, formas eficazes de destruição do vírus ou da bactéria. Sendo assim, é importante que a promoção da saúde seja feita por ações preventivas.

Às situações de vulnerabilidade contrapõe-se o *empowerment*, termo anglo-saxão de difícil correspondência na língua portuguesa. Trata-se do processo no qual o poder de decisão e ação é dado aos sujeitos diretamente envolvidos num determinado acontecimento. Se a vulnerabilidade é reconhecida como a pouca ou nenhuma capacidade de decidir sobre situações de risco, o *empowerment* apresenta-se como o antídoto que vai tirar as pessoas da passividade para, então, estarem em condições de se engajarem em programas preventivos.

Entretanto, para que os programas sejam efetivados, precisa-se acionar três elementos, a saber: 1) informação e educação, 2) serviços de saúde e serviços sociais, 3) sistema social de suporte, formado por comunicação eficaz, disponibilidade de recursos materiais e culturais, oferta de alternativas mais saudáveis aos fatores de risco, entre outras. Cabe ressaltar que para ocorrer a internalização do *empowerment* é necessário que pessoas e grupos tenham acesso a tais elementos fundamentais antes de decidirem quais comportamentos querem adotar em suas vidas. (ABROMOVAY e RUA, 2001; AYRES, 1996; ASINELLI-LUZ, 2000; TOZZI e BOUER, 1998).

Outra idéia está estreitamente relacionada à prevenção. Trata-se da resiliência, termo incorporado à psicologia social recentemente. Tem sido observado em pesquisas ao longo dos últimos anos que as pessoas reagem de forma diferenciada ao passarem por adversidades psicossociais. Algumas delas não apresentam graves seqüelas demonstrando capacidade de resistir a situações extremas, chegando mesmo a suportá-las, mantendo alguma esperança e autoestima. Esse fenômeno recebeu a denominação de resiliência, termo emprestado da Física, que significa o grau à fragilidade de um corpo, sua resistência ao choque. Quanto menor a fragilidade, maior a resiliência. Quanto maior a fragilidade, menor a resiliência. Em outras palavras, resiliência é a capacidade de um corpo, após ter sofrido uma pressão, de desenvolver toda a energia nele depositada quando cessada a força.

De acordo com Zomignani (2000), resiliência como fenômeno psicológico é a capacidade do indivíduo de recuperar-se e manter um comportamento adaptado após um dano ou a capacidade que permite a uma pessoa, grupo ou comunidade de prevenir, minimizar ou dominar os efeitos nocivos da adversidade. Resiliência é hoje a palavra-chave em matéria de saúde mental, empregada para enfatizar as condições nas quais uma criança pode resistir a um traumatismo ou a uma situação difícil e manter a integridade de seu desenvolvimento psíquico. Era habitual referir-se a estas crianças “fortes” como invulneráveis, idéia extremada e falsa, já que o termo invulnerabilidade parece significar uma resistência absoluta ao dano e sabe-se que o ser humano tem seu limite de resistência.

Estudos e pesquisas sobre assunto (CELIA e SOUZA, 2002; DELGADO, 2002; EGERT R., 2003; FONAGY, 2003; GANDRA e FARIAS, 2000; MAIN, 2000) estabelecem ligações entre resiliência e segurança do apego, esclarecendo que a resiliência tem origem na teoria do apego. Essa teoria postula uma necessidade humana universal para formar vínculos afetivos estreitos e duradouros com outras pessoas. Explica, também, porque as interrupções e os conflitos nestas relações dão lugar a distúrbios psicológicos, psicossociais e psicossomáticos. Os vínculos do apego são necessários ao longo da vida e, principalmente, no bebê ao nascer, pois vão influir no desenvolvimento de sua personalidade. O termo apego é empregado para definir a necessidade primária de proximidade e de sentimento de segurança do bebê em relação a sua mãe (ou substituta). Usa-se a expressão “base segura” para definir os comportamentos de cuidados a serem dados à criança como base para seu desenvolvimento psicológico saudável.

Segundo Main (2000) a teoria do apego emergiu dos trabalhos desenvolvidos pelo psiquiatra e psicanalista inglês John Bowlby (1907-1990) ao estudar e pesquisar, em 1952, os efeitos da privação da figura materna para a saúde mental de crianças entre dois e quatro anos. As crianças foram observadas antes, durante e após a separação de suas mães. Bowlby verificou os efeitos de uma separação durável e precoce admitindo não ser possível analisar uma criança sem considerar o contexto que a cerca. Procurou, então, incorporar à psicanálise freudiana os conhecimentos sobre etiologia, ciências cognitivas, informática, cibernética, teoria da informação e dos sistemas para descrever uma patologia sobre a “base de apego” - sentimento de segurança que pode ou não ser desenvolvido entre a criança e sua família.

Uma segunda grande pioneira da teoria do apego foi a psicóloga norte-americana Mary Ainsworth (1913-1999). Esta pesquisadora, em 1978, desenvolveu um experimento conhecido como “Situação Estranha” na qual destaca o papel-chave da sensibilidade da mãe na construção de um apego seguro, bem como o caráter universal do apego. Nos estudos realizados para identificar os padrões de apego na infância - em crianças de doze a dezoito meses, foram observados três padrões de apego da categoria seguro/inseguro (apego seguro, apego ansioso/evitativo e apego ansioso/resistente). Em 1990, prosseguindo os estudos de Ainsworth e colaboradores, Main (2000) sugeriu um quarto padrão (apego inseguro/desorganizado e/ou desorientado) nos estilos de relação mãe-criança.

Uma pesquisa importante, também realizada por Main (2000), verificou a estabilidade do apego em experiências longitudinais até a adolescência e juventude com aquelas crianças avaliadas anteriormente na “Situação Estranha”. O instrumento clínico adotado - Entrevista de Apego Seguro – *Adult Attachment Interview (AAI)*, produz as narrativas das relações de apego da infância, castigos, separações, enfermidades e cuidados dos quais os entrevistados foram alvo. Tornou-se possível classificar os indivíduos em categorias (autônomo, seguro, inseguro/preocupado, não elaborado) baseados nas qualidades estruturais das narrações, em relação às prematuras perdas e traumas. Esses estudos longitudinais mostraram, ainda, a coerência entre as classificações de apego na infância e na vida adulta. Também permitiram saber sobre a transmissão de um apego seguro de uma geração para outra.

Como a mais recente contribuição à teoria do apego e, conseqüentemente, à idéia de resiliência, encontramos a tese de Fonagy (2003) que tem como princípio atribuir ao comportamento do apego uma função evolutiva pela ótica do desenvolvimento da capacidade de

auto-reflexão, uma capacidade geral de mentalização que dá sentido à experiência. Os estudos sugerem que a capacidade da mãe (ou substituta) para observar o raciocínio dos bebês facilita a compreensão geral que estes têm de seus próprios raciocínios. Isto significa que, a criança com apego seguro vê na atitude reflexiva da mãe (ou substituta) uma imagem de si mesma, com desejos e crenças. O bebê percebe que a mãe a representa como ser intencional, de tal modo que a representação passa a ser internalizada para construir seu *self*, “*eles pensam de mim como ser pensante, portanto, eu existo como ser pensante*”. Quando a capacidade reflexiva da mãe (ou substituta) descreve adequadamente a atitude intencional do filho, oportuniza-o a “encontrar-se a si mesmo no outro” como um ser capaz de raciocinar. No núcleo do *self* está a representação de como o indivíduo foi visto, sendo, portanto, a capacidade reflexiva uma competência adquirida.

Os componentes, estrutura dos estados internos e sua causalidade, dão à criança instrumentos para enfrentar uma realidade social muitas vezes dura. O estabelecimento sólido de uma função reflexiva tem um efeito protetor, enquanto que ao contrário, um estado frágil indica vulnerabilidade para danos posteriores. (CELIA e SOUZA, 2002; DELGADO, 2002; EGERT R., 2003; FONAGY, 2003; GANDRA e FARIAS, 2000; MAIN, 2000).

Celia e Souza (2002) enfatizam a importância das pessoas protetoras, mãe ou substituta, denominadas “cuidadores”, suficientemente capazes de ser “o espelho”, a identificação para o bebê desenvolver suas competências. Para os autores esses “cuidadores” e suas ações formam uma pele protetora, continente, que dão proteção e segurança aos bebês, “envelopando-os” no início da vida sem os “amassar”. De fato, o fator mais energético e mais integrador para a resiliência é existir uma segurança afetiva, um apego seguro conseguido nos primeiros anos de vida. A possibilidade de se sentir amado e de poder ter alguém para amar, traz à pessoa a sensação de confiabilidade para conseguir uma “base segura”.

Célia e Souza (2002) apontam que as características primordiais de pessoas resilientes são temperamento sociável, boa auto-estima, competência social, idéia realista do próprio valor, senso de humor, capacidade de dar sentido a uma situação, forte rede de contatos informais (família, amigos, vizinhos), conhecimento de sua história de vida. Ressaltam os autores que todos os indivíduos estão em condições de tornarem-se resilientes. A resiliência é uma capacidade latente ou manifesta, com possibilidade de ser construída ou restabelecida, pois se sabe que não é absoluta, nem permanente. Constrói-se na relação com as pessoas com quem se

convive e na interação com o contexto sociocultural. Cada ação humana, cada comunidade pode ser mais ou menos facilitadora nessa construção.

Um exemplo de que a resiliência pode ser desenvolvida é a pesquisa longitudinal, com jovens moradores de rua, realizada por Alvarez (1999) ao longo de cinco anos. O estudo identificou no grupo pessoas resilientes. Estas pessoas fizeram uma transição gradativa para um outro modo de viver, abandonando o álcool e as drogas e, ao superar as situações adversas de suas vidas, saíram delas fortalecidas e transformadas.

Estudos demonstram a existência de condições que permitem incrementar a cultura da resiliência, como, por exemplo, viver em famílias com bom nível de funcionamento, que orientam e impõem limites educativos às crianças e adolescentes, que fazem projetos para o futuro e que dão um sentido à vida. São importantes, também, fatores como o ambiente comunitário socialmente organizado em bairros, cidades, escolas, instituições.

A cultura da resiliência a ser conseguida está relacionada à possibilidade de se participar de uma “transparência psicossocial”, oferecida pelo sistema comunitário onde os indivíduos vivem e onde possam sublimar traumas, tornando-os socialmente adaptáveis como resultantes da energia vinda da interação dos grupos, na qual também participam. Há que se estender tais situações facilitadoras pela grande comunidade, seu espaço geográfico, seus mitos, suas crenças, seus valores e seu tecido psicossocial. Essa “mãe sociedade” seria a favorecedora da saúde mental de seus filhos-membro, amparando-os em suas necessidades e proporcionando-lhes “bases seguras” saudáveis e resilientes. (ALVAREZ, 1999; CELIA e SOUZA, 2002).

Como afirma Barrientos (1999), a existência da resiliência não se dá só no campo individual, há que se falar também de uma resiliência coletiva ou comunitária. Diversas experiências na história do mundo mostram respostas coletivas, respostas resilientes, que permitiram a superação da adversidade-limite. Barrientos sugere, então, a promoção de projetos operacionais de resiliência para comunidades em países subdesenvolvidos, onde existem grande pobreza e adversidade e, dificilmente, são encontrados casos de superação individual aos problemas. Nesta situação, defende a idéia que respostas eficientes e de menores custos são as coletivas e organizadas, apoiadas nas relações de cooperação e reciprocidade que se estabelecem.

Enfim, não podemos pensar em prevenção sem reconhecer a diversidade humana. Todas as pessoas são vulneráveis a alguma situação que pode colocar em risco a saúde física, psíquica e social. Por outro lado, as pessoas são susceptíveis a um ambiente que acolhe e cuida.

Existem condições facilitadoras, internas ao indivíduo que tornam possível a construção de uma personalidade resiliente. Assim também, a resiliência pode se dar na coletividade, já que o individual influencia o grupo e o coletivo impacta o indivíduo, numa relação de mútua influência. Individual ou coletivo são expressões diferenciadas de um mesmo fenômeno, como faces da mesma moeda. Importante é compreender que a resiliência só se mantém num quadro de relação. Alvarez (1999), com muita pertinência expressa que “a resiliência é uma dança bem sucedida na música da vida. Não uma dança com bailarinos solitários: ela pede parcerias, empatia, encontros. Ela fala de amor”. (p.115).

Esta seção procurou interpretar o significado de “estar com saúde” e “cuidar da saúde”. Foram apresentadas as diversas concepções sobre saúde e prevenção, desde a Antiguidade aos dias atuais. Podemos dizer que o homem está permanentemente recusando os conhecimentos já existentes em busca de novos saberes que atendam às demandas de um novo momento. Neste sentido, aspectos importantes da prevenção, tais como, fatores de risco, fatores de proteção, vulnerabilidade, resiliência precisam ser apreendidos pela escola para dar respostas ao novo desafio do abuso de drogas entre estudantes.

4 EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NA ESCOLA

**Não há compartilha que não envolva um projeto.
Não há projeto que não contenha um sonho.
Não há um sonho possível de ser realizado
Sem esperança.**

In: Pedagogia da Esperança
Paulo Freire (1921-1997)

Essa seção, no primeiro momento, nos remete a análise dos fundamentos da educação preventiva, após, são apresentadas propostas para a implantação da prevenção ao abuso de drogas nas escolas.

Educação Preventiva: delineamento de uma proposta

A associar educação e prevenção ao uso de drogas é um enfoque relativamente recente. Estudos sob o prisma histórico (ABRAMOVAY e CASTRO, 2004; BUCHER, 1988; EDWARDS, 1982; TOZZI e BOUER, 1998) apontam que, só após a Segunda Guerra Mundial, com o aumento do consumo de drogas, a área da educação passou a integrar de forma mais ativa na solução do problema de abuso. Os primeiros objetivos dirigiam-se a persuadir “não às drogas”, chamando a atenção para seus efeitos e malefícios. A informação era o núcleo dos programas de ensino. Acreditava-se que bastariam informações negativas sobre drogas para afastar os jovens do consumo dos psicotrópicos. A experiência mostrou a inutilidade desse objetivo, ficou constatado que as informações podem provocar curiosidades ou até mesmo justificar comportamentos anti-sociais como forma de contestação.

Desde então, um longo caminho foi percorrido pelos países industrializados do Ocidente no desenvolvimento da educação preventiva, até que pudessem ser solidificados enfoques, programas e métodos que servissem de base a uma educação científica. A avaliação do trabalho desenvolvido por esses países permitiu fazer evoluir a educação preventiva (EDWARDS, 1982). Daí, outras medidas foram acionadas, particularmente, a abordagem educação afetiva em educação, que leva em conta a dimensão psicossocial do educando. A informação deixou de ser o alvo central dos programas de prevenção, para tornar-se um dos componentes de uma estratégia mais ampla.

A abordagem afetiva exige uma metodologia que transforme o aluno em co-partícipe das experiências de aprendizagem. Dentro da abordagem afetiva, os métodos ativos foram avaliados como os mais adequados no desenvolvimento de atitudes relacionadas à prevenção ao uso de drogas por promoverem a clarificação de valores, a simulação de conflitos, a definição e solução de problemas, a tomada de decisão. Podemos verificar que a clarificação de valores auxilia o processo de escolhas entre várias opções após serem examinadas as conseqüências de cada uma, como, por exemplo, experimentar ou recusar drogas. Os psicodramas e jogos dramáticos ajudam a compreensão de conflitos e problemas de valores quando alguém se coloca lugar de outro em situações não usuais as suas. A tomada de decisão e solução de problemas são realizadas coletivamente e envolvem quatro etapas: definição do problema ou conflito, enumeração das opções disponíveis para sua resolução, exame de cada linha de conduta possível e determinação da solução mais plausível para o grupo. Os procedimentos de ensino / aprendizagem, empregados foram debates, estudo em grupos, simpósio, diálogo, jogo dramático e psicodrama. As novas tendências pedagógicas priorizam a desenvolvimento do potencial sócio-afetivo do aluno, investindo na autonomia, no autoconhecimento, na expressão corporal como fatores fundamentais a serem tratados.

Ainda, aos estudos de Abramovay e Castro (2004), Bucher (1988), Edwards (1982), Tozzi e Bouer (1998) mostram que, em 1970, a UNESCO convocou, pela primeira vez, especialistas de vários países para ser discutida a necessidade da utilização da educação na prevenção ao abuso de drogas. No ano de 1972, foram formulados os princípios que regem as ações dessa organização, referentes às drogas. São os seguintes:

- 1) ser concernente e direcionadas tanto às ilícitas como àquelas socialmente aceitáveis (como tabaco e os remédios comumente utilizados); 2) a questão não deve ser encarada como um problema específico da juventude, porque são os adultos que tendem a fazer uso das drogas “legais”, bem como tendem a ser os produtores tanto das drogas “legais” como das “ilegais”; 3) deve ser feita uma distinção cuidadosa entre a ação nos sistemas

educacionais e a informação pura e simples da opinião pública. (A UNESCO..., 1987, p. 6)

O relatório elaborado em 1977, pela UNESCO, chama a atenção para o tratamento global dado à droga tendo como foco a qualidade de vida e a redução das ações de caráter químico-médico-social. Seguem os pontos importantes do relatório.

1) informação sobre o uso não-médico de drogas e sobre o abuso de medicamentos, álcool e tabaco deve visar mais às condições sociais e psicológicas capazes de impedir ou reduzir o uso destas substâncias, do que as suas características químicas e médicas; 2) a informação sobre drogas deve ser centralizada na qualidade de vida; 3) é preciso uma atenção particular sobre a correlação entre uso de droga e situação de grupos submetidos a quaisquer segregações, 4) a realização de programas de prevenção deve se efetuar num clima de confiança; a aplicação de legislações muito repressivas perturba e mesmo impede a aplicação de tais programas. (BUCHER, 1988, p. 59)

Transcorridos mais de trinta anos, a educação preventiva continua sendo alvo de novas pesquisas, tendo sempre como ponto de partida as experiências iniciais já relatadas. Se de um lado houve um crescimento bastante significativo no consumo, por outro, foram mobilizados esforços mundiais visando incrementar nas escolas a prevenção ao abuso de drogas.

Um exemplo nesse âmbito é projeto Prevenção, Educação e Drogas (PEDDRO), que a UNESCO em conjunto com a Comissão Europeia para a Prevenção do Abuso de Drogas realiza com o objetivo enfatizar o papel estratégico da educação. Trata-se de uma rede de informações no campo da educação preventiva contra o uso indevido de drogas. PEDDRO, criado em 1993, congrega profissionais da saúde, organizações não-governamentais (ONG's) e escolas. Tem como foco a informação, a formação de pessoal e o intercâmbio de conhecimentos. Para essa rede, a escola, a família e a comunidade são lugares privilegiados para ações de prevenção. Entretanto, considera que as ações empreendidas são indissociáveis das políticas nacionais de saúde e do contexto socioeconômico vigente. Atua em duzentos e vinte e três instituições e ONG's procedentes de oitenta e três países. (PREVENÇÃO..., 1994).

Outro exemplo é a criação, no Brasil, dos Conselhos Municipais Antidrogas (COMAD's) como Estratégia da Municipalização, no que tange à condução das ações relacionadas à redução da demanda de drogas. Ao COMAD cabe assegurar a plena integração de todas as instituições e entidades que se disponham a essa finalidade. Destacam-se as instituições relacionadas às áreas de ensino e saúde, as entidades religiosas, desportivas e representativas da mídia, as comunidades terapêuticas, os serviços nacionais profissionalizantes, as associações assistenciais, os clubes de serviço, assim como os movimentos comunitários organizados. À escola cumpre desenvolver as seguintes ações:

- I - adesão das escolas ao Projeto “AMBIÊNCIA”, já referido no item “Orientação Básica para a criação e funcionamento dos COMAD’S”;
- II - inclusão da temática no Projeto Político Pedagógico;
- III - instituição de cursos, seminários, debates e reciclagem para os educadores;
- IV - formação de grupos de estudo com acadêmicos e servidores;
- V - criação de comissão coordenadora das ações curriculares;
- VI - formação de grupos de apoio para assistir indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido de drogas da comunidade escolar;
- VII - capacitação dos futuros educadores para o combate às drogas, por meio de cursos de extensão universitária;
- VIII - desenvolvimento de atividades tais como: Dia Nacional de Combate ao Fumo e Semana Nacional Antidrogas, dentre outras;
- IX - participação dos pais em palestras, encontros, grupos de ensino sobre as conseqüências do uso e os modos de prevenção inerentes à ação das drogas. Tal propósito poderá ser viabilizado mediante o concurso das Associações de Pais, Professores e Servidores – APPS;
- X - abertura de espaço para a formação de grupos de estudo sobre prevenção ao uso indevido de drogas e Doenças Sexualmente Transmissíveis; e
- XI - instituição de concursos de redação, seminários e palestras de especialistas, assim como a apresentação de peças teatrais motivadoras da refração ao consumo de drogas. (BRASIL, 2000, não paginado)

Trazemos à luz aspectos históricos da educação preventiva como forma de referendar uma necessária cultura antidrogas nas escolas. Ressaltamos que o abuso de drogas é um fenômeno complexo, onde estão interligados aspectos do contexto social, cultural e econômico. Sob esse prisma, as questões de valores determinados socialmente intervêm no uso dessas substâncias. Portanto, o ato de prevenir o consumo não é neutro e, toda a intervenção com tal finalidade contém elementos ideologicamente orientados.

Podemos distinguir duas concepções de intervenção, ambas presentes na sociedade, em geral, e na brasileira, em particular. Uma tem enfoque repressivo, segue o modelo jurídico-moral e / ou sanitário, privilegiando aspectos de proibição legal ou do perigo às drogas. Outra situa o abuso de drogas dentro de um contexto social mais amplo, entendendo-o como um disfuncionamento social. Trata-se de uma abordagem concebida com base na valorização à vida, entendida como um processo de ampliação de compromissos a si mesmo, ao outro e ao meio ambiente, na busca de projetos pessoais e coletivos (CARLINI, CARLINI-COTRIN e SILVA FILHO, 1990). Nesta perspectiva, está inserida a função da escola na prevenção, que leva em conta as necessidades e características do aluno, dando-lhe condições de efetuar escolhas conscientes e responsáveis de saúde e condições de vida.

Concordamos ser necessário um trabalho que se contraponha ao abuso de drogas entre crianças, adolescentes e jovens adultos. Para isso, há que se convocar todos os meios possíveis na obtenção de resultados concretos. Para Cruz, (1992), a educação formal é um desses meios através da qual fazemos a conscientização, a educação e a prevenção, sendo

a escola a via natural para os esforços de prevenção do abuso de drogas entre alunos. Seu valor está, também, por reunir qualificações que possibilitam disseminar a perspectiva da prevenção na comunidade e na sociedade.

Na instituição escolar podemos delinear a prevenção em três diferenciados níveis, a saber: primária, secundária e terciária (BUCHER, 1998; INFO DROGAS, 1999; SANTOS, 2004). A prevenção primária tem o objetivo de intervir antes que o consumo de drogas ocorra, promovendo um estilo de vida saudável nos alunos envolvendo desde crianças bem novas até o jovem adulto. Seu fundamento é educar para a saúde. Tem como foco a formação do caráter, a tomada de decisão, a adesão aos princípios da vida, o conhecimento da natureza e do efeito de certas substâncias psicoativas.

A prevenção secundária deve ser vista como um prolongamento da primária, uma vez que essa pode não ter alcançado os objetivos. Destina-se aos estudantes que apresentam uso leve ou moderado de drogas, que não são dependentes, mas que correm este risco. A escola precisa entender as dificuldades e conflitos do usuário, procurando intervir no nível das motivações associadas ao abuso de drogas. Deve, também, conhecer e divulgar fontes confiáveis de informação e de ajuda existentes na comunidade, sempre que houver solicitação. Cabe advertir que não compete a escola o tratamento ao abuso de drogas, mas sim, encaminhar adequadamente o caso.

Já a prevenção terciária confunde-se com tratamento, dirige-se ao usuário dependente e tem como objetivo “evitar a recaída”, apoiá-lo na recuperação e reintegrá-lo na escola, no grupo de amigos, na família. A função da escola é prestar auxílio ao aluno, encorajando a formulação do pedido de ajuda, incentivando a procura de terapia e indicando alternativas de tratamento. Neste caso, é importante favorecer as relações especiais, ou seja, buscar e identificar pessoas de confiança do estudante que possam ser elementos motivadores para que ele procure uma ajuda especializada.

Carlini-Cotrin e Pinsky (1988) pesquisaram a literatura internacional em prevenção ao abuso de drogas, analisando programas escolares tanto do ponto de vista político como ideológico. De acordo com esse estudo, existem três propostas de atuação: o aumento do controle social, o oferecimento de alternativas e a educação. Este último – educação - apresenta seis modelos, que são: modelo do princípio moral, da pressão positiva do grupo, do amedrontamento, da informação científica, da educação afetiva e do estilo de vida saudável. O estudo das autoras tornou-se paradigmático na literatura brasileira sobre o assunto.

A título de informação (CARLINI-COTRIN e PINSK, 1988; SANTOS, 2004; TOZZI e BOUER, 1998), em breve exposição, apresentamos as propostas desconsideradas e, após, descrevemos os modelos que podem estar presentes em programas preventivos. Quanto ao aumento do controle social, o modelo determina a diminuição da tolerância, a punição e o maior controle sobre os indivíduos. Essa proposta conservadora restringe a autonomia das pessoas e defende que os jovens são incapazes de discernir suas ações na busca impulsiva e desenfreada do prazer. É uma linha de prevenção bastante aplicada nos Estados Unidos da América do Norte.

O modelo educativo princípio moral tem fundamento nos princípios religiosos e nos movimentos políticos baseados no patriotismo, ou sacrifício pessoal pelo bem comum. Prega que o uso de drogas é condenável do ponto de vista ético e moral. A avaliação por especialistas conclui ser este enfoque contraproducente, pois, em sociedades pluralistas, onde estão presentes valores e religiões diversas, ao mesmo tempo em que declara imoral o uso das drogas essas sociedades fazem uso ilícito de drogas lícitas, como, álcool, tabaco, tranqüilizantes, estimulantes entre outros.

Já o modelo pressão do grupo positiva, pouco desenvolvido, usa grupo de pares para pressionar positivamente e influenciar o abandono do consumo. A grande dificuldade do modelo é criar um clima policialesco e incentivar a denúncia entre colegas. Finalmente, o modelo do amedrontamento, usual há algumas décadas, acredita que informações negativas sobre drogas afastam os jovens do uso. Empregado nos primórdios de educação preventiva, o modelo já foi abordado neste trabalho. As propostas mencionadas foram relegadas por não apresentarem frutos positivos aos objetivos de prevenção.

Dez anos mais tarde, Carlini-Cotrin (1998), em nova publicação, abandona algumas das propostas iniciais e reitera outras. Agora, levando-se em conta a prática escolar e as ações concretas a serem desenvolvidas, a prevenção ao abuso de drogas nas escolas torna-se viável por cinco modelos básicos: informação científica, educação afetiva, oferecimento de alternativas, educação para a saúde e modificações das condições de ensino. Esses modelos que viabilizam a construção de uma escola voltada à proteção dos alunos. O modelo informação científica propõe o esclarecimento sobre drogas de modo imparcial e científico. Defende que, a partir dessas informações, os estudantes podem tomar decisões racionais e bem fundamentadas sobre drogas. Na realidade, as informações isoladas parecem aguçar mais o interesse dos jovens sobre o assunto. Por isso, programas onde se descrevem os fenômenos objetivamente não devem prescindir da inclusão de uma verdadeira ação educativa. A informação não deve ser descartada, mas, sim, utilizada como estratégia auxiliar.

No modelo educação afetiva o objetivo é formar o aluno, a ênfase está na sua personalidade. A droga não é a questão central, seu uso é visto como um comportamento entre outros. A proposta defende modificação de fatores pessoais que são vistos como riscos ao uso de drogas. Acredita que pessoas mais estruturadas e menos vulneráveis, do ponto de vista psicológico, são menos propensas a se engajar num abuso de drogas. O enfoque é constituído por num conjunto de técnicas visando melhorar ou desenvolver o autoconhecimento e a auto-estima, a capacidade de lidar com a ansiedade, a habilidade de decidir, a habilidade de comunicação pessoal, a capacidade de resistir às pressões externas que possam induzir à adoção de modismos. Para tanto, são desenvolvidas várias atividades como, por exemplo, o teatro e a música. Nessa estratégia, há grande insistência sobre o papel dos sentimentos de cada indivíduo e a necessidade de desenvolver a percepção do estudante em relação a si mesmo. O modelo exige capacitação intensa dos professores para mudança de práticas pedagógicas em sala de aula, principalmente, em relação a lidar com grupos.

O modelo oferecimento de alternativas tem como proposta intervir nas condições sociais que se apresentam como fatores de risco e, não, no uso de drogas em si. São propiciadas aos alunos atividades que promovam sensações de expansão da mente, crescimento pessoal, excitação, desafio e alívio do tédio, por outros meios que não o consumo de drogas. As atividades que cumprem o papel de proporcionar essas sensações variam, como por exemplo, estruturação de pontos comerciais dirigidos e operados por jovens, sistema de orientação escolar de alunos mais jovens pelos mais velhos, atividades esportivas desafiadoras, atividades artísticas não diretivas, criação de programas para o desenvolvimento da resiliência nos alunos.

Já o modelo de educação para a saúde tem como núcleo educar para uma vida saudável, promover estilos de vida associados à boa saúde. Não usar drogas seria um dos elementos para viver com saúde. Assim, um currículo de educação para saúde orienta para uma alimentação adequada, para atividades não propiciadoras de estresse, para uma vida sexual segura e, até, para saber fazer escolhas e não correr riscos desnecessários. Modelo bastante utilizado na França através da matéria Ecologia Médica, na qual se discutem os problemas advindos do avanço tecnológico e da sociedade urbano-industrial. (CARLINI-COTRIN, 1998; RODRIGUES, 1993; SANTOS, 2004)

A escola, como lugar de vida e trabalho, pode ser um dinamizador de mudanças. Para Carlini-Cotrin (1998), o modelo modificação das condições de ensino propõe delinear caminhos para a escola buscar melhores respostas aos problemas dos alunos. É na vivência escolar, principalmente, na educação infantil e no ensino fundamental, que se

fundamenta o desenvolvimento sadio na vida do estudante. A ênfase desse modelo está na formação global do aluno saudável e, não só na prevenção ao abuso de drogas. As intervenções estendem-se à delinquência, a sexualidade mal orientada, à violência, como também, ao consumo de psicotrópicos. As propostas preventivas devem ser intensivas, precoces e duradouras, envolvendo família e comunidade.

A partir das considerações da autora, sente-se a necessidade de apontar para possíveis mudanças na cultura escolar em relação às práticas docentes, à gestão escolar, à orientação ao desenvolvimento social, ao acolhimento da família na escola e ao incentivo à construção da resiliência. A modificação das práticas pedagógicas docentes propõe várias iniciativas como tornar o conteúdo curricular mais próximo à realidade concreta dos alunos e adotar métodos e procedimentos ativos fazendo ensino mais prazeroso. Ser atualizado em novas metodologias de aprendizagem / ensino e desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes são alguns dos principais desafios profissionais de um educador. A implementação do modelo requer a formação de docentes em educação preventiva, para que possam ocorrer transformações nas práticas pedagógicas em sala de aula.

As mudanças na gestão escolar visam inovar a estrutura organizacional e decisória da escola. Trata-se de uma liderança voltada para a transformação. O líder inovador desenvolve óticas de funcionamentos alternativos, transformando-as em projetos mobilizadores, apresenta os objetivos de maneira a provocar engajamento de professores e alunos, cria um clima de tentativa coletiva de resolução de problemas, favorece a delegação de poder de decisão e de ação, adota o *empowerment*. (THUERLER, 2001; VIZZOLTO, 1988)

A orientação ao desenvolvimento social enfatiza as relações entre estudantes, promovendo hábitos de intercâmbio com os colegas, proporcionando apoio e ajuda mútua. Incentiva a ampla discussão dos problemas de sociedade em geral, da escola em particular, para diminuir os tabus e os equívocos e, assim, aumentar a confiança entre os alunos. Encoraja a maior participação dos alunos em todas as idades nos programas de educação preventiva. O modelo oferecimento de serviços de saúde visa oferecer serviços gratuitos através de equipe multifuncional de saúde dentro da escola. A atenção é voltada às necessidades dos alunos, tais como: problemas relacionados a dificuldades de aprendizado, à alimentação, à orientação sexual, à prevenção secundária e terciária do abuso de drogas. (CARLINI-COTRIN, 1998)

O acolhimento da família na escola objetiva envolver a família com a educação dos filhos. Propõe *workshops* de pais para discutir questões relativas ao relacionamento pais /

filhos e desenvolvimento escolar. Já o incentivo à construção da resiliência acredita que os níveis de resiliência podem ser alterados pela educação. Podemos transformar alunos vulneráveis em resilientes através do *empowerment* dando-lhes afeto, segurança, confiabilidade e esquemas de organização. (CELIA e SOUZA, 2002)

Cabe tornar claro que nessa tese adotamos como proposição de estudo a prevenção primária e, como o objeto de estudo, o modelo modificações das condições de ensino na vertente prática pedagógica docente. Entendemos, também, que a prevenção deve ser concebida como educação, ser realizada por aqueles que estão diretamente relacionados com os alunos - seus pais e professores.

Tanto para Friderich (1987), como para Gennaro (1987), os pais desempenham um papel fundamental na aquisição de valores morais e pessoais. Além disso, embora não contem com algum preparo específico, apóiam-se em suas experiências pessoais, no amor por seus filhos e nos seus princípios morais para levarem adiante a orientação dos mais jovens. Os professores, pela formação pedagógica e psicológica, têm um papel construtivo, ajudando os estudantes a desenvolverem seus recursos intelectuais, afetivos e morais, a aprenderem a ser e a aprenderem a conviver. Além disso, a educação preventiva deve levar em conta os fatores de risco, os fatores de proteção, a vulnerabilidade social e a resiliência como atores importantes no processo preventivo.

Um ponto crítico na escola (MAITLAND, 1999), está relacionado aos fatores de risco inerentes à sua própria ambiência, tais como: 1) falta de envolvimento com os alunos, 2) má interação com os pais, 3) clima negativo, 4) permissividade com fumo e álcool, 5) falta de projeto pedagógico, 6) inadequação do ensino, 7) falta de sintonia com a realidade, 8) falta de preparo pedagógico dos professores. Entretanto, tais fatores podem ser corrigidos e abolidos como, por exemplo, ter projeto pedagógico e capacitar professores. Aos alunos deve ser demonstrada confiança, estimulada a continuidade dos estudos, desenvolvidos os aspectos sociais, afetivos e sexuais, desenvolvida a liderança e a tomada de decisão, estimuladas atividades sadias. Quanto à família, é preciso haver interação, envolvendo-a nas atividades escolares. São propostas que objetivam transformar os riscos em proteção.

Outro aspecto a merecer atenção da escola refere-se aos fatores pessoais de vulnerabilidade que afetam o comportamento dos adolescentes, como por exemplo, a sensação de onipotência, a tendência à experimentação, a identidade não definida, a ansiedade, a dificuldade de decisão, a desagregação familiar. Entre fatores sociais de vulnerabilidade que podem trazer transtornos aos comportamentos dos alunos são, a saber: as modas, a pressão grupal, a necessidade de afirmação entre os pares, o baixo exercício de

cidadania, a dependência econômica, a carência de solidariedade. A contrapartida para a vulnerabilidade está em estimular o *empowerment*, ou seja, tomada de poder sobre as condições de vida, através do desenvolvimento de certas habilidades nos adolescentes, tais como: 1) flexibilidade e abertura interior ao novo, 2) vontade de fazer melhor e participar da transformação da sociedade, 3) tolerância a tensões, 4) firmeza e clareza de finalidades, 5) afastamento da revolta e autocompaixão, 6) reflexão crítica, positiva, ampla e preventiva, 7) sublimação por meio da arte, lazer, humor, atividade física, 8) capacidade de reiniciar, 9) capacidade de agregar, dar e receber, 10) tolerância com os limites, erros e características próprias e dos outros. (ABRANOVAY e RUA, 2001; SANTOS, V. L. e SANTOS, C. E., 1999).

Em relação à resiliência, Celia e Souza (2002) destacam que a resiliência não é somente a ausência de riscos, adversidades ou estresse, sobretudo, é criar e ter condições para enfrentá-los. Os autores mostram que fatores protetores denominados recursos, *resources*, têm decisiva influência para se chegar à resiliência, pois interagem e predizem bom ajustamento às situações “de alto risco” ou “baixo risco”.

No Quadro 2, são apresentados os fatores que geram risco e os fatores que promovem a resiliência. (BLUM, 1997, p. 16)

Quadro 2 - Fatores de risco e de resiliência

	Risco	Resiliência
Predisponentes	stress perinatal, expressão verbal pobre, defeito ou deficiência física, temperamento agressivo, necessidade de controle externo, baixo nível de inteligência, dificuldades de aprendizagem, mudanças puberais.	acreditar em algo maior que a si próprio, bom traquejo social, autocontrole, alto nível de inteligência, alto nível de auto-estima, autoconceito positivo.
Familiares	baixo nível de educação materna, desarmonia familiar, pobreza, doença mental na família, ausência de relação mãe-filho positiva, ambiente familiar caótico, família muito numerosa.	boa conexão com pelo menos um dos genitores, coesão familiar, família estruturada, união entre irmãos.
Externos	Pequeno ou nenhum apoio externo, mais do que quatro eventos estressantes na vida.	“cuidador” adulto além dos pais, envolvimento na comunidade ou na escola, trabalho com grupos de amigos, poucos eventos negativos, mais pessoas “cuidadoras” na vida

BLUM, R. N. Riscos e resiliência: sumário para o desenvolvimento de um programa.

Fomentar a resiliência também significa que se deva trabalhar com políticas educacionais e sociais. Significa criar uma comunidade escolar cujo interesse é dar respostas às necessidades dos estudantes. Devemos considerar os alunos merecedores de afeto e levá-los à participação crítica, através do diálogo. Estamos, assim, criando as condições

necessárias para manifestarem seu potencial em relação à competência social, habilidades para resolverem problemas, sentido de identidade e esperança para um futuro feliz.

Segundo Celia e Souza (2002) todas as forças favoráveis devem ser aplicadas racionalmente na construção da resiliência dos estudantes. Professores que têm sob sua responsabilidade crianças e adolescentes devem estimular medidas favoráveis à resiliência. Acreditam no importante papel dos profissionais da educação ao fortalecerem os fatores de proteção, capazes de não só reduzir os riscos como a reação em cadeia resultante do encontro com o risco. Para isso, é preciso trabalhar no desenvolvimento de ações preventivas e terapêuticas ajudando alunos a terem um futuro com mais qualidade de vida. Acrescentam que a auto-estima e a eficiência entre estudantes podem ser construídas nas relações com professores, por oferecerem segurança e apoio. Os autores sugerem o modelo PCAP (people, contribution, activities, place) como elemento-chave a construção da resiliência nas escolas. A estrutura do modelo - Quadro 3 é a seguinte:

Quadro 3 - Modelo PCAP

P (<i>people</i>)	gente→um adulto ou grupo que se envolva e cuide da criança, do adolescente e do jovem, ao qual os mesmo se apeguem;
C (<i>contribution</i>)	contribuições→oportunidades de envolver a família, a vizinhança e a comunidade na atenção aos estudantes;
A (<i>activities</i>)	atividades→nas escolas e nas comunidades para o desenvolvimento do senso de apego / posse;
P (<i>place</i>)	lugar→um local para os alunos se reunirem com a supervisão de adultos, de modo a possibilitar-lhes relações de amizade.

Essa seção ofereceu indicações para uma proposta de educação preventiva nas escolas. Bucher (1988) sintetiza a importância da prevenção ao abuso de drogas entre nossos alunos, a seguir:

As atividades preventivas [...] nas escolas não são fáceis, mas elas são possíveis e são prementes. A implantação e seu desenvolvimento permanente são responsabilidade de todos os educadores. [...] Em nenhum caso, a política de avestruz é rendosa; esses problemas existem, alastram-se na sociedade, atingem a todos e dizem respeito a todos. Somente a conscientização de adultos poderá contribuir a campanhas preventivas eficientes, para diminuir, senão a presença, pelo menos o abuso de drogas em nosso meio. (p. 67)

Na subseção a seguir, apresentamos uma vertente de prevenção ao abuso de drogas a ser aplicada à escola.

Proposta da presente tese: Prevenção ao Abuso de Drogas na Prática Docente

A prevenção ao abuso de drogas na escola, neste estudo, está alicerçada nas seguintes premissas: 1) adotar a prevenção primária, isto é, ser efetivada antes que o ocorra o contato entre o aluno e a droga, 2) ser precocemente aplicada, ou seja, iniciar com crianças bem novas, 3) estar inserida no quadro mais amplo de uma educação para a saúde, 4) ter caráter formativo, pois implica em assumir valores e escolhas de vida, 5) ser concebida como educação, 6) ser realizada por aqueles que estão mais diretamente relacionados com os alunos, seus professores. Tem como eixos norteadores à adoção de comportamentos que visem estilos de vida associados à promoção de uma vida saudável e intervenções comportamentais que proponham mudanças para modos de viver dotados de qualidade de vida. Dentre as estratégias de intervenção na escola, defendemos o modelo básico - modificações nas condições de ensino, optando pela vertente - mudanças nas práticas pedagógicas dos professores.

Para Fonseca (2000), a gestão da escola, no seu cotidiano, deve promover uma verdadeira cultura da prevenção em diferentes atividades de cunho artístico, esportivo, literário, científico, recreativo, religioso. Estão aí incluídas as relações com o corpo docente e discente, os pais, o pessoal do apoio administrativo, os especialistas em educação e os profissionais da saúde nos diferenciados momentos como lazer, aulas formais, projetos generalistas ou projetos específicos ao tema. É primordial que ao se optar por um trabalho de prevenção no contexto institucional, haja a participação de toda comunidade escolar na definição dos princípios comuns, dos objetivos a serem alcançados e das decisões a serem tomadas.

A inserção de uma cultura preventiva nas escolas deve ser entendida num sentido amplo, onde se incluam valores, atitudes, estilos de vida, maneiras de fazer, formas de representar e tratar a realidade características da comunidade em questão de modo a permitir que a escola avance na sua própria construção cultural. Outras oportunidades surgem quando a escola interage extramuros com vários segmentos da comunidade como clubes de recreação, de esportes, de serviço, associações de bairro, instituições religiosas, postos de saúde,

bibliotecas, grupos culturais, organizações não-governamentais procurando parcerias na formação de educadores e técnicos.

A proposta de uma educação preventiva nas escolas exige uma intervenção planejada que leve à elaboração de planos, programas e projetos. Cabe ressaltar que a decisão de planejar é uma decisão política, cujo desencadeamento do processo surge em função da necessidade de fundamentar ações de prevenção ao abuso de drogas. Entretanto, devemos considerar que,

Sem dúvida a melhor forma de se chegar com a Mensagem Antidrogas ao jovem é municipalizando as ações de prevenção contra as drogas. [...]. Com a municipalização, viabiliza-se a necessária capilaridade nas ações relacionadas ao enfrentamento da problemática das drogas dentro do território nacional e potencializam-se as possibilidades de participação da sociedade civil organizada nas ações antidrogas desenvolvidas no País. (BRASIL, 2000, não paginado)

Podemos perceber, portanto, que o planejamento da prevenção no Sistema Municipal assume cada vez mais importância na busca de soluções para problemas, desafios e esperanças relativas à promoção da saúde individual e coletiva. Esse processo tem a função de organizar a prevenção tornando claras, precisas e direcionadas as ações de uma nova cultura que se quer construir. Para tal, é necessário o envolvimento, em todas as etapas e aspectos, de todas as pessoas comprometidas no processo, pois só a participação coletiva abre espaços para transformar a realidade existente naquela que se deseja.

No planejamento preventivo, as decisões são tomadas levando-se em conta o estudo da realidade. A tomada de decisão é gerada a partir de um levantamento epidemiológico, as decisões são explicitadas e detalhadas em documentos que podem ser um plano, um programa ou um projeto. A função do plano das práticas preventivas do Sistema Municipal é elaborar políticas, objetivos e metas, traçar as diretrizes e estratégias de caráter geral. No plano geral as definições são tomadas pelas autoridades municipais centrais de níveis hierárquicos mais altos, particularmente, nas áreas de saúde e ensino.

Para ser instituído um programa preventivo, devem ser contatadas as entidades municipais de saúde e ensino, como também, as instituições religiosas, desportivas e representativas da mídia, as comunidades terapêuticas, os serviços profissionalizantes, as associações assistenciais, os clubes de serviço, os movimentos comunitários organizados. (BRASIL, 2000). O programa é um aprofundamento do plano. Tem com função detalhar as informações mais específicas aos diferentes níveis de alcance setorial. Cada programa é definido por uma equipe da área de saúde para ações da

Secretaria da Saúde, por uma equipe da área do ensino para ações da Secretaria de Educação, e assim, para as demais áreas do município que se dispuseram a aderir à causa preventiva.

O projeto é desenvolvido e explicitado em cada escola e tem como eixo orientador o plano e o programa do município. Sendo o documento mais próximo da ação educacional, o projeto deve ser a expressão da vontade explicitada e partilhada da escola para responder às necessidades dos alunos. É primordial que ao se optar por um trabalho de prevenção no contexto institucional, haja a participação de toda comunidade escolar na definição dos princípios comuns, dos objetivos a serem alcançados e das decisões a serem tomadas. Ainda, enuncia valores que vão inspirar, orientar e impregnar a ação preventiva. O projeto pedagógico da escola deve conter a prevenção ao abuso de drogas. Essa é uma das questões mais importantes para a educação preventiva.

O processo de planejar se inicia percorrendo as seguintes fases: elaboração, execução e avaliação. Nesta tese fazemos a proposição de um Planejamento da Prevenção ao Abuso de Drogas, conforme a Figura 1.

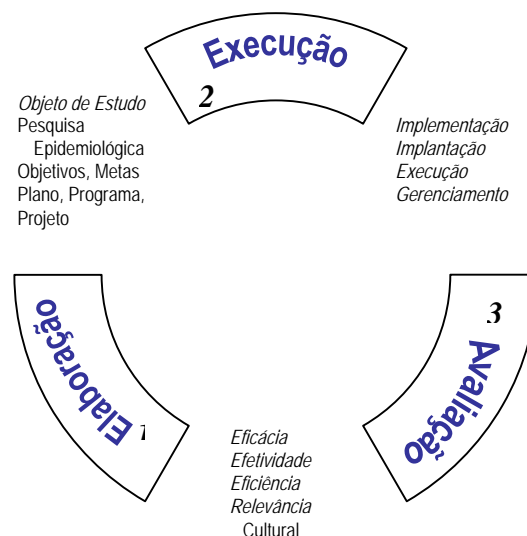


Figura 1 -Planejamento da Prevenção ao Abuso de Drogas

A elaboração entende os seguintes momentos, a saber: 1) escolha e delimitação do objeto de estudo, isto é, a localização da situação-problema que necessita de intervenção. 2) estudo / diagnóstico que consiste na compreensão e na caracterização da situação-problema, realizado a partir do levantamento epidemiológico da realidade educacional. 3) objetivos de ação que caracterizam a tomada de decisão e define os resultados que se quer alcançar. Podem ser: objetivo final (longo prazo), objetivo intermediário (médio prazo),

objetivo imediato (curto prazo). 4) montagem do Plano, Programa, Projeto, ou seja, a planificação das decisões explicitadas em documento. O Plano delinea as decisões de caráter geral do Sistema Municipal. O Programa é o documento que setoriza política, diretrizes, metas e medidas instrumentais do Plano. O Projeto é o detalhamento das alternativas de intervenção apontadas no Programa, feito pela equipe da escola.

A execução compreende momentos, como: 1) implementação que pode ser entendida como a busca, a formalização e a incorporação de recursos humanos, físicos, financeiros e institucionais. 2) implantação e execução, fases da instalação e início do planejamento. 3) gerenciamento, acompanhamento do trabalho executado através relatórios e registros utilizando-se instrumentos como fluxos, gráficos, cronogramas.

A avaliação assume duas categorias distintas com critérios próprios. Uma, denominada avaliação por mérito, está voltada para o valor intrínseco do planejamento, sem vinculações e implicações contextuais. Tem dois critérios: 1) de eficiência que se relaciona ao bom rendimento técnico e administrativo, 2) de eficácia que diz respeito ao ato pedagógico. Outra, a avaliação por relevância, verifica o valor útil do planejamento pela repercussão e impacto no contexto sócio - cultural. Admite dois critérios: 1) de efetividade, que engloba o atendimento às necessidades e demandas sociais e política da comunidade externa, 2) da relevância cultural que envolve valores, filosofia, características sociais e políticas comunidade. (BAPTISTA, 1981; SANDER, 1995). Sugestões de Plano, Programa e Projeto com seus componentes estruturais encontram-se no APÊNDICE A.

Além do planejamento, há outras questões em educação preventiva que requerem decisão. Uma das maiores dúvidas dos educadores que pretendem desenvolver a prevenção ao abuso de drogas nas escolas, refere-se ao planejamento no cotidiano da sala de aula. É comum a pergunta: “De que área de estudo deve emergir os novos conteúdos da prevenção?” Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), estão os conteúdos que norteiam o Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica, do Ministério de Educação. Podemos, a partir dos PCN's, repensar numa proposta curricular organizando os conteúdos em torno de uma série de princípios relacionados à prevenção ao abuso de drogas. São estes princípios que vão orientar a seleção dos conceitos relevantes à educação preventiva, dando-lhes sentido e significado.

Na proposta curricular de Ciências Naturais estão os tópicos essenciais para a compreensão dos mecanismos biológicos de saúde e que, por isso, oferecem maiores subsídios a uma proposta de prevenção. O objetivo geral de Ciências (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997, p. 6) “conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando

hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade à sua saúde e à saúde coletiva” constitui o ideário da educação preventiva. O recorte que damos ao Tema Transversal Saúde significa que consideramos, também, este eixo o espaço privilegiado para a abordagem da prevenção ao abuso de drogas, em que valores e aquisição de atitudes para uma vida saudável constituem dimensões importantes. A Educação para a Saúde deve ser vista na totalidade do processo educativo escolar, por todos, em todos os momentos.

Uma segunda questão relacionada à educação preventiva é ponderar o tipo de aprendizagem para novos conteúdos. Segundo Coll (1998), Alemanny, Majós e Giménez (2000), a aprendizagem de conteúdos é feita por meio de fatos, procedimentos e atitudes de forma inter-relacionada. Assim também, os conteúdos da prevenção devem ser trabalhados nessas três dimensões de aprendizagem, tendo em vista favorecer aos alunos a construção de uma visão integrada dos conhecimentos.

Para os autores, atuar nas três dimensões supõe que se compreenda o que sejam 1) fatos, conceitos e princípios, 2) procedimentos e 3) atitudes. Um fato é algo que a partir dele é possível descrever a realidade e as circunstâncias, atuando como referência e ajuda na antecipação, previsão ou decisão dos atos. Para que os fatos tenham significado é preciso que os conceitos permitam sua interpretação.

Alemanny, Majós e Giménez (2000) definem conceitos e princípios. “Os conceitos constituem a representação das relações [...] que estabelecemos entre alguns fatos, objetos ou símbolos e definem os traços essenciais ou que queremos estabelecer com uma determinada finalidade” (p. 308), enquanto que “os princípios são as relações que se estabelecem mutuamente conforme o tecido das teorias elaboradas para atribuir significados aos diferentes aspectos da realidade” (p.302). Os princípios são conceitos gerais e estruturados com alto nível de abstração. As aprendizagens de fatos, conceitos e princípios ajudam os alunos a desenvolverem capacidades cognitivas e tornarem-se pessoas conhecedoras do mundo.

O procedimento é definido como um conjunto de ações ordenadas cuja realização permite atingir determinadas metas. A aprendizagem de procedimentos auxilia os estudantes a desenvolverem a capacidade de serem pessoas ativas e hábeis. (COLL, 1998; ALEMANNY, MAJÓS e GIMÉNEZ, 2000)

A atitude é uma disposição à resposta. Caracteriza-se pelo fato de ter um objeto de referência bem definido, ao qual se vincula um conceito de valor. Isto faz com que, em relação ao objeto, possa haver aproximação ou afastamento, afirmação ou negação, aceitação

ou rejeição. O valor proporciona sentido ao comportamento das pessoas em qualquer situação pelo forte compromisso emocional que estas empregam para julgar as condutas. Os valores concretizam-se em atitudes e, é a atitude que permite ao indivíduo comportar-se de um modo consistente em face de certas situações, objetos ou pessoas. As atitudes revelam, no âmbito do comportamento, o grau maior ou menor que determinados valores foram assumidos. A aprendizagem de atitudes e valores torna possível aos alunos o desenvolvimento da capacidade de virem a ser pessoas responsáveis. (COLL, 1998; URQUIJO e SISTO, 2000)

Vale ressaltar que a aprendizagem de fatos é insuficiente para mudanças comportamentais, enquanto que a aprendizagem atitudinal configura-se como o gerador de ideais e valores a serem internalizados pelos alunos, até se constituírem num modo próprio de viver. Entretanto, é no dia-a dia, nas atividades cotidianas de aula, que a prevenção encontra sua maior força de expressão, podendo apresentar tantas facetas quantas forem as identidades culturais das classes escolares. Só assim, se estabelece abrangências e limites da aprendizagem para prevenir o abuso de drogas.

Decidida a seleção e a tipologia dos conteúdos preventivos, torna-se necessário encontrar em que medida é possível incorporá-lo ao currículo. Caso os novos conteúdos sejam acrescentados aos conteúdos pré-existente, poderíamos supor tratar uma nova temática com tema antigo, eliminando o valor inovador que a prevenção pudesse ter. Há que se encontrar outras formas de abordagem, o que pede mudança de perspectiva. Para Moreno (1997), é importante permitir “observar o ensino e os conteúdos [...] sob um ponto de vista que nos leve a contemplar o habitual como algo capaz de nos produzir assombro” (p. 23). Acrescenta que só os denominados “temas transversais” adquirem essa verdadeira dimensão, pois aglutinam conhecimentos em torno de temas que correspondem às necessidades e interesses dos dias atuais. Essa é a função dos temas transversais.

Nos PCN's (1997), o assunto drogas foi incorporado ao Tema Transversal Saúde, embora não tenham sido explicitadas as ações preventivas. Para Lescher (1998), “o tema droga é atravessado caleidoscopicamente por múltiplas inscrições: desejantes, institucionais, ideológicas sociais, culturais”. (p. 61) Por se saber dos vários usos dos psicotrópicos e por ser uma temática social e cultural, um dos possíveis encaminhamentos para compreensão do fenômeno da droga está na pluridiversidade do conhecimento. Partindo desse pressuposto, Aquino (1998), Lescher (1998) e Lourencini Jn. (1998) sugerem a discussão transversal do tema drogas nas escolas, transversalidade a ser alcançada pela integração interdisciplinar dos conteúdos escolares.

Em nossa tese, acreditamos na concepção de um Tema Transversal para os novos conteúdos preventivos. É aí que se insere nossa proposta do Tema Transversal Prevenção ao Abuso de Drogas que vimos apresentar. Uma proposição de transversalidade traz a necessidade da escola refletir e atuar preventivamente em todas as áreas, é preciso estar presente nas práticas educativas que envolvem as relações entre professores, alunos e membros da comunidade escolar, num trabalho sistemático e contínuo, pois,

Num ambiente de cooperação e de outras interações positivas, o esforço e as iniciativas de cada professor, individualmente, terão mais eficácia em função do clima de apoio que cada um representa para seus pares. Ademais, as reações dos próprios alunos, [...], resultarão de suas percepções do tipo de cultura de sua escola e não apenas do que faz cada professor em classe. (BZUNECK, 2001, p.31)

O Tema Transversal Prevenção ao Abuso de Drogas, em sua concepção, deve estar relacionado, mas não restrito, à Educação para a Saúde, por ser a área de estudo considerada como espaço privilegiado para profundas e extensivas reflexões sobre o modo como as pessoas vivem e como se dá a interação entre suas potencialidades individuais e suas condições de vida. Ainda, deve receber um tratamento inter-relacionado às Áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira e aos Temas Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural. Provavelmente, essa inserção não será uniforme, uma vez que há singularidades tanto nos temas quanto nas áreas. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1997)

Às áreas e temas, o conteúdo da prevenção vai permear o cotidiano prático, na procura da sensibilização pessoal e coletiva para a promoção da saúde e a qualidade de vida. O que se quer é que surjam momentos nos quais as questões relativas à prevenção sejam trabalhadas explicitamente, encontrando respostas em outras áreas do currículo. A integração, a extensão e a profundidade do estudo vão se dar em diferentes níveis, considerando-se a realidade local e a cultura da comunidade. Para isso, é importante que seja flexível, que atenda à diversidade sociocultural do país e que sirva de subsídios à educação preventiva.

Assim sendo, os novos conteúdos significativos de prevenção é a transversalidade que propomos na presente tese ao currículo de Educação Básica, inserindo e impregnando todas as áreas de estudo e demais temas transversais. Este conjunto de proposições constitui-se num processo de cidadania na busca da qualidade de vida, em que os alunos possam intervir e participar de forma responsável na promoção de sua própria saúde e da saúde coletiva.

Na Figura 2, ilustramos a integração entre dos Temas Transversais - Ética, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, e as Áreas de Estudo – Língua

Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira que compõem os PCN's. A rede que resulta dos dois eixos é o suporte que torna possível construir o Tema Transversal Prevenção ao Abuso de Drogas.

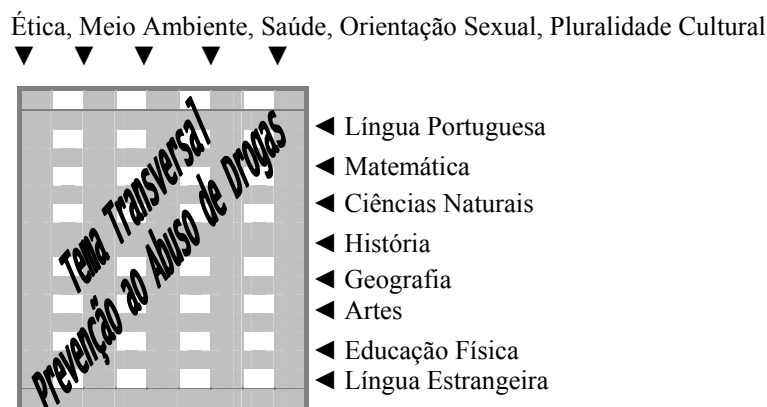


Figura 2, Tema Transversal Prevenção ao Abuso de Drogas nas áreas e temas do currículo.

O trabalho preventivo, certamente, deve pautar-se na educação que vai marcar fortemente o século XXI. Delors (2001) destaca os quatro pilares básicos essenciais a um novo conceito de educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Aprender a conhecer tem em vista, não a aquisição de um repertório de saberes, mas antes, o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Aprender a conhecer tem o objetivo de despertar a curiosidade intelectual, permitir compreender o real mediante a aquisição de autonomia na capacidade de discernir. Aprender a fazer está relacionado à formação profissional, principalmente, à qualificação profissional frente ao progresso técnico. Propõem a substituição das tarefas físicas por tarefas de concepção, tarefas de estudo, tarefas de organização, o coletivo de trabalho e grupos de projeto.

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros, é o maior desafio para a educação nos dias de hoje. A descoberta do outro encerra descoberta a de si mesmo, a capacidade de empatia, a alteridade de abertura para enfrentar tensões, o confronto pelo diálogo, o argumentar e contra argumentar. Finalmente, aprender a ser, a educação para o desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, senso estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. As pessoas devem ser preparadas para elaborar pensamento autônomo e crítico e formular seu próprio juízo de valor de modo a poder decidir e agir por si mesmas. Aprender a ser é a educação para a liberdade de pensamento, de discernimento, de autonomia e iniciativa, de gosto para a provocação, de criatividade e inovação, de imaginação e criatividade. A manifestação da liberdade humana é oferecer todas as oportunidades para todas as possíveis descobertas e experimentações.

A respeito do ato educativo, segundo Libânio (2000), a educação é concebida como:

o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (p.22)

Para a educação ser realizada, torna-se necessário promover uma prática orientando suas finalidades e meios. Por sua vez, a tarefa da pedagogia é assegurar a natureza das finalidades sociais e políticas da educação numa determinada sociedade. Cabe, ainda, criar as condições metodológicas e organizativas para viabilizar a educação. É possível compreender a existência de diversas práticas educativas, ocorrendo em muitos lugares: na família, no trabalho, na escola. Assim sendo, é possível também, conceber várias pedagogias para essas práticas: pedagogia sindical, pedagogia familiar, pedagogia escolar. Isso significa que, se existe uma proposta de educação preventiva na escola, cuja ação educativa é intencional, estruturada e sistemática, é de se supor, que a educação preventiva possa corresponder uma pedagogia preventiva.

Sabemos que a prevenção ao abuso de drogas tem como a opção a educação afetiva, caracterizada pela adoção de uma metodologia ativa, participativa, instigante, questionadora na qual aquele que aprende é o construtor de seus conhecimentos. Por outro lado, os métodos pedagógicos só se realizam na interpolação de quem ensina e de quem aprende - professores e alunos, numa interação em que ambos são “aprendentes” e “ensinantes”. A posição dos professores em relação a tais premissas pressupõe a opção por metodologias concretas que concebam o sujeito humano como ser ativo que alcança sua autonomia. Assim, as experiências em sala de aula devem criar situações nas quais crianças e adolescentes possam refletir sobre suas escolhas e deliberações para atuarem em consonância com elas.

As vivências dinâmicas são consideradas as estratégias mais adequadas para educação e prevenção do abuso de drogas, são procedimentos como oficina, simulação, debate, discussão, diálogo, dinâmica de grupo, jogo dramático, dramatização. Numa abordagem ativa, determinados eixos pedagógicos são levados em consideração, como: o desenvolvimento de atitudes autônomas, o desenvolvimento da competência social, a promoção da afetividade, a promoção do autoconhecimento, a integração corpo / mente / espírito.

Assis (2002), referindo-se à educação infantil, destaca que a criança ao entrar para a escola não está preparada para tomar decisão, ser responsável, cooperativa e solidária. São atitudes que favorecem à autonomia, um processo a ser conquistado ao longo do tempo com o auxílio de professores. O desenvolvimento de atitudes autônomas implica que o professor seja capaz de propiciar

a aprendizagem por descoberta, permitir a participação ativa em aula, facilitar as interações pessoais, criar momentos para falar e comunicar-se com o outro, colocar situações para decidir e julgar.

Quanto à competência social, Boruchovitch (2000) assegura que se deve estimular a tomada de decisão responsável, desenvolver mecanismos de defesa, promover a aptidão para negociar, aumentar a capacidade de resistir a pressões grupais, fortalecer a habilidade de lidar com conflitos, permitir experimentar e explorar construtivamente, valorizar a autopreservação diante de riscos desnecessários. Brenelli (2000) aponta que o comportamento humano envolve aspectos cognitivos e afetivos indissociáveis. A inteligência fornece os instrumentos à ação, a afetividade sustenta a ação pelos sentimentos, emoções, desejos e valores do sujeito. Os professores precisam estar atentos para uma educação afetiva estimulando o diálogo, reforçando atitudes positivas, desenvolvendo o espírito crítico, aumentando o sentido de auto-eficácia, desenvolvendo a capacidade de lidar com a ansiedade.

Já o autoconceito (OLIVEIRA, 2000) é o conjunto de crenças que alguém tem de si mesmo, determinando sua conduta e influenciando assumir novos papéis sociais. Uma imagem realística da própria pessoa é fundamental na construção da personalidade sadia e da identidade pessoal. A atuação do professor é importante para promover o autoconceito do aluno, criando em sala de aula um clima cooperativo de amizade, de confiança e de respeito. Segundo Arantes (1996), é preciso considerar, para o crescimento e desenvolvimento integral dos estudantes, a integração corpo, mente e emoção. Portanto, na sala de aula, devem acontecer atividades que levem à descoberta de si mesmo, ao reconhecimento do corpo, ao aprimoramento do nível sensorial, ao desenvolvimento de papéis sociais e afetivos e à criatividade na resolução de problemas.

No levantamento bibliográfico realizado para presente tese, em todos os especialistas da área, constatamos a orientação para certas atitudes favoráveis à educação preventiva que precisam estimuladas nos alunos. São as seguintes: autoconceito, auto-estima, capacidade de lidar com ansiedade, habilidade de decidir, autonomia, capacidade de resistir às pressões grupais, habilidade para comunicação verbal, saber ouvir, saber dizer não, auto-afirmação. E, ainda, os valores universais como tolerância, direitos humanos, solidariedade, paz e respeito às diferenças.

Finalizando a presente proposta, apresentamos o

TEMA TRANSVERSAL EM PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS.

ENSINO FUNDAMENTAL**OBJETIVO GERAL**

Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis com aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação a sua saúde e à saúde coletiva. Tem em vista, também, a aquisição da saúde como um processo pessoal a ser desenvolvido ao longo de uma vida em direção ao bem estar físico, mental e social.

1º. BLOCO DE CONTEÚDOS**AUTOCONHECIMENTO para o AUTOCUIDADO****1. Corpo humano**Fatos, Conceitos, Princípios

Necessidades e características pessoais. Semelhanças e diferenças entre as pessoas. O corpo humano como um todo integrado onde aparelhos e sistemas realizam funções específicas para a manutenção deste todo. Função dos órgãos dos cinco sentidos na percepção do mundo exterior, as características dos sentidos. Cuidados. Identificação e expressão de sensações de dor e desconforto.

Atitudes, Valores

Postura de respeito e colaboração com pessoas portadoras de deficiências. Entendimento do funcionamento do corpo humano visando o próprio conhecimento e o autocuidado.

2. HigieneFatos, Conceitos, Princípios

Importância da higiene corporal. Utilização adequada de sanitários. Banhos diários. Lavagem das mãos antes das refeições e antes e após as eliminações. Limpeza de unhas, cabelos, órgãos genitais. Higiene bucal. Produtos de higiene e beleza. Uso de vestimentas e calçados adequados.

Atitudes, Valores

Entendimento da importância da prática cotidiana e autônoma de hábitos higiênicos na manutenção da saúde.

3. AlimentaçãoFatos, Conceitos, Princípios

Hábitos de alimentação. Influência dos aspectos culturais, sócio - econômicos e educacionais no ato de alimentar - se. Equilíbrio entre os componentes alimentares. Prevenção de doenças como desnutrição, obesidade, anemias. Química dos alimentos. Análise dos produtos químicos nos alimentos. Validade dos alimentos perecíveis. Caminho percorrido pelos alimentos desde sua produção até o consumo. Higiene relativa à produção, transporte, conservação, preparo e consumo dos alimentos. Doenças associadas à falta

de higiene com o trato dos alimentos: intoxicação, verminose, diarreia e desidratação; medidas simples de prevenção e tratamento. Doenças associadas à ingestão de água imprópria ao consumo humano. Rejeição à água não potável. Plantas tóxicas: cuidados especiais. Cafeína: uso e abuso

Atitudes, Valores

Desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação para saúde e proteção à vida.

**2º. BLOCO DE CONTEÚDOS
VIDA COLETIVA****1. Saúde e proteção à saúde. Prevenção**Fatos, Conceitos, Princípios

Concepção hegemônica de saúde enquanto valor e não apenas como ausência de doenças. Prevenção como proteção à saúde evitando doenças e fatores de risco. Lazer, esporte e exercícios físicos: práticas corretas. Qualidade de vida e saúde. Formas de participação em ações coletivas acessíveis às crianças e adolescentes em sua comunidade. Alunos como agentes multiplicadores da prevenção. Limpeza, conservação e higiene do ambiente doméstico, escolar e local público.

Atitudes, Valores

Medidas de prevenção visando o estabelecimento de hábitos saudáveis de vida como exames de saúde periódicos.

2. Riscos à saúde física, psíquica e socialFatos, Conceitos, Princípios

Acidentes domésticos – choque elétrico, envenenamento, queimaduras, corpo estranho. Mordidas e picadas. Acidentes de trânsito. Acidentes decorrentes da violência social e doméstica. Substâncias usadas na limpeza e conservação das casas – domissanitários, cuidados no uso. Direitos da criança e do adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Procedimentos

Medidas práticas de prevenção, aprendizagem pelos alunos de medidas de primeiros socorros.

3. Doenças transmissíveisFatos, Conceitos, Princípios

Endemias e epidemias. Ações governamentais de proteção à saúde: campanhas, vacinas. Doenças sexualmente transmissíveis – DST. AIDS. Vulnerabilidade.

Procedimentos

Medidas práticas de prevenção a doenças transmissíveis reconhecendo ser possível ficar doente pelo contato direto e/ou indireto com fontes de infecção, por exemplo: doentes e objetos contaminados.

4. Saúde e consciência ambientalFatos, Conceitos, Princípios

Saúde/doença da população associada a fatores ambientes favoráveis ou desfavoráveis. Falta de saneamento básico. Tratamento adequado da água, fossas e esgotos. Zona rural - uso adequado/inadequado de agrotóxicos. Adubo orgânico e inorgânico. Métodos de trabalho nas indústrias e a insalubridade do meio ambiente. Normas internacionais de proteção ao meio ambiente - ISO 14000.

Atitudes, Valores

Entendimento que aluno é protagonista e participante da produção do meio ambiente, relacionando este meio o à qualidade da própria vida.

5. Drogas: uso e abusoFatos, Conceitos, Princípios

Conceitos de drogas. Diferenciação entre as drogas. Uso da droga na medicina. Profissionais autorizados na prescrição de medicamentos e remédios: médicos, veterinários e dentistas. Controle de remédios. Propaganda de fármacos. Local onde armazenar remédios. Organização da farmácia da escola e de casa. Uso de remédios e cuidados especiais quanto ao uso indiscriminado, dosagem, validade, análise das bulas, embalagens trocadas, etc. Perigos da automedicação. Legislação e órgãos de fiscalização da saúde - controle de fabricação, venda e distribuição de remédios. Perigos do uso de medicamentos estimulantes, tranquilizantes, anabolisantes e anoréxicos.

Drogas de abuso. Classificações das drogas psicotrópicas segundo seus efeitos: alucinógenos (maconha, chá de certos cogumelos, chá de lírio, LSD-25, Êxtase, anticolinérgicos), estimulantes (anfetamina, cocaína), depressoras (álcool, sonífero ou hipnótico, ansiolítico, opiáceos, inalante ou solvente). Classificação do uso. Dependência. Tolerância. Síndrome da abstinência. Overdose. Alcoolismo e tabagismo. Fumantes e não-fumantes – simbologia. Propagandas de bebidas alcoólicas e cigarros. Ação da droga no funcionamento do organismo humano. Problema da toxicomania no Brasil e no mundo. AIDS e drogas. Grupos de risco. Grupos de ajuda. Legislação Brasileira e as drogas - Lei 6.368/76. Classificação das drogas segundo a legislação: drogas legais e drogas ilegais.

6. Prevenção ao abuso de drogasFatos, Conceitos, Princípios

Binômio saúde / doença. Promoção da saúde. Melhoria da Qualidade de vida. Educação preventiva. Prevenção primária, secundária e terciária. Fatores de risco, fatores de proteção. Vulnerabilidade. Redução de risco. Resiliência.

Programas de prevenção: família, escola, clubes de serviço, lideranças religiosas e sindicais.

Atitudes, Valores

Entendimento que educar para a qualidade de vida é condição de essencial para prevenir o abuso de drogas.

Procedimentos para diversas atividades curriculares

Elaboração de perguntas e suposições sobre o estudo. Busca, coleta e interpretação de informações por meio de observação, experimentação, entrevistas, visitas, leituras de imagens e textos selecionados. Organização e registro de informações por intermédio de desenhos, quadros, tabelas, esquemas, listas, textos, maquetes. Confrontação de suposições individuais e coletivas com as informações obtidas. Utilização das informações obtidas para justificar suas idéias. Interpretação das informações por intermédio do estabelecimento de relações de dependência, causa e efeito, forma e função, seqüência de eventos.

Vale ressaltar que a aprendizagem de fatos e princípios, ainda que importantes, não se constituem no núcleo central da prevenção do abuso de drogas. São os valores que orientam o trabalho educativo, atuando como referências na vida. Assumir esses valores e crenças permite que se instaurem atitudes nos educandos, possibilitando - os a agir em direção àqueles fatos e princípios, em diferentes situações ou contextos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

No Tema Transversal da Prevenção ao Abuso de Drogas na Educação de Jovens e Adultos, as orientações básicas são pautadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, Área de Ciências da Natureza, Conhecimento em Biologia. Entre os fatos, conceitos, princípios, procedimento, atitudes e valores para estudo foram selecionados aqueles mais adequados à Prevenção ao Abuso de Drogas.

BLOCOS DE CONTEÚDOS**1. A saúde e a doença**Fatos, Conceitos, Princípios, Atitudes e Valores

Entendimento de saúde humana como bem estar físico, psicológico e social e não como ausência de doença. Estudo do corpo humano e das relações que se estabelecem entre aparelhos e sistemas, entre o corpo e ambiente, de forma a compreender a importância da integridade do corpo humano, da preservação do equilíbrio dinâmico que é característica de saúde. Postura de respeito às diferenças entre as pessoa, que indicam que cada corpo é único, desenvolvendo atitudes de apreço ao próprio corpo e ao do outro. Compreensão da vida, do ponto de vista biológico, como sistema organizado e integrado

interagindo com o meio físico - químico através de um ciclo de matéria e de fluxo de energia. Relação entre degradação ambiental e social a agravos à saúde. Desenvolvimento de valores pertinentes às relações entre os seres humanos, entre eles e o meio, entre o homem e o conhecimento.

2. O estudo da droga

Fatos, Conceitos, Princípios, Atitudes e Valores

Conceitos de drogas. História e antropologia da droga. Classificação das drogas pelo seu efeito. Drogas de abuso. Classificações das drogas psicotrópicas: alucinógenos (maconha, chá de certos cogumelos, chá de lírio, LSD-25, Êxtase, anticolinérgicos), estimulantes (anfetamina, cocaína), depressoras (álcool, soníferos ou hipnóticos, ansiolíticos, opiáceos, inalantes ou solventes). Álcool destilado e fermentado. Tabaco. Farmacologia das drogas. Substâncias de abuso. Tolerância química. Síndrome da abstinência. Etapas no uso de substância química. Diferenciação entre experimentação, uso ocasional, uso freqüente e uso pesado. Efeitos do uso / abuso das drogas no corpo humano. Classificação Internacional de Doenças - CID. Legislação Brasileira e as drogas. Lei 6.368 de 21/10/1976, punições e categorias: traficante, dependente, traficante-dependente, experimentador. Classificação das drogas segundo a legislação. Drogas lícitas: álcool, tabaco. Drogas ilícitas: maconha, cocaína, crack, LSD, heroína. Drogas lícitas de uso ilícito: medicamentos e inalantes. Prevenção no currículo escolar. Política Nacional Antidrogas. Abuso de drogas no Brasil. Tráfico de drogas. Custos sociais decorrentes do abuso de drogas. Acordos internacionais de controle. Órgãos de fiscalização da saúde.

3. Vida coletiva e a droga

Fatos, Conceitos, Princípios, Atitudes e Valores

A AIDS e a droga. Grupos de risco. Grupos de ajuda. Controle social e possíveis causas do abuso de drogas. Bem-estar de cada indivíduo e da coletividade: organizações nacionais e internacionais. Direitos Humanos. Cultura da Prevenção: educação e valores. Cidadania. Ética.

4. O ser social

Fatos, Conceitos, Princípios, Atitudes e Valores

Promoção de uma educação preventiva. Importância do projeto de vida para adolescentes e jovens adultos. Vida como valor a ser preservado. Formação de indivíduos sensíveis e solidários, cidadãos conscientes do mundo e da vida.

Procedimentos para diversas atividades curriculares

1. Representação e Comunicação

Descrever processos e características do ambiente ou de seres vivos, observados em microscópio ou a

olho nu. Apresentar suposições e hipóteses acerca de saúde, doença e prevenção. Apresentar de forma organizada o conhecimento sobre prevenção apreendido. Conhecer diferentes formas de obter informações, selecionando aquelas pertinentes ao estudo. Expressar dúvidas, idéias e conclusões.

2. Investigação e Compreensão

Relacionar os diversos conteúdos conceituais de Prevenção na compreensão de qualidade de vida. Estabelecer relações entre as partes e o todo de um fenômeno ou processo. Selecionar e utilizar metodologias adequadas para resolução de problemas. Formular questões, diagnósticos e propor soluções para problemas do abuso de drogas, utilizando conhecimentos adquiridos.

3. Percepção sociocultural e histórica

Reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais por ele produzido no meio físico, social e psíquico. Julgar ações de intervenção, identificando aquelas que visam a preservação e implementação da saúde individual, coletiva e do meio ambiente físico, psíquico e social.

Vale ressaltar que a aprendizagem de fatos e princípios, ainda que importantes, não se constituem no núcleo central da prevenção do abuso de drogas. São os valores que orientam o trabalho educativo, atuando como referências na vida. Assumir esses valores e crenças permite que se instaurem atitudes nos educandos, possibilitando - os a agir em direção àqueles fatos e princípios, em diferentes situações ou contextos.

5 METODOLOGIA

*É muito importante que o homem tenha ideais.
Sem eles não se vai a parte alguma.
No entanto, é irrelevante alcançá-los ou não.
É apenas necessário mantê-los vivos e procurar atingi-los.
Dalai Lama (1935-)*

Neste capítulo, apresentamos os referenciais metodológicos que orientaram o presente estudo, uma pesquisa de campo de natureza exploratória. Tem como foco saber se as atuais práticas pedagógicas dos professores do ensino fundamental estão consoantes às demandas sociais do abuso de drogas entre estudantes e, se não for o caso, buscar transformar as práticas atuais em práticas inovadoras em prevenção. Trata-se de uma proposta de construção do conhecimento em prevenção ao abuso de drogas.

Para Turato (2003), na concepção do construtivismo, o “dado” científico do objeto de estudo não é algo que se encontre pronto ou que se evidencie por si próprio. Ao contrário, trata-se de um construto, ou seja, o conhecimento é construído a partir da realidade pensada e refletida. “A razão vai ao real, havendo sempre uma relação dialética entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido que se encontra no mundo externo” (p.232).

Neste caso, as seguintes condições são exigidas: “de um lado a realidade dada, como ponto de objetivo de partida; de outro, a capacidade política de agir, não só no sentido de se organizar de modo competente, mas igualmente de influenciar o quadro objetivo, para torná-lo favorável” (DEMO, 1995, p.96). Tal dinamismo se dá na aproximação entre: a) o ponto de partida, a prática concreta, b) a compreensão da prática para sua superação e c) o ponto de chegada, que é a ação concebida, organizada e recriada em novas condições. A prática, portanto, se caracteriza pelo seu traço concreto, sendo sempre uma opção da teoria que lhe é subjacente. A teoria que se apresenta desligada da prática não se constitui como tal, por não dizer sobre a realidade histórica, isto é, sobre a condição de historicidade da prática. Portanto, teoria e prática são componentes da unidade “práxis humana”, na qual a teoria é a racionalização da prática e a prática, o desenvolvimento concreto da teoria.

Os homens são seres da práxis [...], são seres do quefazer. [...]. Mas, se os homens são seres do quefazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o quefazer é práxis, todo fazer do quefazer terá uma teoria que necessariamente o ilumine. (FREIRE, 1975, p. 145)

Na articulação teoria / prática fundamenta-se o método de investigação dialético, tendência paradigmática da pesquisa científica cujas raízes se encontram no materialismo histórico, que tem como principal representante Karl Marx. A essência filosófica básica sob o prisma dialético é visível nos seguintes princípios: a) lei da totalidade, tudo se relaciona (ação recíproca); b) lei do movimento, tudo se transforma (negação da negação); c) lei da mudança qualitativa, da quantidade para a qualidade (do todo para o novo todo); d) lei da contradição, união e luta dos contrários (DEMO, 1995).

Por vincular a teoria à prática, a metodologia dialética é a abordagem de pesquisa mais fértil para análise dos fenômenos sociais, entre os quais, o campo da educação. Em relação ao fenômeno educativo o ato de conhecer, “é construído como ponto de chegada de um processo que tem origem empírico-objetiva, passa pelo abstrato, de características subjetivas e forma uma síntese na mesma ação de conhecer, quando o conhecido (concreto no pensamento) é confrontado com seu ponto de partida através da prática” (SANCHEZ GAMBOA, 2000, p.103). Em outras palavras, o circuito do conhecimento deve definir a prática concreta dos educadores de forma que a compreensão dessa prática seja geradora de novas práticas educativas.

Com pertinência, esta abordagem leva a reflexões sobre a prática didático-pedagógica do professor em educação preventiva e, em consequência, nos remete às premissas desta pesquisa: 1) a prática pedagógica do professor constitui nosso objeto de estudo, 2) as práticas pedagógicas atuais dos professores podem não estar congruentes à demanda ao abuso de drogas entre estudantes, 3) uma abordagem metodológica que toma a realidade social concreta como ponto de referência, obtém propostas de ações preventivas consistentes e críticas. No entanto, é necessário fazer um diagnóstico das práticas atuais, para isso, há que se compreender a dinâmica social na qual os fenômenos educativos se inserem, se realizam e têm sentido.

Os motivos expostos justificam nossa opção pela abordagem dialética neste estudo, pois, como já registrado, entre as metodologias investigativas, a dialética é aquela que trabalha com a realidade concreta, apresenta proposta de mudança qualitativa e pretensão de síntese. Portanto, afirma-se como um dos métodos mais apropriados para compreensão e explicação das

práticas pedagógicas em prevenção ao abuso de drogas, fornecendo pistas para reformulação das práticas e definindo procedimentos para ações inovadoras em educação preventiva.

Assim, anunciamos os seguintes objetivos para estudo do problema.

Objetivos

Pesquisar se as atuais práticas docentes em educação preventiva atendem às demandas sociais do abuso de drogas entre estudantes e, se necessário, buscar alternativas metodológicas para novas propostas de práticas pedagógicas ligadas ao contexto social.

A consecução do objetivo geral pressupõe o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- 1) Investigar se as atuais práticas dos professores em prevenção ao abuso de drogas levam em conta, ou não, situações contextualizadas.
- 2) Realizar o Encontro Pedagógico sobre Abuso de Drogas na Escola à luz do paradigma dialético que possibilite transformar as atuais práticas docentes em propostas de práticas ligadas à realidade social concreta.
- 3) Verificar se os procedimentos metodológicos aplicados têm como resultado propostas inovadoras de práticas preventivas concebidas e organizadas pelos professores nas condições do contexto social.

Procedimentos Metodológicos

Estruturamos a proposta de intervenção da presente tese apoiada na abordagem dialética, cujos princípios são: 1) partir da realidade imediata, isto é, da prática docente atual, que é produto da ação e da experiência cotidiana dos professores adquiridas de um modo talvez não sistematizado, 2) possibilitar aos professores uma reflexão desta prática, pela apropriação de conceitos teóricos, na busca da compreensão da realidade para além da aparência imediata; 3)

com os conhecimentos construídos no processo educativo passar às ações transformadoras da realidade e, conseqüentemente, produzir saltos de qualidade na prática pedagógica do professor. A Figura 3 mostra a dinâmica do processo de investigação deste estudo.

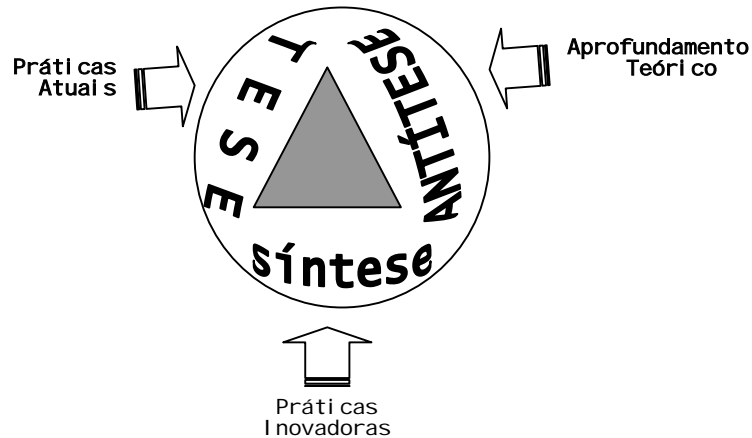


Figura 3 - Modelo de Pesquisa Adotado no Estudo

Cabe tornar claro que, para a presente tese, objetivamos verificar se práticas não contextualizadas, mediadas pelo processo ação-reflexão, resultam em inovadoras propostas de práticas ligadas à realidade social concreta. Não é nosso propósito avaliar a atuação docente e sua prática pedagógica pós-intervenção. Assim sendo, os procedimentos previstos para o estudo de campo são delineados em três linhas de ação, a saber: 1) descrição e explicação da prática pedagógica atual dos professores participantes, 2) aprofundamento teórico para a compreensão da razão de ser daquelas práticas; 3) elaboração de novas propostas (MARTINS, 1989).

O primeiro momento – a *tese* – e o ponto de partida do processo e compreende é a descrição da prática vivida pelos professores no nível empírico, isto é, em observações livres e experiências acumuladas na prática. Já a explicação da prática decorre da análise crítica dos problemas enfrentados - a problematização. Esta problematização torna-se necessária para compreensão dos problemas em suas raízes históricas.

No segundo momento – a *antítese* – é o aprofundamento teórico que busca a razão de ser da prática, no plano da totalidade, segundo os determinantes históricos, políticos e sociais, tendo presente a prática problematizada na *tese*. De modo geral, nesta etapa as pessoas sentem a necessidade de resolver certas dificuldades que são como entraves, que não permitem a passagem para a etapa seguinte. Superar tais dificuldades é indispensável para o prosseguimento do processo, pois é somente na reflexão sobre a prática problematizada, com base em referenciais teóricos, que se apresenta a possibilidade de superá-la.

Finalmente, no terceiro momento –*síntese* – são elaboradas as propostas de práticas inovadoras concebidas e construídas em novas condições e geradas na síntese do processo dialético. As propostas apresentadas pelos professores constituem o ponto de chegada do circuito do conhecimento em prevenção ao abuso de drogas.

Amostra

O estudo propôs-se investigar as práticas docentes em educação preventiva, objetivo que definiu a seleção das participantes pela amostra de conveniência. Houve, portanto, a intenção deliberada na escolha de professoras para compor a pesquisa. Segundo nosso ponto de vista, estas profissionais seriam as pessoas mais autorizadas para trazer informações substanciais sobre suas próprias práticas. Entretanto, atendeu-se a um critério geral para inclusão das participantes na pesquisa, a concordância das mesmas em participarem de acordo com o termo de consentimento, após as informações sobre a finalidade do estudo na abertura do evento.

O grupo selecionado foi composto por vinte e três (23) professoras de educação básica da Secretaria Municipal de Educação (SME), de uma Prefeitura Municipal do interior Estado de São Paulo, assim distribuídas pelas áreas de trabalho: nove (9) em educação infantil, doze (12) no ensino fundamental, uma (1) em educação de jovens e adultos e uma (1) nas três áreas. As professoras assumiram, no ano letivo de 2004, as seguintes funções: quatorze (14) professoras de classe, uma (1) coordenadora de escola, uma (1) diretora de escola, seis (6) supervisoras da SME e uma (1) monitora de cursos da SME.

Quanto ao tamanho da amostra ser de vinte e três (23) professoras, vale mencionar que a abordagem metodológica admite uma amostra estar fechada quando o número de participantes atende aos requisitos específicos, segundo o arbítrio e

interesse científico do pesquisador. (BOGDAM & BIKLEM, 1998; MINAYO, 1999; TURATO, 2003). Para Sandelowski (1995, p. 183 apud Turato, 2003, p. 361),

é a [amostra] que permite - em virtude de não ser grande - a profundidade e a análise orientada para o caso, que é a marca de todos os inquéritos qualitativos, e que resulta - em virtude de não ser muito pequena - uma nova e ricamente tecida compreensão da experiência.

Tratando-se de pesquisa que tem pessoas como objeto de estudo, mais que nunca é preciso o cuidado ético no que tange, principalmente, aos princípios da autonomia, da beneficência e da não-maleficência. Autonomia, de modo que os participantes possam aderir voluntariamente à proposta cientes da natureza do estudo e das obrigações nele envolvidas. A beneficência está no gesto voluntário do participante em colaborar para o conhecimento científico e em benefício de outrem. Não-maleficência significa garantir a privacidade do participante, não o expondo a riscos superiores aos ganhos que possam advir.

Operacionalmente para esse estudo foram adotadas e explicitadas às participantes as seguintes normas: a) as professoras tiveram suas identidades protegidas, tanto no material escrito quanto no relato verbal; b) as participantes foram bem informadas sobre os objetivos da pesquisa e o seu consentimento obtido; c) na negociação para autorizar o estudo, a pesquisadora foi clara e explícita com todos os intervenientes relativos aos termos do acordo respeitando-o até a finalização do estudo (BOGDAM & BIKLEM, 1998; TURATO, 2003).

Para a adesão das participantes, utilizamos o modelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), no qual cada professora assinou atestando sua concordância em participar da intervenção pedagógica. Cabe enfatizar, ainda, que todos os cuidados éticos tomados no presente estudo foram baseados e estão em consonância com a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde.

Coleta de Dados

Os dados foram coletados junto às professoras das escolas da rede pública da Secretaria Municipal de Educação (SME), no que denominamos Encontro Pedagógico sobre Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas. Em contato com a SME, expusemos o planejamento

à análise da Assessora Pedagógica e, aceita a proposta, ambas determinamos os procedimentos gerais como: amostra dos participantes, período e horário de realização, carga horária global e diária, local e outros que foram necessários.

Conforme vimos, o processo dialético envolve dentro de si a polarização da prática (*tese*) e da teoria que está por trás desta (*antítese*), gerando as condições de aparecimento de uma nova prática (*síntese*), três momentos vividos pelas professoras no decorrer da programação do Encontro Pedagógico sobre Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas.

Inicialmente, em questionário aberto (APÊNDICE C), as participantes deram respostas individuais sobre a realidade concreta e imediata em relação às práticas pedagógicas de prevenção ao abuso de drogas, trata-se da *tese*. Em seguida, na *antítese*, a reflexão sobre a prática determinou a compreensão profunda dos conceitos relativos à educação preventiva, levando-se em conta as leis da dialética: princípio da totalidade, princípio do movimento e princípio da contradição. Como técnica de registro da *antítese*, adotamos a observação livre e dirigida, relatos escritos e orais, imagens de sucata, desenhos, colagens, vivências e expressão gestual.

Finalmente, na *síntese*, as respostas a um segundo questionário individual aberto (APÊNDICE D) possibilitaram verificar se os conhecimentos construídos geraram práticas inovadoras e, portanto, se houve mudanças qualitativas nas concepções acerca da prática pedagógica das professoras. Confrontar tese/síntese permite confirmar ou refutar os pressupostos iniciais do estudo.

Procedimentos Pedagógicos

O planejamento do Encontro Pedagógico sobre Prevenção ao Abuso de Drogas na Escola apresentado à SME para análise foi mais uma direção do que se pretendia implementar, do que uma programação detalhada. Os procedimentos metodológicos descreveram uma direção definida, porém a proposta pedagógica progressivamente adquiriu contornos à medida que avançou no trabalho junto às professoras. Os temas e os procedimentos didáticos foram decididos a partir das necessidades das participantes, discutidos no primeiro momento do Encontro. Contudo, *a priori* uma estrutura básica fez-se necessária para escolha dos principais tópicos em

torno dos quais se aglutinaram os diversos conceitos. Neste sentido, o planejamento foi constituído por três eixos teóricos cujos temas serviram de parâmetro para o trabalho pedagógico, a saber: a) droga: perspectiva biológica, psicológica e social; b) saúde e prevenção; c) educação preventiva e prevenção ao abuso de drogas na escola. O plano e as atividades do Encontro constituem o (APÊNDICE E)

Em relação aos procedimentos didáticos, selecionamos aqueles que caracterizassem o método dinâmico-vivencial, mobilizassem grupos e incrementassem a produção coletiva. Neste sentido, as atividades mostraram-se participativas e conscientemente direcionadas, pois permitiram às professoras não só explicitar conceitos, princípios, atitudes e valores, como ainda, buscar soluções às questões propostas. Ao tomar a realidade concreta como matéria-prima proporcionamos “o momento de encontro entre a vida e a teoria, onde o esforço pedagógico expressa-se na tentativa de traduzir a teoria em vida, *vivenciá-la*.” (IASI, 1999, p.54). Acreditamos que, a partir daí, a teoria passa a fazer sentido.

O material didático oferecido foi elaborado e organizado pela pesquisadora e constou de um polígrafo, denominado Livro das Participantes, composto de duas partes: 1) registro para as atividades de grupo e 2) textos de reflexão (APÊNDICE F). Os recursos audiovisuais deram apoio às atividades. Foram utilizados TV e vídeo, retroprojetor, aparelho de som e textos especialmente elaborados para o Encontro. A avaliação processual teve a finalidade de apontar à pesquisadora quais as áreas que mereceram maiores explorações, os aspectos que deveriam ser eliminados e as novas direções a serem trilhadas.

O Encontro Pedagógico teve carga horária global de trinta horas e diária de três horas, de segunda à sexta feira, durante dez dias, em duas turmas: uma pela manhã e outra à tarde. A SME apoiou o Encontro disponibilizando sala, equipamentos, bem com uma professora para secretariar o Encontro.

Análise dos Dados

Nesta seção, no primeiro momento, a título de ilustração, apresentamos uma síntese dos referenciais teóricos que conduziram a investigação, expressos no Quadro 4 Princípios

Metodológicos da Tese. Em seguida, são descritos etapas e procedimentos realizados para análise dos dados da pesquisa. Como norteadores da análise consideramos os estudos de André (1989), Bogdan e Biklen (1998), Demo (1995), Sanchez Gamboa (2000) e Turato (2003).

Quadro 4 - Princípios Metodológicos da Tese

Paradigma	Dialético Conceitos - chave: Tese-antítese-síntese. Passagem da quantidade à qualidade. Interpretação dos contrários. Negação da negação. Totalidade. Relação recíproca.
Nível Teórico	Estudos sobre experiências, práticas pedagógicas, processos históricos, discussões filosóficas.
Nível Epistemológico	Inter-relação do todo com as partes e vice versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica, intelectual, etc.
Pressupostos Gnosiológicos	“Concreticidade” centralizada na relação dinâmica sujeito/objeto que ocorre no ato de conhecer.
Pressupostos Ontológicos	Homem social e histórico criador e transformador da realidade social. Educação vista como uma prática de formação social.
Nível Metodológico	Objetivo da pesquisa: Superação da tese x antítese promovendo a síntese. Desenho da pesquisa: Processual, aberto e flexível. Síntese das premissas contraditórias. Proposta de investigação: Breves e especulativas. Sugere áreas para as quais a investigação possa ser relevante. Busca superação. Amostra / grupo de estudo: Adequado ao estudo qualitativo composto de voluntários. Relação pesquisador / participantes: Relação proximal objetivando mudança qualitativa.
Nível Técnico-instrumental	Dados: Discurso dos participantes. Documentos oficiais e outros. Compara, contrapõe e reúne dados quantitativos e qualitativos como: dados descritivos, notas de campo, fotografias, contagem e medidas da estatística descritiva. Técnica de registro de dados: Observação participante. Observação. Questionário aberto. Estudo de vários documentos. Depoimentos. Vivências. Narrações. Mensagens intencionais e não-intencionais, explícitas ou implícitas, verbais ou não-verbais, alternativas ou contraditórias. Instrumentos de pesquisa: Dinâmicas e vivências. Técnica de tratamento de dados: Processual. Procedimentos do método dialético. Análise de Conteúdo. Apresentação dos resultados: Descritivo com citações ilustrativas. Discussão dos resultados: Discussão e interpretação dos resultados à luz da literatura da área.

O dinamismo dialético admite a inter-relação entre as condições objetivas/subjetivas e as dimensões quantitativas/qualitativa da realidade. As dimensões quantitativas são mais facilmente acessíveis às condições objetivas, mais adaptáveis à captação científica, pois mais adaptáveis à formalização. Já a dimensão qualitativa, é mais apropriada às opções humanas, sobretudo em processos participativos.

Quer seja um contexto quantitativo ou qualitativo, para obtenção dos dados que expliquem seus elementos constituintes, necessita-se eleger os métodos que busquem estes dados. Os métodos são expressos por técnicas que viabilizam sua implementação em situações concretas. Ambos têm significações e aplicações dependendo da abordagem paradigmática na qual estão inseridos. Em última instância, método e técnica refletem a cosmovisão que os fundamentam. Tais considerações aqui são tecidas para explicitar nossa opção neste estudo pelos métodos e técnicas qualitativos para a realização do estudo como um todo e para a análise de dados.

A técnica escolhida para análise e tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo. A análise esteve presente nas diversas fases do estudo de campo, tendo sido um processo integrado à coleta de dados. O material para análise encontra-se nos discursos das professoras, nos relatórios escritos, nos relatos orais, nos objetos construídos, nos cartazes confeccionados, nas narrações e nos gestos das participantes expressando valores, concepções, conceitos, comportamentos.

Segundo Bardin (1995), a organização da análise obedece às seguintes fases: a) pré-análise, b) exploração do material, c) tratamento e interpretação dos resultados. A pré-análise é a fase de organização e estabelecimento de um programa flexível e preciso. Estabelecemos o primeiro contato com o material a partir de uma leitura inicial para tomar posse de seu conteúdo e fazermos a escolha dos documentos. A segunda fase caracterizou-se pela exploração do material, isto é, pela passagem dos dados brutos para dados organizados. Realizamos a organização em torno do processo de categorização, ou seja, “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero[...]”(BARDIN, 1995, p. 117). Os dados brutos podem ser submetidos a uma ou várias dimensões de análise, desde que na classificação dos elementos seja investigado o que cada um deles tem em comum com outros e, a partir disso, organizar as categorias.

Dentre os possíveis critérios de análise, escolhemos o critério da relevância que considera “em destaque um ponto falado sem que [...] apresente certa repetição no conjunto do material coletado, mas que na ótica do pesquisador, constitui-se de uma fala rica em conteúdo a confirmar ou refutar hipóteses iniciais da investigação”.(TURATO, 2003, p.446). Esta é uma posição não-ortodoxa em análise de conteúdo

mostrando o papel, não só da lógica e da objetividade, mas também, da intuição e da subjetividade. Como consequência, destaca o pesquisador como um elemento importante na construção de um sistema de categorias e, leva em conta sua orientação teórica, sua experiência anterior, sua interação com o objeto pesquisado, seus valores, suas crenças e perspectivas. (ANDRÉ, 1989). A partir desta visão, orientamos o processo de selecionar e categorizar os dados da presente análise.

Cabe ressaltar que, tanto no primeiro quanto no segundo questionário, as questões abertas permitiram às participantes mencionarem mais de uma idéia ou resposta em cada pergunta. Para a consistência do processo de categorização dos dados, realizamos uma avaliação externa da seguinte forma: uso de um juiz independente que analisou 5% das respostas para questão sobre prevenção ao abuso de drogas na escola. As respostas foram selecionadas aleatoriamente, sendo 90% a porcentagem de correspondência atingida entre a pesquisadora e o juiz independente.

Além da Análise de Conteúdo, analisamos os dados por meio dos procedimentos da estatística descritiva, na qual porcentagens de respostas e distribuição de frequências foram estimadas para indicar a relevância com que categorias e subcategorias se apresentaram. As categorias e sub-categorias organizadas foram as seguintes, a saber: 1) divulgação de informações: respostas nas quais a prevenção é vista como fornecimento de informações de ordem sanitária sobre substâncias psicotrópicas e seus efeitos; 2) planejamento educacional: respostas nas quais o atuar preventivo diz respeito à importância das ações planejadas, destacando uma ou mais fases do processo de planejar; 3) promoção da saúde: respostas nas quais a prevenção está associada ao processo de escolhas para uma vida biopsicossocial saudável; 4) papel da escola: respostas nas quais a prevenção é relacionada à gestão do sistema educativo, quer no interior da escola, quer nas suas interfaces com a sociedade; 5) prática docente: respostas associadas ao papel do professor como mediador de uma educação que visa a formação psico-afetiva do aluno. São distinguidas duas subcategorias: 5.1) formação do professor, respostas associadas à necessidade de atualização de conhecimentos e competências do professor em prevenção ao abuso de drogas; 5.2) abordagem afetiva: respostas associadas a métodos didáticos ativos que visam propiciar vivências no campo do conhecimento ou do afeto para que o estudante possa ser mais estruturado, consciente e questionador.

As categorias e sub-categorias da Análise de Conteúdo foram determinantes na análise e discussão dos dados da pesquisa. A título de ilustração incluímos citações literais das falas das participantes.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

*A vocação histórica não é sina, mas, possibilidade.
E não há possibilidade que não se exponha à negação, à impossibilidade.
E vice-versa, a coisa hoje impossível pode ser possível um dia.*

In: À sombra da mangueira.
Paulo Freire (1921-1997)

Nesta seção apresentamos e discutimos os resultados provenientes do trabalho de campo. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e delineamento metodológico à luz do paradigma dialético.

A intervenção pedagógica, denominada Encontro Pedagógico em Prevenção ao Abuso de Drogas na Escola, tomou como modelo a experiência em abordagem dialética de Martins (1989). Conforme já descrito, o Encontro apresentou três momentos: descrição e explicação da prática pedagógica atual das professoras, compreensão dessa prática pelo aprofundamento teórico e elaboração de propostas para novas práticas. Vale esclarecer que o material coletado assumiu um sentido amplo, de modo a captar os diversos significados das experiências vividas. Além dos depoimentos escritos nos questionários abertos, incluímos informações obtidas em atividades de grupo, vivências e narrativas manifestadas nas mensagens das participantes. Tais dados permitiram um processo de análise de maior amplitude.

1º. Momento – Tese

A descrição da prática das participantes no plano empírico, constitui o ponto de partida do processo metodológico. Com base em pré-pesquisa, buscamos obter um quadro demonstrativo do que acontecia na prática concreta das participantes. Para isso, foi utilizado o

questionário aberto, individual - Questionário 1, que constou das seguintes questões: 1) O que você entende por prevenção ao abuso de drogas? 2) Você acha que ações educativas podem prevenir o abuso de drogas? 3) As escolas devem desenvolver ações preventivas ao abuso de drogas? Como? 4) Como você vê a prevenção ao abuso de drogas na sua escola? Quais as dificuldades encontradas?

Os resultados do Questionário 1 são encontrados na Tabela 6: questão 1, questão 2, questão 3 e Tabela 7: questão 4.

Tabela 6 – Categorias segundo as respostas do Questionário 1, relacionadas ao conceito de prevenção, às ações educativas em prevenção e ao “como” desenvolver ações preventivas na escola

CATEGORIAS	Questão 1		Questão 2		Questão 3		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Divulgação de Informações	15	60	05	22	10	40	30	37
Prática Docente	06	24	09	39	04	16	20	25
Planejamento Educacional	--	--	06	04	10	40	20	25
Promoção da Saúde	03	12	--	--	--	--	03	04
Não respondidas	01	04	05	22	01	04	07	09
Total	25	100	23	100	25	100	80	100

Tabela 7 – Categorias segundo as respostas do Questionário 1, relacionadas à presença ou ausência de programas preventivos nas escolas

CATEGORIAS	N	%
Presença de:		
programas desencadeados pela escola	02	05
programas só para alunos da 4 ^a . série	10	25
Ausência de programas preventivos	16	40
Dificuldades encontradas	10	25
Questões não respondidas	02	05
Total	40	100

Os resultados que se referem aos dados da Tabela 6 apontaram para uma concepção de prevenção voltada, predominantemente, para a divulgação de informações de ordem sanitária. Neste caso, duas situações se apresentam. A primeira nos remete aos primórdios da educação preventiva, cujo núcleo do ensino compunha-se de informações relativas às drogas e seus efeitos. O objetivo era exortar “não às drogas” para afastar os jovens desta substância. A estratégia era focar os danos causados pelo uso com a intenção de chocar, amedrontar e, assim, dissuadir. Tal abordagem, com o correr do tempo, mostrou-se equivocada. Proibições enfáticas e perspectivas de perigo vão ao encontro da extrema onipotência do jovem. A “guerra às drogas” apresenta-se como uma prática de contestação e,

portanto, a transgressão torna-se uma postura de afirmação que a rebeldia do adolescente necessita para confrontar autoridades e regras estabelecidas. (ARATANGY, 1998).

Uma segunda perspectiva refere-se ao modelo conhecimento científico, que visa fornecer informações sobre drogas de forma imparcial e científica. Acredita-se que o estudante bem informado seja capaz de tomar decisões racionais sobre drogas. As avaliações sobre esta abordagem também não se mostraram positivas. Informações por si só não são suficientes para fundamentar escolhas individuais em termos de droga. Não basta priorizar o cognitivo, há que se propiciar o necessário envolvimento subjetivo do aluno, por se tratar de atitudes e valores. Na prática escolar, alguns programas preventivos têm como meta explícita esta abordagem.

Fornecer informações para persuadir a não usar drogas, no cômputo geral, foi a mais enfatizada. Dentre as oitenta respostas, trinta delas (37%) mostraram que a solução para a questão da droga seria informar sobre os malefícios da mesma, como comprovam os depoimentos a seguir:

Tendo a informação, a criança conhece melhor o que é e o que não é bom para ela.

É preciso informar aos alunos sobre os riscos que o uso e abuso de drogas trazem.

São ações que alertam a todos sobre todos os prejuízos causados pela droga em nossa saúde.

A escola deve passar para os alunos o que é e como fica uma pessoa que se vicia.

Deve-se trabalhar o tema, informando e esclarecendo dúvidas.

Trabalhando com informações sobre drogas, trabalhando alunos e pais com palestras de especialistas, psiquiatras, psicólogos.

A ênfase dada à informação denota falta de uma perspectiva globalizante de educação preventiva, na qual é essencial uma visão integrada do ser humano. Acrescenta-se, ainda, que a prevenção ao abuso de drogas se realiza na relação afetiva entre professores e alunos.

No questionário, também foram registrados resultados que dizem respeito à ação pedagógica dos professores. As 20 respostas, que reunimos sob a denominação de prática docente, representaram 25% de um total de oitenta (100%). Por ser de ordem educativa, verificamos que nelas predominaram aspectos de base afetiva e valorativa, como os registros a seguir:

Enfatizando as coisas boas da vida e do ser humano.

Só através de ações educativas onde o respeito, a parceria, a solidariedade e o reconhecimento do outro poderão prevenir e ajudar nossa clientela escolar.

Desenvolvendo ações acima de tudo que tenham como foco o resgate dos valores e a valorização do ser humano.

Esclarecer, orientar e trabalhar com os alunos a importância de se viver bem, de saber que é respeitado e estimular sua auto-estima.

As ações educativas devem levar a criança a ter alta auto-estima.

Trabalho contínuo desde cedo com as crianças como: auto-estima, resgate de valores, solidariedade, partilha, dignidade, respeito.

As participantes que deram estas respostas parecem compreender que um dos caminhos para a prevenção é desenvolver o autoconhecimento e a auto-estima, e adotar valores universais como tolerância, solidariedade, paz, justiça, direitos humanos, respeito às diferenças.

Encontramos resultados que sugerem realização de programas, projetos, palestras, gincanas, filmes com o objetivo de promover discussões em torno do tema. Cabe esclarecer que estas escolhas, embora ainda de cunho informativo, apontavam para ações que exigiam um planejamento prévio e, por esse motivo, consideramos relacionadas ao ato de planejar. As 20 respostas associadas ao planejamento representaram 25% entre oitenta registradas no questionário. São exemplos desse tipo de relato:

Palestras, cursos que sensibilizem os jovens.

Trabalho contínuo que envolva a família. Palestras constantes de orientação aos pais.

Palestras para alunos e pais com pessoas especializadas e com bom conhecimento do assunto como professores da área, psicólogos e psiquiatras.

Chamar doutores para falarem sobre o assunto com clareza e linguagem simples.

As respostas mostraram a necessidade de ações planejadas, embora apresentassem uma visão nebulosa do que deva ser um planejamento para a prevenção. Conforme defende Santos (2004, p. 140), “solicitar palestrantes parece-nos uma reação reveladora de entendimento do que seja o processo preventivo na sua filosofia e revela-nos resquícios de modelos antigos de prevenção, os quais não surtiram efeitos positivos”.

Verificamos, ainda, o registro de opções que relacionaram a prevenção ao processo de escolhas para uma vida biopsicossocial saudável. Foram somente três respostas relacionadas à promoção da saúde correspondendo a 4% do total de oitenta respostas. Este número pequeno de escolhas demonstra a falta de conhecimento de que tanto a promoção da saúde, quanto à prevenção encarnam a nova conceituação de saúde, de acordo com o descrito na segunda seção dessa tese.

Uma das questões dirigida às participantes teve em vista verificar se as escolas desenvolviam ou não a educação preventiva, com foco na prevenção ao abuso de drogas. Entre as quarenta respostas obtidas, a presença de programas preventivos foi registrada em 30% (N= 12) das respostas, sendo que destas, 25% referiam-se a um programa desenvolvido em parceria com outra instituição e, somente, para alunos da 4^a série. Um percentual de 40% (N= 16) revelou desconhecer algum tipo de trabalho preventivo nas escolas. Em relação às dificuldades encontradas, 25% das respostas apontaram para a falta de formação dos professores em prevenção ao abuso de drogas.

É oportuno sublinhar que o primeiro momento do processo pedagógico, a descrição e explicação da prática das professoras, tomou por base os elementos da prevenção ao abuso de drogas de forma a possibilitar a compreensão da prática em suas múltiplas determinações. Além das informações registradas na pré-pesquisa, as participantes refletiram, em pequenos grupos, sobre as dificuldades do cotidiano frente à educação preventiva. Para orientar a descrição sugerimos, “descrevam (contem) suas práticas pedagógicas considerando a prevenção ao abuso de drogas...” Cabe assinalar que as respostas individuais ao questionário constituíram-se em elementos importantes por servirem de referência e orientação à reflexão dos grupos.

A atividade seguinte foi a apresentação das reflexões dos subgrupos em plenária. As participantes socializaram as discussões compartilhando dúvidas, experiências e preocupações em relação ao abuso de drogas. Mediante estes procedimentos ficou claro que os problemas eram comuns, não individuais, e, sim, coletivos, por terem uma base comum originada na prática. Observamos que os problemas descritos, a princípio, foram sentidos e vividos pelas participantes sem a devida compreensão da suas raízes. Era preciso superar esse caráter sincrético, essa visão caótica dos problemas, “uma vez que, por mais conhecimentos e experiências que [as participantes] detenham, sua própria condição [...] implica uma impossibilidade, no ponto de partida, de articulação da experiência pedagógica na prática social de que participam”. (SAVIANI, 1977, p. 80)

2º. Momento – Antítese

Em busca de uma compreensão crescente, tornou-se necessário explicar a razão de ser dos problemas, exercendo uma análise crítica sobre a realidade, isto é, problematizando. Para Freire (1975) a prática problematizadora implica num constante ato de desvelar a realidade, pois pela problematização as pessoas vão...

... desenvolvendo seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. (p. 82)

Assim sendo, precisávamos encontrar referências para a explicação das práticas, para isso, tomamos como mediação às diversas representações da droga. O trabalho desenvolveu-se por atividades de cunho dinâmico - vivencial com as seguintes fases: 1) aquecimento, contato inicial visando favorecer o trabalho; 2) dinâmica e vivência propriamente dita, que pode ser qualquer atividade de natureza expressiva como: uma colagem, um jogo, uma montagem; 3) comentários sobre as experiências pessoais do que foi sentido, percebido e vivido; 4) processamento teórico, para introduzir conceitos com o apoio de textos que garantiram a fundamentação teórica.

Nas dinâmicas e vivências, adotamos a técnica da concretização, isto é, a representação de alguma realidade por meio de objetos inanimados, como forma de manifestar um conteúdo anteriormente simbolizado apenas pela palavra. Vale esclarecer que essas atividades iniciais tomaram como exemplo a experiência do trabalho educativo em prevenção ao abuso de drogas na escola, descrito por Santos (1999). As atividades propostas foram dedicadas a desmistificar a questão da droga a partir de uma abordagem biopsicossocial. Entendemos que desmistificar não é minimizar, mas possibilitar uma abordagem preventiva que inclua uma vida saudável. Como estratégia, colocamos as participantes em contato com as possíveis representações de droga em diversas vivências para buscarmos explicações fidedignas e, então, estarmos o mais próximo possível do racional e do conceitual.

Na primeira dinâmica, solicitamos que, individualmente, representassem a droga em peças de sucata. Os objetos selecionados foram explicitados, deste modo: caixa de adoçante, *FINN de uma vida saudável*; caixa escura, *tristeza*; seringa, *usual em dependentes*,

caixa de remédios, *uso indiscriminado de fármacos*; flores coloridas em caixa preta, *percurso do usuário de drogas*; canudo de papelão, *túnel sem saída* e outros.

Em outra dinâmica, o grupo foi dividido em quatro subgrupos segundo temas que lembrassem droga, tais como: curiosidade, tristeza, ojeriza e terror, prazer e fuga. A partir daí, as participantes conversaram e responderam aos temas por meio de construções em sucatas, elaboradas coletivamente. Os objetos construídos representavam, entre outros, seringas de droga injetável, caixões evidenciando mortes, cruzeiros simbolizando sofrimento, cor preta significando luto.

Uma das vivências tratou da classificação das drogas e seus efeitos - depressor, estimulante e perturbador, para isso usamos como metáfora melodias suave, estrondosa e dissonante. Associando as melodias ao efeito das drogas desejávamos mostrar que, tal como as melodias, os psicotrópicos causam diferentes efeitos nas pessoas. As músicas, segundo os relatos posteriores, provocaram diferentes reações: tristeza, alegria, calma, irritação, rejeição, sono, entre outras.

Novamente formamos subgrupos, cada um recebeu um conceito para discutir: dependência, tolerância, síndrome de abstinência e escalada. O passo seguinte foi traduzir o significado dos conceitos por meio de um slogan, um jingle, um verso, uma colagem, um desenho ou uma poesia. Foram montados murais com desenhos, gravuras e frases, como por exemplo:

Não jogue sua vida fora! A escalada da droga é um muitas vezes caminho sem volta.

Síndrome da abstinência. Você está envolvido com drogas. Está na hora de mudar. No começo não é fácil. Procure ajuda. Você terá um final feliz.

Dependência: Pense e reflita. Por mais bonita que a droga pareça, uma hora ela mostra sua cara, então, vale a pena lutar pela vida.

Tolerância: se você usa algum tipo de droga, pense o quanto a vida é bela. Seja tolerante consigo mesmo, deixe a tolerância longe. Viver é uma raridade. Muitas pessoas apenas existem. Faça parte do viver, seja feliz.

Tais dinâmicas e vivências foram muito ricas para nos dizer sobre os conteúdos internos e as percepções das participantes em relação às drogas. Notamos dificuldades em abordar o assunto. Para Santos (2004, p.121), “a dificuldade de tratar certos assuntos está relacionada às nossas dificuldades de lidar com o que eles mobilizam em nós”. Era urgente, portanto, que cada participante, uma a uma, tivesse claro seu sentimento, motivação e ideologia para que pudéssemos falar com mais naturalidade sobre drogas. E, a partir daí, ampliarmos nossos canais de comunicação facilitando o trabalho preventivo.

Estes momentos de sensibilização permitiram que aspectos da vida pessoal das participantes emergissem espontaneamente. A este respeito, Freire (1975, p.133) acredita que as pessoas “vão extrojando pela força catártica da metodologia uma série de sentimentos, opiniões de si, do mundo e dos outros que, possivelmente, não extrojetariam em outras circunstâncias diferentes”. De fato, entre nós, foi estabelecido o *rapport*, ou seja, “um sentimento de acordo, simpatia e responsividade mútua entre uma pessoa e outra” (CAMPBELL, 1996, p.607), como afirma o seguinte depoimento, *gostei muito do relacionamento do grupo do qual ouvi relatos emocionados que fazem a gente refletir*.

Nas reflexões de cada dinâmica, em plenárias, constatamos que, em todas as situações expostas, o tema droga esteve maximizado. O luto, o medo, a tristeza faziam-se presentes, evidenciando a ligação entre droga e terror. Embora com bom suporte intelectual, as participantes demonstraram ser influenciadas pelo amedrontamento, ou seja, a estratégia de prevenção que utiliza campanhas preconceituosas, sensacionalistas e exageradas para atingir o público.

Vale reafirmar a importância dos comentários e das reflexões socializadas em plenária. Segundo Martins (1989), é na participação coletiva do conhecimento que o processo pedagógico se organiza. É problematizando que se efetiva a sistematização do conhecimento, enquanto teoria. Nesta fase da intervenção,

As questões puramente teóricas são evitadas, para buscar, na teoria sistematizada, os parâmetros que permitem explicar os problemas concretos postos pela prática vivenciada. Essa explicação se dá, num primeiro momento, através da relação entre elementos que se apresentavam como caóticos, desarticulados, isolados. Posteriormente, a compreensão dos determinantes profundos da prática permitirá negá-la dialeticamente, criando novas alternativas de soluções. Essa é uma característica importante da metodologia implementada. (p. 104)

Como se pode perceber, o entendimento da prática pedagógica em sua totalidade requer que se vá para além das explicações. O segundo momento do Encontro, compreensão da prática, amplia análise e aprofunda reflexões com base em referenciais teóricos. À medida que se processavam as reflexões, iam sendo colocados os pressupostos teóricos que permitiam às participantes se apropriarem dos conteúdos preventivos, investidos agora em elementos ativos de transformação da prática pedagógica. A incorporação da teoria fez-se por leituras críticas de textos elaborados especialmente para o Encontro. Fez-se, também, pela adoção de métodos dinâmicos que possibilitaram vivenciar o coletivo. Na

ocasião, as participantes reunidas em subgrupos procuravam soluções concretas às proposições que lhes apresentávamos. Em plenário, socializavam suas conclusões.

Tendo em vista a extensão dos dados obtidos, seguem algumas questões, dentre outras propostas, colocadas às participantes. Tratava-se de estudar temas como, por exemplo, o binômio saúde / doença. Quando perguntado: o que é saúde? A resposta trouxe a idéia de saúde em seu sentido mais flexível e abrangente por enfatizar a importância das dimensões social, cultural e econômica para uma vida saudável. Ao serem analisadas as possibilidades do trabalho preventivo frente à realidade da escola, começou a ser entendido que o exercício da prevenção exige atenção a certas condições que resguardem a saúde. Estas conclusões foram obtidas após leitura e interpretação de textos, gravuras e letras de músicas distribuídas aos subgrupos. O material didático de apoio à discussão foi bastante valorizado, conforme esta fala, *pude enriquecer ainda mais meus encontros pedagógicos utilizando todo esse material que me foi passado aqui sobre saúde.*

Ao mesmo tempo em que os estudos avançavam, foram-se instalando contradições entre o modo de atuar e as estratégias de educação preventiva. As participantes, ao compreenderem a razão de ser das contradições de suas práticas, começam a negá-las dialeticamente, para proporem outras práticas. Deste modo, analisando os fatores de proteção e os fatores de risco ao abuso de drogas, o grupo percebeu que, tanto risco quanto proteção, podem ser encontrados no “fazer” da própria escola. Sem desconsiderar que tais situações existam fora do ambiente da escola, as participantes concluíram que, em termos de ações concretas, a prática escolar é capaz de viabilizar a diminuição de riscos e o aumento de proteção.

Ao ser perguntado: quais os fatores de risco na escola? as respostas foram as seguintes *falta informação, falta parceria escola/família, falta de formação pedagógica dos professores, ensino inadequado.* Da mesma forma, na questão: como fortalecer os fatores de proteção? encontramos como respostas: *definir o projeto pedagógico, valorizar a produção dos alunos, trabalhar as diferenças, cuidar da auto-estima, interagir com a família dos alunos, estimular a formação continuada dos professores.* Em relação à resiliência este depoimento é bastante significativo: *... conheci o que significa resiliência, com a qual fiquei comovida em saber de seus resultados e que pode ser desenvolvida pela ação da escola.*

Prevenção é trabalho coletivo e interdisciplinar. A educação preventiva ao abuso de drogas nas escolas exige planejamento de ações. Considerando tais assertivas, formamos três subgrupos - plano, programa e projeto, cada um procurou discutir, analisar e chegar a um consenso quanto às estratégias preventivas em nível de Município, de Secretaria e de Escola. Para as participantes,

É importante um plano de ação amplo onde todas as secretarias do município estejam envolvidas.

Acredito que se tenha que trabalhar com um plano, um programa, um projeto que se fundamentem no conhecimento da comunidade e em metodologias científicas.

O projeto da escola deve incluir palestras, campanhas de conscientização e capacitação com profissionais especializados.

É preciso conhecer bem a comunidade para depois planejar intervenções eficazes em sala de aula.

Deve-se desenvolver esse trabalho dentro das disciplinas, no dia-a-dia escolar.

Quero trabalhar com o tema transversal, inserindo os conteúdos preventivos através de projetos sobre Água ou Trânsito ou Energia.

A proposta do Tema Transversal em Prevenção ao Abuso de Drogas, recebeu atenção, especialmente, quanto à elaboração de projetos a serem desenvolvidos em sala de aula. O próximo passo foi explorar os conteúdos do Tema Transversal em Prevenção ao Abuso de Drogas. Por entendermos que

O nosso sistema educacional está perdendo a noção da realidade existencial mais ampla do ser humano, ao enfatizar o desenvolvimento intelectual em detrimento de uma formação mais abrangente, que vise à totalidade das necessidades humanas e que envolva, também, aspectos pré-intelectuais como os sentimentos e as ações. (ARANTES, 1993, p.7)

Assim, optamos por promover atividades pedagógicas lúdicas que exercitassem o cognitivo e o afetivo, e atuassem no plano da criatividade. Segundo ARANTES (1993), tais atividades são descontraídas, relaxantes, instrutivas e formativas já que promovem a descoberta e o fortalecimento do potencial humano. Estas vivências contemplam o pensar, o sentir e o agir de forma harmoniosa e visam eliminar a dicotomia entre mente e corpo de uma pedagogia intelectualista e convencional. Por outro lado, acreditamos ser necessário que professores, de modo geral, vivenciem novas maneiras de aprender para que possam implementá-las junto aos alunos.

As dinâmicas realizadas estavam contidas em dois blocos de conteúdos preventivos, entre outros, a saber: autoconhecimento para o autocuidado e riscos à saúde. Para o presente relato, selecionamos a vivência “As Mãos”, que tem como pressuposto - o corpo

fala e significa, e como objetivos tomar ciência de seu próprio corpo como um organismo unificado, conhecer algumas possibilidades expressivas do corpo e tornar possível a percepção da identidade corpórea. A atividade em questão “As Mãos”, compreendeu a seguinte seqüência de dinâmicas: Descoberta de si mesma (percepção de si mesmo), Jogo do Contorno (percepção de si mesmo); Gravuras, um objeto intermediário (percepção do outro); Dança das luvas (identidade grupal) e Projeção do vídeo: *Anima Mundi*, 1988.

Tivemos a oportunidade de verificar a satisfação das professoras em compreender que prevenção ao abuso de drogas se faz no dia-a-dia da sala de aula, em abordagens dinâmicas e criativas. A este respeito, as participantes se manifestaram:

As atividades educativas devem ser sempre criativas e prazerosas, envolvendo dinâmicas, músicas, vivências nas quais possam ser discutidos valores e atitudes.

Agora aprendi a trabalhar a prevenção junto aos alunos.

Aprendi o “porque” do desenvolvimento de dinâmicas voltadas ao autoconhecimento, à auto-estima, à valorização do “eu”.

3º. Momento – Síntese

O terceiro momento da intervenção pedagógica dedicou-se às propostas para novas práticas. Ao adotarmos o método dialético de pesquisa, estávamos cientes que, quando tomamos como ponto de partida os problemas da prática no cotidiano, de início, o fazer pedagógico geraria um saber desarticulado e fragmentado. Tal procedimento metodológico deu oportunidade ao grupo participante de refletir sobre situações concretas e de perceber seus fazeres antagônicos. Como ainda, de compreender os determinantes dos entraves da prática para, conscientemente, superá-la. E, a partir daí, negar dialeticamente a prática em busca de sua transformação.

As participantes elaboraram propostas de alteração de suas práticas tendo como orientação um questionário aberto, individual, respondido ao término do Encontro Pedagógico. O Questionário 2 compôs-se das seguintes questões: 1) As escolas devem desenvolver ações preventivas ao abuso de drogas? Como? 2) Dê algumas propostas de ações concretas que possam ser implementadas. 3) Como fazer intervenções pedagógicas em sala de

aula? 4) Como você pode, dentro de sua atividade específica, desenvolver um trabalho de prevenção?

A Tabela 8 mostra os resultados encontrados no Questionário 2: questão 1, questão 2, questão 3 e questão 4.

Tabela 8 –Categorias segundo as respostas do Questionário 2, relacionadas ao desenvolvimento de ações preventivas nas escolas, à implementação de propostas de ações concretas de prevenção, às intervenções em sala de aula, a possibilidade da participante desenvolver o trabalho preventivo

CATEGORIAS	Questão 1		Questão 2		Questão 3		Questão 4		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Prática Docente relativa à:										
Formação do Professor	02	07	03	10	03	10	05	22	13	13
Abordagem Afetiva	07	26	07	23	10	33	06	26	30	29
Planejamento Educacional	09	34	11	35	12	40	06	26	38	36
Promoção da Saúde	02	07	06	19	05	17	04	17	17	16
Papel da Escola	07	26	04	13	--	--	02	09	06	06
Não respondidas	--	--	--	--					--	--
TOTAL	27	100	31	100	30	100	23	100	104	100

Na análise dos resultados do Questionário 2, encontramos 104 respostas que procuramos organizar, sempre que possível, com os mesmos critérios empregados no Questionário 1. Foram registrados resultados que dizem respeito à ação pedagógica do professor, com uma incidência de 42% (N= 43). Estas opções constituíram o que denominamos de prática docente e se relacionam ao papel do professor como mediador de uma educação que visa à formação psico-afetiva do aluno. São diferenciados dois tipos de respostas: a) formação do professor - associada à atualização de conhecimentos e competências do professor em prevenção ao abuso de drogas (13% das respostas), b) abordagem afetiva – relacionada aos métodos didáticos ativos que propiciam vivências no campo do conhecimento ou do afeto para que o aluno possa ser mais estruturado, consciente e questionador (29% das respostas).

Em prática docente, buscamos discutir as relações entre prevenir e educar. Destacamos a fundamental atuação dos professores orientando os alunos nas atitudes e valores da prevenção, de modo a adotarem um estilo de vida em que o abuso de drogas não encontre ressonância. Acreditamos que as escolhas incluídas nesta categoria denotaram uma atenção especial das participantes quanto ao seu fazer pedagógico, conforme os relatos a seguir:

As atividades aqui estudadas me fizeram refletir e descobrir novos caminhos, novos conhecimentos...(formação do professor)

Em projetos voltados à prevenção, o mais importante é que o professor esteja sensibilizado e saiba da importância do trabalho e da sua postura com relação às atitudes e sentimentos dos alunos (formação do professor).

Quero contribuir com a minha escola junto à elaboração e desenvolvimento de projetos, reuniões de estudo, oficinas etc. e realizar acompanhamento da proposta pedagógica da escola (formação do professor).

Deve-se propiciar atividades de autoconhecimento, valorização da vida, resgate da cidadania, o respeito, a cooperação, o amor, a conquista da autonomia (abordagem afetiva).

... conhecer a vida da criança, para trabalhar sua auto-estima em jogos, brincadeiras, dinâmicas e vivências (abordagem afetiva).

Promover discussões e reflexões sobre saúde física e mental, para isso é preciso um vínculo afetivo professor/aluno de modo que estes tenham segurança em expor suas idéias (abordagem afetiva).

A vivência do processo ação-reflexão-ação permitiu às participantes retirar da prática algumas pistas para buscarem novas alternativas de ações preventivas. Enfatizar a abordagem afetiva pressupõe a adoção de métodos didático-pedagógicos que despertem o interesse dos alunos e os transformem em seres ativos que constroem conhecimentos e idéias. Clarificar valores e atitudes da prevenção conduzem à formação do caráter, à promoção do autoconceito, ao desenvolvimento de atitudes autônomas, ao desenvolvimento do senso crítico e à promoção da afetividade.

Tomando como o eixo da intervenção pedagógica a unidade teoria / prática, ocorreu às participantes uma compreensão mais profunda do saber que estava sendo veiculado, o que podemos verificar nas respostas relacionadas ao atuar preventivo. As ações de prevenção incorporaram-se ao planejamento educacional em 36% do total de respostas (N=38). Para as participantes, a educação preventiva se faz com planejamento, conforme os seguintes depoimentos:

Acredito que se tenha que trabalhar com um plano, um programa, um projeto que se fundamentem no conhecimento da comunidade e em metodologias científicas.

Incluindo os projetos de prevenção desde cedo para que nossos alunos não fiquem vulneráveis à droga.

Fazer relação entre o que se está estudando e o trabalho de prevenção. Exemplo: Ciências, discutir sobre hortaliças contaminadas por agrotóxico. Português, fazer leitura de bulas de remédios.

Desenvolver esse trabalho dentro das disciplinas, no dia-a-dia escolar.

O projeto da escola deve incluir palestras, campanhas de conscientização e capacitação com profissionais especializados.

Segundo os resultados obtidos no Questionário 2, o planejamento e a prática do professor são os elementos-chave para a implementação de propostas preventivas, como apontaram 78% das respostas (N=81).

Constatamos, também, respostas que relacionaram a prevenção à promoção da saúde, esta entendida como a adesão de princípios para uma vida biopsicossocial saudável do estudante. Esses aspectos se revelaram em 16% das 104 registradas, tais como:

Propiciar aos alunos reflexões sobre como obter melhor qualidade de vida e crescimento pessoal e social.

A escola deve promover um ambiente físico e social que facilite a saúde e a qualidade de vida.

Cabe-me apresentar aos alunos e seus pais formas de prevenção, uma educação voltada para a saúde, prestando informações, discutindo atitudes, valores, comportamentos e estilo de vida saudável.

Não usar drogas foi visto como um dos elementos para se viver com saúde. As respostas revelaram estarem fundamentadas no modelo de educação para a saúde, na qual a proposta central é educar para uma vida saudável.

Encontramos avanços em relação à prática descrita no início do Encontro. Nas propostas alternativas, pode estar contido o embrião de uma prática inovadora. Estamos nos referindo aos novos resultados oriundos do Questionário 2. Trata-se do papel da escola, no qual a prevenção se associa à gestão do sistema educativo, quer no interior da escola, quer nas suas interfaces com a sociedade. O papel da escola, que obteve 6% das respostas (N=06), é destacado em relatos como, por exemplo:

É na escola que as crianças vivem parte de seu dia, junto a outras crianças e professores.

Através de projetos de prevenção trazer para a escola a família dos alunos e a comunidade.

Assim sendo, foi considerado que um dos papéis da instituição escolar está em oferecer uma vivência que propicie o desenvolvimento sadio do estudante. A ênfase não se encontra só na prevenção do abuso de drogas, mas na educação integral do aluno saudável.

Em relação aos momentos vividos na presente intervenção pedagógica, cabe destacar que, a prática pedagógica em prevenção ao abuso de drogas é o ponto de partida (primeiro momento) e o ponto de chegada (terceiro momento). Segundo Saviani (1997), esta prática é e não é a mesma.

É a mesma, uma vez que é ela própria que constitui ao mesmo tempo o suporte e o contexto, o pressuposto e o alvo, o fundamento e a finalidade da prática pedagógica. E não é a mesma, se considerarmos que o modo de nos situarmos em seu interior se alterou qualitativamente pela mediação da ação pedagógica. (p. 82)

Por esta razão, quando comparamos as propostas de práticas pedagógicas das participantes no final do Encontro com as práticas descritas no início, percebemos um salto qualitativo. A divulgação de informações de cunho alarmista foi, no primeiro momento, a solução para a questão da droga. A análise dos resultados do Questionário 2 mostrou não existir um registro nesta categoria de resposta. Observamos, ainda, a passagem das informações de ordem sanitária para uma visão mais abrangente. As informações, agora, são componentes de uma educação afetiva de caráter global na formação do aluno, na qual são enfatizados os valores éticos, a construção do conhecimento crítico e as escolhas informadas e reflexivas.

Também, a prática docente que, inicialmente, foi compreendida em termos sincréticos, ascendeu ao nível de síntese. A passagem qualitativa da síncrese à síntese deu-se pela incorporação de referenciais teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática. As participantes, ao expressarem propostas de uma prática docente em prevenção ao abuso de drogas, manifestam uma compreensão em termos de conhecimentos articulados que visam à formação biopsicossocial do aluno.

De igual maneira, a compreensão da relação prevenção/saúde teve uma alteração qualitativa. No primeiro momento, estes dois elementos apresentavam-se isolados, sem conexão entre prevenir abuso de drogas e promover saúde. O processo de descoberta de novos conhecimentos, mediado pela análise reflexiva, permitiu entender que prevenção e promoção da saúde são componentes da abordagem contemporânea de saúde. Há, de fato, a passagem de uma visão fragmentada para uma compreensão em termos elaborados que estabelece nexos entre prevenção, modos de viver e qualidade de vida.

Em planejamento educacional, constatamos que as inconsistentes propostas de planejamento, apresentadas no primeiro momento da intervenção, foram se redefinindo cada vez mais, indo da compreensão do processo, até às novas alternativas para resolver situações concretas em prevenção. O planejamento educacional, ao fim da intervenção, é entendido como um processo de tomada de decisão gerado a partir do levantamento epidemiológico, e

explicitado em plano, programa ou projeto. Fica visto, também, que o conteúdo da prevenção deve ser trabalhado em fatos, procedimentos, atitudes e valores.

Com o objetivo de confirmar os resultados encontrados, realizamos uma segunda análise. Desta vez, comparamos as respostas nos dois momentos (Questionário 1 e Questionário 2) da mesma participante quando perguntamos “As escolas devem desenvolver ações preventivas ao abuso de drogas? Como?” Constatamos, mais uma vez, a passagem de qualidade da prática docente descrita no primeiro momento (tese), à prática docente proposta terceiro momento (síntese). Esses aspectos se revelaram nas seguintes propostas elaboradas pelas participantes que selecionamos aleatoriamente.

Participante A

Resposta ao Questionário 1: *Colaborando para a formação mais conscientes com o objetivo de evitar que o aluno caminhe em direção à droga.*

Resposta ao Questionário 2: *A escola deve buscar a interação com a família dos alunos, estimular a continuidade dos estudos, promover seu desenvolvimento global, desenvolver um trabalho de valorização do ser humano e da qualidade de vida, tendo como foco a formação do caráter. Deve inserir esse trabalho na proposta pedagógica da escola e elaborar um projeto de prevenção que inclua o tema transversal da prevenção ao abuso de drogas.*

Participante B

Resposta ao Questionário 1: *Mostrando a realidade e conscientizando os alunos para o mal que a droga faz.*

Resposta ao Questionário 2: *Como trabalho com educação infantil, não seria uma proposta de falar sobre drogas especialmente, mas, sim, atuar na afetividade, auto-estima e valorização do aluno enquanto pessoa, visando uma ação preventiva.*

Participante C

Resposta ao Questionário 1: *Programas educativos podem prevenir o aluno de drogas, desde que sejam programas elaborados por especialistas.*

Resposta ao Questionário 2: *Partindo de relatos dos alunos, notícias, um acontecimento na comunidade etc. criando condições para que o assunto venha a tona.*

Participante D

Resposta ao Questionário 1: *Trazendo informações aos alunos sobre os males que a droga causa.*

Resposta ao Questionário 2: *Eu leciono em educação infantil com alunos de 3 e 4 anos, para fazer um trabalho de prevenção posso usar livros de história que mostra a criança como se cuidar, também através de teatro de fantoches e histórias curtas, valorizando sempre os trabalhos das crianças e dando sempre a atenção que a criança precisa.*

Participante E

Resposta ao Questionário 1: *Levar informações aos indivíduos da forma a conscientizá-los quanto aos cuidados que devemos ter no dia a dia, quanto ao uso de qualquer tipo de drogas.*

Resposta ao Questionário 2: *Proporcionando liberdade de expressão, troca de opiniões de pontos de vista diferentes. Propostas envolvendo fatores de risco e proteção ao abuso de drogas, vulnerabilidade e resiliência. Com a integração escola/família/comunidade podemos auxiliar na construção da competência social dos educandos. Trabalhando com os temas transversais, as ações pedagógicas planejadas poderão contribuir para a aprendizagem de fatos, conceitos, atitudes e valores frente ao conteúdo que aborda a prevenção, gerando idéias novas e mudanças de paradigma, visando a construção de uma melhor qualidade de vida.*

Participante F

Resposta ao Questionário 1: *A escola tem grande influência na vida da criança, por isso deve-se trabalhar o tema – drogas, informando e esclarecendo as dúvidas dos alunos.*

Resposta ao Questionário 2: *Através de uma ação planejada, conhecendo as necessidades de meus alunos e da comunidade, levando em consideração os fatores de risco, de proteção, vulnerabilidade e resiliência. Trabalhando a questão do abuso de drogas como tema transversal. Trabalhando com a promoção da saúde, promovendo um ambiente físico e social que facilite a qualidade de vida, promovendo estilos de vida que evite o abuso de drogas.*

Participante G

Resposta ao Questionário 1: *Conversando sobre o assunto de maneira que os alunos possam entender que vai ser prejudicial o uso de drogas, não para elas, como para a família.*

Resposta ao Questionário 2: *Conhecer a vida da criança, trabalhando sua auto-estima com jogos e brincadeiras.*

Participante H

Resposta ao Questionário 1: *A escola deve passar aos alunos o que é, como fica uma pessoa que se vicia.*

Resposta ao Questionário 2: *Os alunos devem sempre saber a verdade se questionam algo sobre o assunto drogas. O trabalho de prevenção pode ser feito através de dinâmicas em sala de aula.*

Participante I

Resposta ao Questionário 1: *Com ações que alertem a todos sobre os prejuízos causados pela droga em nossa saúde.*

Resposta ao Questionário 2: *Dentro das disciplinas, no dia-a-dia escolar, palestras/conversas com profissionais especializados, campanhas para conscientização.*

Participante J

Resposta ao Questionário 1: *Cuidando, orientando para que o fato não ocorra, e se ocorrer que a pessoa tenha informações a respeito, podendo assim, pedir ajuda à pessoa certa.*

Resposta ao Questionário 2: *Através de uma ação planejada, conhecendo as necessidades de meus alunos e da comunidade, levando em consideração os fatores de risco e de proteção, vulnerabilidade e resiliência. Trabalhando a questão do abuso de drogas como tema transversal, trabalhando com prevenção primária ou promoção da saúde, promovendo um estilo de vida que facilite a qualidade de vida.*

Conforme vimos ao longo desse estudo, a abordagem metodológica implementada no Encontro propôs negar dialeticamente a prática pedagógica das participantes. Vale assinalar que essa superação não se dá de um dia para outro. Nas dez propostas relatadas, percebemos os avanços diferenciados de um processo gradativo em direção à transformação possível. Acrescentamos que as propostas demonstram a disposição das participantes em iniciar uma mudança conscientemente assumida. Nessa alteração do processo didático, torna-se fundamental, não só, uma formação com base nas vertentes que norteiam a prevenção ao abuso de drogas, como, principalmente, uma prática pedagógica que pressuponha interação, diálogo e afetividade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Proverbios y Cantares [CC-CXXXVI-XXIX]

*Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*

*Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.*

*Caminante, no hay camino,
sino estela en la mar.*

Antonio Machado (1875-1939)

A área educacional brasileira não tem uma tradição acadêmica em relação ao tema Educação para Saúde e, particularmente, às Drogas, o que não se justifica, pois, existe uma demanda social necessária sobre este conhecimento. Durante as visitas dos pesquisadores do V Levantamento Nacional Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino (GALDURÓZ et al., 2004), foi notada uma angústia por parte dos professores, diretores, coordenadores e funcionários dos estabelecimentos de ensino em relação à falta de condições para lidar com o fenômeno das drogas. Houve, não só, muitos pedidos de palestra e orientações, como também, que fossem colocados em prática os resultados das pesquisas pertinentes.

De fato, são encontrados textos teóricos sobre o tema drogas, porém, não existe uma produção marcante que descreva práticas concretas sobre a questão do abuso de psicotrópicos, principalmente, relativas à prevenção. Este é um problema que traz influências diretas para a formação dos professores, motivo para tornar as práticas mais visíveis se o desejo é renovar as estratégias de formação continuada dos professores. Entretanto, a formação é algo que pertence ao próprio sujeito e se inscreve num processo de ser, isto é, sua vida e experiência e num

processo de ir sendo, seus projetos e perspectiva de futuro. É uma conquista pessoal que se faz com a ajuda de mestres, livros, aulas e computadores. (NÓVOA, 2001)

Esta assertiva vem ao encontro dos fundamentos da metodologia dialética que torna possível, pelo processo ação-reflexão, construir um caminho próprio de autoformação. A opção na presente pesquisa pela abordagem dialética trouxe resultados positivos quanto à formação continuada das participantes, observados na comparação entre as propostas de práticas preventivas nos dois momentos distintos da intervenção pedagógica. A evidência é atestada em cada participante na passagem de uma visão fragmentada e caótica para uma proposta de prática elaborada, que incorpora conhecimentos mediados pela ação pedagógica. No entanto, para Nóvoa (2001), o conhecimento adquirido só terá eficácia se os indivíduos conseguirem inserí-lo em sua dinâmica pessoal, pois a prática pedagógica inclui o professor com suas formas singulares de ser: sentir, pensar e agir.

Vale destacar que na formação docente continuada encontram - se dois agentes: o próprio professor como construtor de seu conhecimento e a organização escolar como o local de crescimento profissional permanente. A escola é o espaço institucional concreto em que se dá a verdadeira formação profissional do professor, em torno da qual gravitam os problemas pedagógicos reais, como, o abuso de drogas. Cabe à escola, como agente propulsor, implementar ações de resultados amplos e duradouros para promover a educação preventiva. Professores, equipe técnica-pedagógica, diretores, alunos precisam estar mais preparados, para isso, é necessária a formação continuada dos docentes e a formação integral dos estudantes. Seguem algumas sugestões de práticas que podem ser estimuladas para tal finalidade.

Em relação aos alunos, ter ações educativas voltadas para suas vivências (agir), quer seja no campo do conhecimento (pensar) ou do afeto (sentir), para que os estudantes possam ser mais estruturados, conscientes e questionadores. Ainda, orientá-los quanto ao desenvolvimento social, promovendo hábitos de intercâmbio com os colegas, proporcionando apoio e ajuda mútua. Implementar a resiliência junto aos alunos vulneráveis, dando-lhes afeto, segurança, confiabilidade e esquemas de organização.

Quanto aos professores, as estratégias devem focar a formação contínua pela produção de novas práticas pedagógicas, priorizando a reflexão partilhada. As equipes de trabalho são fundamentais na elaboração de planos de ensino, na avaliação conjunta, na participação de tarefas e responsabilidades. É preciso favorecer as oportunidades que dêem

visibilidade às práticas, tais como, seminários de observação mútua, laboratórios de análise coletiva das práticas, projetos de cooperação.

No que se refere à gestão da escola, promover novos modelos de gerenciamento que favoreçam a participação coletiva e responsável e a delegação de poder de decisão e de ação. Criar entre as escolas uma rede de informações e intercâmbio de conhecimentos no campo da prevenção contra o uso indevido de drogas, como o já citado projeto Prevenção, Educação e Drogas (PEDDRO), que a UNESCO realiza em conjunto com a Comissão Européia. Atenção especial deve ser dada à educação preventiva, adotando procedimentos que priorizem a abordagem afetiva, de metodologia ativa, vivencial através da aplicação de jogo dramático, dinâmica de grupo, oficina, simulação, debate, discussão. Educar para o século XXI envolve uma pedagogia fundamentada nos quatro pilares da educação, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. E, ainda, acolher a família na escola, envolvendo-a no debate sobre programas preventivos.

Enfim, repensar uma nova concepção de escola, a partir da tese da UNESCO, que defende a combinação dos projetos de prevenção com a construção de uma escola protetora / protegida. Uma escola que esteja voltada à proteção integral dos alunos, onde a prevenção ao consumo de drogas seja mais um dos temas incluídos. A cultura de uma escola protetora se faz pelo diálogo, pela discussão de valores, princípios e limites, pela educação com participação, com respeito aos direitos humanos, à diversidade e à tolerância. (ABRAMOVAY e CASTRO, 2002)

Cabe mencionar que o presente estudo investigou somente propostas pedagógicas. Em prevenção, há muitas pesquisas e pouco é colocado em prática, o que suscita o desafio a outros estudos que transformem pesquisas em práticas educativas. A propósito, é possível “dar visibilidade” a uma prática ainda pouco divulgada em literatura, porém, de importância indiscutível. Tendo em vista minha vivência profissional em programas de prevenção ao abuso de drogas e fruto de reflexões compartilhadas com colegas do Centro de Estudos de Drogas da Universidade Santa Úrsula (CEDUSU), vislumbro a possibilidade de tecer considerações sobre como implantar a educação preventiva nas escolas, tendo como referência as políticas de municipalização nas áreas de educação e saúde.

O êxito da prevenção está associado a um processo de planejamento que deve ser sublinhado por uma prática de participação democrática. No município, um grupo de profissionais, que denominamos Equipe Interdisciplinar, recebe formação nos princípios da prevenção, e passa a

ser responsável pela gestão do processo preventivo do município. Cabe à Equipe Interdisciplinar promover uma reflexão filosófica sobre a realidade existente (abuso de drogas), a realidade desejada (qualidade de vida) para determinar o objeto de estudo (prevenir o abuso de drogas na escola). Realiza-se, então, o levantamento epidemiológico da população escolar para dimensionar o problema (quais as drogas de consumo?, qual o nível de abuso?, qual a idade do primeiro uso?, qual o sexo mais propenso ao uso?), são questões cujas respostas possibilitam planejar ações para diminuir a distância entre a realidade existente e a desejada.

A partir do diagnóstico da situação são determinados os objetivos: objetivo final (educar para a qualidade de vida), objetivo intermediário (promover a cultura da prevenção), objetivo imediato (formar multiplicadores em prevenção). É o momento da elaboração do Plano pela Equipe Interdisciplinar. Dentre os itens de planejamento encontram-se a expansão de diferentes programas, a seleção do pessoal envolvido para a operacionalização, a previsão dos recursos e instrumentos legais.

Quanto à determinação dos profissionais, há necessidade de ser constituído um grupo de característica multidisciplinar, os Agentes Multiplicadores - composto por pedagogos e/ou psicólogos da Secretaria de Educação, tais como: professores, coordenadores, supervisores e outros. Os Agentes Multiplicadores recebem formação pontual em prevenção ao abuso de drogas para atuarem nas escolas diretamente com os professores. É fundamental que esses profissionais desenvolvam competências para implantar programas preventivos. São competências do grupo, não só, elaborar, implantar e avaliar Programas de Prevenção, como também, orientar os Projetos que compõem o Programa.

O Programa é desdobrado em Projetos, segundo as peculiaridades e necessidades das escolas. Na execução do Programa estão incluídas duas fases: 1) formação contínua dos professores em prevenção ao abuso de droga, capacitando-os em técnicas de prevenção, em diagnóstico e encaminhamento precoce de problemas que escapam às atribuições da escola; 2) elaboração de Projetos para as escolas, pelos professores. Contudo, o Projeto não é só preparação, é necessário executá-lo, acompanhando cada etapa do trabalho, corrigindo rumos. Promover a cultura de prevenção ao abuso de drogas no cotidiano das escolas exige observação aos resultados de pesquisas realizadas sobre o tema. As orientações a seguir devem receber especial atenção.

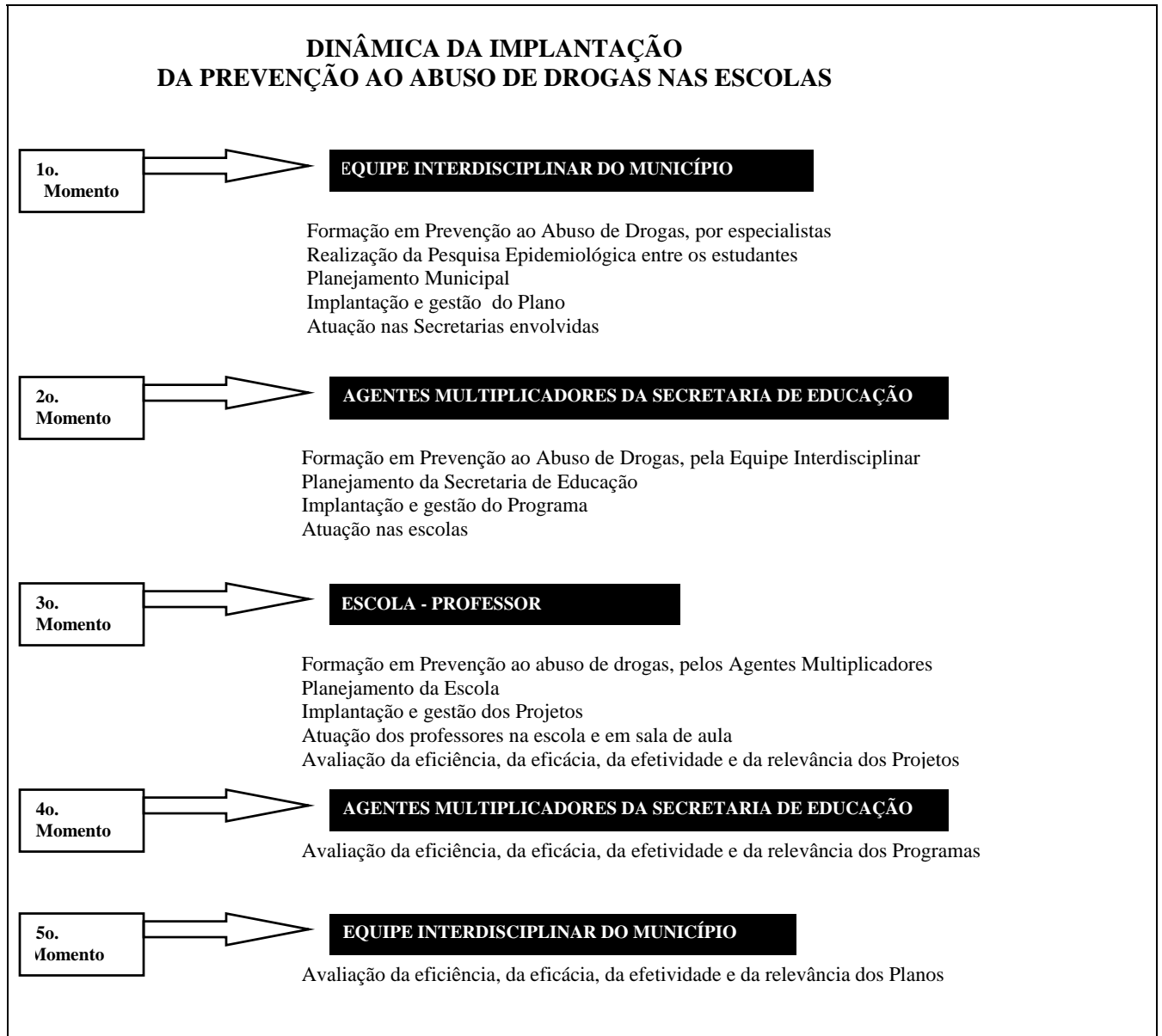
Em relação ao psicotrópicos, deve ser levado em conta que cerca de 80% dos estudantes declararam não usar drogas, isto implica em prevenção primária. A experimentação está iniciando muito precocemente, portanto, a prevenção primária deve começar em crianças de menor idade, em atividades educativas criativas e prazerosas. É necessário que as drogas de abuso estudadas realmente estejam presentes entre estudantes brasileiros, evitando-se erros de focar drogas de uso em outros países. A estratégia é enfatizar as drogas lícitas e de fácil acesso, isto é, álcool, tabaco, inalante e medicamento, pela elevada porcentagem de uso entre os alunos, mostrando que todas são substâncias psicotrópicas. Não se pode deixar de discutir o caráter atrativo das drogas: prazer aos sentidos, ter “imagem transgressora”, ser símbolo de “estar na moda”. Igualmente, precisa ser discutida a trajetória do envolvimento com psicotrópicos, evitando-se autoritarismos didáticos, ou mesmo despertar a curiosidade inadvertidamente.

No que se refere à proposta pedagógica, a prevenção ao abuso de droga está inserida num quadro mais amplo de uma educação para a saúde. Prioriza, assim, a adesão aos princípios da vida e a formação de valores e, sempre que necessário, o conhecimento da natureza e do efeito das substâncias psicoativas. Faz-se necessário estruturar um currículo de conteúdos preventivos a partir dos pressupostos dos PCN's, face à necessidade de um referencial comum às várias realidades brasileiras, mas sem uniformizar, descaracterizar e desvalorizar as diferentes regiões. O Tema Transversal em Prevenção ao Abuso de Droga, proposto nessa tese, pode ser essa referência comum para subsidiar os professores sensíveis à educação preventiva.

Vale registrar que um processo de avaliação permanente deve ser realizado nas esferas do Município, da Secretaria e das Escolas segundo critérios, tais como: eficiência (houve uso adequado dos recursos materiais e financeiros destinados ao planejamento? como foi o atendimento à demanda das parcerias com a Prefeitura, Secretarias Municipais e outros representantes da comunidade?); eficácia (as ações desencadeadas alcançaram os objetivos educacionais previstos? foi garantida a formação dos professores? os objetivos tiveram em vista práticas pedagógicas?); efetividade (os resultados obtidos foram aqueles que a comunidade escolar precisava ou desejava? trouxeram benefícios ? provocaram mudanças?); relevância (esteve em consonância com os valores e crenças das pessoas envolvidas)? teve impacto no contexto social ? promoveu a qualidade de vida na comunidade?).

Ainda à luz de minha experiência profissional, apresento no Quadro 5 os diversos momentos operacionais necessários para ser implantada a prevenção ao abuso de drogas nas escolas.

Quadro 5- Dinâmica da Implantação da Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas



É importante destacar que, em passado recente – 1998, o Brasil elaborou nova legislação, estruturou o Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD), responsável pela criação da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), pelo Conselho Nacional Antidrogas (CONAD) e pela re-elaboração da nova Política Nacional sobre Drogas. Nestes tempos, têm sido realizados

eventos, publicações, portal na Internet, pesquisas, concurso entre estudantes, serviço de orientação, o que demonstra avanços nas políticas públicas de prevenção, tratamento e repressão ao abuso de drogas.

Entretanto, todas estas conquistas alcançaram pouco as escolas, os professores, a sala de aula, os alunos. A escola deve e pode fazer muito, mas não tudo. Há que se ter uma mobilização de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais. Acredito que somente uma vontade política a ser manifestada em ações concretas possa incrementar nos municípios medidas mais ágeis, versáteis e contextualizadas para tornar a prevenção ao abuso de drogas próxima às instituições escolares. É premente que a escola seja o lugar privilegiado para intervenções educacionais, instituindo cursos, seminários, debates e reciclagem para os educadores – professores, gerentes escolares, pessoal técnico-pedagógico e administrativo, famílias de estudantes.

Finalmente, a presente tese não pretende abranger todos os aspectos referentes às drogas e a prevenção, uma vez que foi construída dialeticamente a partir de questões concretas e específicas postas pela prática das participantes do Encontro Pedagógico sobre Prevenção ao Abuso de Drogas na Escola. Esta é uma limitação do estudo. O dinamismo dialético explica as transformações, mas não se esgota nelas. No entanto, espera-se que o processo vivenciado sirva de referência na busca de novas abordagens para práticas docentes. Embora a intervenção realizada tenha sido de curta duração, resultados encorajadores foram alcançados. Por esse motivo, é desejado que tais resultados possam abrir outras perspectivas de estudo em prevenção ao abuso de drogas na escola, de forma que a educação preventiva seja fortalecida como um dos alicerces de uma rede de proteção social.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Apresentação de citações em documentos**: NBR 10520 Rio de Janeiro: jul. 2001.

_____. **Referências – elaboração**: NBR 6023. Rio de Janeiro: ago. 2000.

_____. **Trabalhos acadêmicos – apresentação**: NBR 14724. Rio de Janeiro: jul. 2001.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary. **Drogas nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria do Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Sena, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Avaliação das ações de prevenção de DST/Aids e o uso indevido de drogas nas escolas de ensino fundamental e médio em capitais brasileiras**. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, Grupo Temático UNAIDS, UNDCP, 2001.

ALBUQUERQUE, Carlos Manuel de S.; OLIVEIRA, Cristina Paula F. **Saúde e doença: significações e perspectivas em mudança** [on-line]. Viseu: Instituto Superior Politécnico de Viseu, jan. 2002. Disponível em <<http://www.ipv.pt/Millennium25/25-27.htm>>. Acesso em 29 jun. 2003.

ALEMANY, Isabel Gomes; MAJÓS, Teresa Mauri; GIMÉNEZ, Enric Valls. A aprendizagem dos conteúdos escolares. In: SALVADOR, Cesar Coll et al. (Org.) **Psicologia do Ensino**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

ALVAREZ, Aparecida Magali. A resiliência e a história de vida de jovens moradores de rua: a família, os amigos, o sentido da vida. In: SCHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. T.; CASTELO BRANCO, Viviane. **Cadernos da juventude, saúde e desenvolvimento**. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, 1999. p. 109-116.

ANDRE, Marli Eliza D. A. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise dos dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**. [S. l.], v. 45, p. 66-71, maio 1983.

ANDRÉ, Simone Albehy; VICENTIN, Maria Cristina G. A droga, o adolescente e a escola. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 67-81.

AQUINO, Julio Groppa. (Org.). A escola e as novas demandas sociais: as drogas como tema transversal. In: _____. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 83-103.

ARANTES, Valério José. **Ação psicodramática em sala de aula**. 1993. 168p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 1993.

_____. Psicodrama e Psicopedagogia. In: SISTO, Fermino Fernandes et al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 248-62.

ARATANGY, Lídia Rosemberg. O desafio da prevenção. In: AQUINO, Júlio Groppa. **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 9-17.

AS DROGAS no mundo: balanço de nove regiões. **O Correio da UNESCO. O mosaico das drogas**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 3, p. 13-19, mar. 1982.

ASINELLI-LUZ, Araci. **Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidade**. São Paulo, 2000, 185 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

ASSIS, Orly Zucatto Mantovani. Estruturação do trabalho diário nas classes de PROEPRE. ASSIS, Múcio Camargo e ASSIS, Orly Zucatto Mantovani. In: **PROEPRE: fundamentos teóricos e prática pedagógica para educação infantil**. Campinas, SP: Graf. FE; IDB, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (ABEAD). **Programa de Valorização da vida**. Brasília, Mec, FNDE, 1990.

A UNESCO. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 9, p. 5, set.87.

AYRES, José Ricardo de C.M. **Vulnerabilidade e avaliação de ações preventivas: HIV e abuso de drogas entre adolescentes**. São Paulo: Casa de Edição, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRIENTOS, Grimaldo Rios. **Existe resiliência comunitária?**, jun. 1999. Disponível em: <http://ceprodep.org.pe/articulo3.htm>. Acesso em: 28 nov. 2003.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento: introdução à metodologia do planejamento social**. São Paulo: Editora Moraes, 1988.

BAUDRILLARD, Jean. A parte maldita. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 9, p. 8-9, set. 1987.

BISCAIA, Mário. Nota zero para a dependência. **Revista Querida**. [S.l.], p. 12-2, maio 1985.

BLUM, R. N. Risco e Resiliência: seminário para desenvolvimento de um programa. **Adolescência Latinoamericana**. [S.l.], ano 1, v. 1, p. 16-19, 1997.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. [S.l.], Porto Editora, 1998.

BORUCHOVITCH, Evely. O uso e o abuso de drogas na adolescência. In: SISTO, Fermino Fernandes et al. (Org.). **Leituras de Psicologia para formação de professores**. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. p. 192-204.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Conselho Nacional Antidrogas**, 2000. Disponível em: <http://www.senad.gov.br/comad>. Acesso em: 28 set. 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional Antidrogas. **Política Nacional Sobre Drogas**, out. 2005. Disponível em: <http://www.senad.gov.br/>. Acesso em: 01 nov. 2005.

BREILH, Jaime; GANDRA, Edmundo. **Saúde na sociedade: guia pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico**. São Paulo: Cortez: Instituto de Saúde; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989.

BRENELLI, Rosely. Piaget e a afetividade. In: SISTO, Fermino Fernandes et al. (Org.). **Leituras de Psicologia para formação de professores**. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. p. 105-16.

BUCHER, Richard. A abordagem preventiva. In: BUCHER, Richard (Org.). **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo: EPU, 1988. p. 55-67.

_____. A ética na prevenção. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, v. 1, n. 1, 1985. p. 385-98.

_____. Visão histórica e antropológica das drogas. In: FIGUEREDO, Regina Maria M. D. **Prevenção ao abuso de drogas em ações de saúde e educação**. [S.l.], NEPAIDS, 2002. não paginado.

BZUNECK, José Aloyseo. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo (Orgs.). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p.31.

CAMPBELL, R. J. **Psychiatric Dictionary**. 7a. ed. New York: Oxford University Press, 1996.

CARLINI-COTRIN, Beatriz. Drogas na escola: prevenção, tolerância e pluralidade. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998, p. 19-30.

CARLINI-COTRIN, Beatriz; PINSK, Ilana. Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.69, p. 48-52, 1989.

CARLINI, E. L. et al. **I Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil**. São Paulo: Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, 2002.

CARLINI, E. L. A.; CARLINI - COTRIN, Beatriz; SILVA FILHO, Armando Ramos. **Sugestões para um Programa de prevenção ao abuso de drogas no Brasil**. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, Departamento de Psicobiologia, Escola Paulista de Medicina, 1990.

CELIA, Salvador, SOUZA, Ronaldo Pagnoncelli de. Risco e resiliência. In: COSTA Maria da Conceição O; SOUZA, Ronaldo Pagnoncelli de (Org.). **Adolescência: aspectos clínicos e psicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p. 333-39.

COLL, Cesar et al. **Os conteúdos nas reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médica, 1998.

CRUZ, Amadeu Roselli. Ações preventivas ao abuso de drogas das diferentes disciplinas escolares. In: _____ (Org.) **Educação e prevenção do abuso de drogas**. Rio de Janeiro: Ed. Universidade Santa Úrsula, 1992. p 45-55.

_____. **Redução do espaço social do idoso por dependência física e psicológica ao abuso de drogas**. 1993. 252 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.

DELGADO, Carmem Eugenia Valverde. La resiliência em la educacion [on-line]. **Uma Revista Cultural Universidad Florêncio**, set. 2002. Disponível em: <http://www.uca.ac.cr/ucatedra/13.htm>. Acesso em: 28 set. 2003.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6^a ed. - São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.

DIAS, Carlos Amaral. A perspectiva psicossomática. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J.: **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 183-93.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3^a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

EDWARDS, Griffith. A toxicomania tem muitas faces. **O Correio da UNESCO. O mosaico das drogas**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 3, p. 11, mar. 1982.

_____. Educação Preventiva contra as drogas. **O Correio da UNESCO. O mosaico das drogas**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 3, p. 5-7, mar. 1982.

EDWARDS, Griffith; ARIF, Awni. Um problema em constante evolução. **O Correio da UNESCO. O mosaico das drogas**. Rio de Janeiro, ano 10, n. 3, p. 33-34, mar. 1982.

EGERT R., Ana Maria. Apego madre-hijo: no es amor a primera vista. **Resiliencia: temas emergentes**. [S.l.]. Disponível em: <http://www.resiliencia.cl/emergent/>. Acesso em: 30 set. 2003.

ENTRA em vigor o primeiro tratado internacional contra o tabagismo. UOL Últimas Notícias (AFP), 27/02/2005. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/afp>. Acesso em: 03 out. 2005.

FAGULHA, Teresa; DUARTE, Maria Eduarda, MIRANDA, Maria José. A "qualidade de vida": uma nova dimensão psicológica? **Psychologica**, [S.l.], v. 25, p. 5-17, 2000.

FERRAZ, Sônia Terra. **Cidades Saudáveis: uma urbanidade para 2000**. Brasília: Paralelo 15, 1999.

FONAGY, Peter. Persistencias transgeneracionales del apego: una nueva teoria. **Aperturas Psicoanalíticas, Revista de Psicoanálisis**, 13 mar. 2003. Disponível em: <http://www.aperturas.org/3fonagy.html>. Acesso em: 28 set. 2003.

FONSECA Marília Saldanha. Aquisição de Drogas: um estudo entre estudantes brasileiros. **Psico-USF**. Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, v.7, p. 147-56, jul./dez. 2002.

_____. Cultura da prevenção e formação de professores. **Revista Educação e Ensino - USF**, Bragança Paulista, SP: EDUSF, v. 6, n. 1, p. 25-30, jan./junho 2001.

FÓRUM NACIONAL ANTIDROGAS, 1, 1998, Brasília. **Relatório do I Fórum Nacional Antídrogas**. Brasília: SENAD, 1999.

FRAGILIDADE da vida: um futuro indicador de saúde? **RADIS: comunicação em saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Programa RADIS, n. 38, p. 28-9, out. 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FRIDERICH, Nicole. Aprender a viver. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 9, p. 5-6, set. 1987.

GANDRA, Maria Inês de Souza; FARIAS, Maria Aznar de. **A importância do apego no processo de desenvolvimento**, dec. 2002. Disponível em: <http://www.brasilpednews.org.br/dec2000/bnp0026.htm>. Acesso em: 29 set. 2003.

GALDURÓZ, José Carlos et al. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em dez capitais brasileiras**. São Paulo: Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, 1997.

GALDURÓZ, José Carlos F et al. **V Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes do ensino fundamental e médio 27 capitais brasileiras**. . São Paulo: Centro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID, Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, 2004.

GENNARO, Giuseppe. Contra a cultura da droga. **O Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, ano 15, no. 9, p. 10-7, set. 1998.

GOLDFARB, Luísa da Costa e Silva. Tabagismo: estudos em adolescentes e jovens. In: SCHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. T.; CASTELO BRANCO, Viviane. **Cadernos da juventude, saúde e desenvolvimento**. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, 1999. p. 162-72.

GONÇALVES, Elizabeth Costa. Alguns conceitos referentes à toxicomania. In: BUCHER, Richard (Org.). **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo: EPU, 1988. p. 55-67.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo: FSP/USP e APSP, v. 8, n. 1, p. 49-61, jan.-fev. 1999.

IASI, Mauro Luis. **O processo de consciência**, 1999. Disponível em: <www.pagina13.com.br/processodeconsciencia Mauroiasi.htm>. Acesso em: 29 jan. 2004.

Info Drogas. [on-line]. São Paulo: Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas.htm>>. Acesso em: 07 set. 2001.

INGOLD, R. La Dépendense. **Esprit**. p. 43. dez. 1980. apud MANDON, Daniel.. Perspectivas antropológicas da droga. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 230-42.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JOYCE-MONIZ, L.; REIS, Joaquim. Desenvolvimento e dialética de significações da doença e confronto em psicologia da saúde. **Psychologica**, [S.l.], v. 6, p. 105-27, 1991.

KAPLAN, Robert. M. Two phaway to prevention. **Journal of the American Psychological Association**, [S.l.], v. 55, n. 4, p. 382-96, apri 2000.

LESCHER, Auro Danny. Drogas etc. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 59-66.

LELOND, Marc. **A new perspective on the health of Canadians**. Ottawa: Minister of Nation Health and Welfare, 1974.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LORENCINI JR., Álvaro. Enfoque contextual das drogas: aspectos biológicos, culturais e educacionais. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998, p. 31-43.

LYONS, Albert S., PETRUCELLI II, R. Joseph. **História da Medicina.** São Paulo: Manole Ltda., 1997.

MAIN, Mary. The organized categorie of infant, child and adult attachment: flexible vs. inflexible attention under attachment-related stress. In: **Journal of the American Psychoanalytic Association**, [S.l.], v. 48, n. 4, p. 1055-1127, 2000.

MAITLAND, Roseane. **Prevenção começa cedo e nunca é cedo para começar:** o trabalho de prevenção usado no Head Start of Greater Dallas. Rio de Janeiro: Lions Club do Rio de Janeiro Cidade Maravilhosa, set. 1998.

MANDON, Daniel. Perspectivas antropológicas da droga. In: BERGERET, J.; LEBLANC, J. **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 230-242.

MARQUES, Luiz Fernando; DONEDA, Denise; SERAFIN, Denise. O uso indevido de drogas e a AIDS. In: SCHOR, Nélia; MOTA; Maria do Socorro F. T.; CASTELO BRANCO, Viviane. **Cadernos da juventude, saúde e desenvolvimento.** v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, 1999. p. 173-83.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjás. La escuela: un espacio de promoción de salud. **Psicologia Escolar e Educacional.** [S.l.] v. 1, n. 1, p. 19-24, 1996.

MARTINS, Pura Lúcia de Oliveira. **Didática Teórica / Didática Prática:** para além do confronto. São Paulo. Loyola, 1989.

MEIRELLES, João Alfredo Boni. O pluriverso da droga. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas.** São Paulo: Summus, 1998. p. 143-66.

MERCADO mundial das drogas, 2005. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/bbc/2005/06/29/ult236u3554.jhtm>. Acesso em: 26 jun. 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abraso, 1999.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC / SEF, 1997.

MORENO, Montserrat. Temas Transversais: um ensino voltado para o futuro. In: BUSQUETS et al. **Temas Transversais em educação**. São Paulo: Ática, 1997. p. 19-59.

MURAD, José Elias. Educação e prevenção ao abuso de drogas. **AMAE Educando**, n. 173, ano 18, agos. 85, p. 7-11.

NÓVOA, Antônio. Professor se forma na escola. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Abril, n. 142, maio 2001. Disponível em: http://revistaescola.abril.com.br/ed_anteriores/ed_anteriores_ed2001.shtml. Acesso em: 20 nov. 2005.

NOWLIS, H. A verdade sobre a droga. **A droga e a educação**. Paris: UNESCO, 1982.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança**: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

PREVENÇÃO, Educação e Drogas - **PEDDRO. UNESCO**, 1994?. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/educprog/pead/SP/DRUGSP/PEDDRO/PeddroSP.htm>. Acesso em: 01 maio 2003.

PROMOÇÃO da saúde. Qualidade de vida. **TEMA - Cidades Saudáveis**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Programa RADIS, n. 19, p. 12-3, maio 2000.

OLIVEIRA, Edyla Maria L. P. Drogas e seus efeitos. In: BUCHER, Richard (Org.). **As drogas e a vida**: uma abordagem biopsicossocial. São Paulo: EPU, 1988. p. 15-23.

OLIVEIRA, Gislene de Campos. Autoconceito do adolescente. In: SISTO, Fermino Fernandes et al. (Org.). **Leituras de Psicologia para formação de professores**. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. p. 58-69.

OLIVENSEIN, Claude. Toxicômano e sua infância. In: BERGERET, J.; LEBLANC J. **Toxicomanias**: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 79-90.

RODRIGUES, Rosicler Martins. A prevenção ao uso de drogas. **Revista Ensino e Ciências**, [S.l.] n. 24, ano 3, p. 13-9, 1993.

ROUQUAYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia & Saúde**. Fortaleza: UNIFOR, 1983.

SALLES, Leila Maria Ferreira. As drogas e o aluno adolescente. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 123-42.

SANCHES GAMBOA, Silvio. A dialética na pesquisa em Educação: elementos do contexto. In: FAZENDA Ivani (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 6^a. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 93-115.

SANCHES, Z. M.; NAPPO, S. A. Progression on drug use and its intervening factors among crack users. **Revista Saúde Pública**, n. 36, ano 4, 461-71, 2004.

SANDELOWSKI, Margarete. Sample Size in Qualitative Research. **Res Nurs Health**, 18 (2): 179-183, 1995 apud TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 361.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: construção e reconstrução do Conhecimento**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1995.

SANTOS, Rosa Maria Silveira. **Prevenção de drogas na escola: uma abordagem psicodramática**. 4^a. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SANTOS, Vera Lopes; SANTOS, Cledy Eliana. Adolescentes, jovens e AIDS no Brasil. In: SCHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. T.; CASTELO BRANCO, Viviane. **Cadernos da juventude, saúde e desenvolvimento**. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas Públicas, 1999. p. 213-22.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 31^a. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1977.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista Saúde Pública**, [S.l.], v. 31, n. 5, p. 538-42, 1997.

SILBER, Tomás José; SOUZA, Ronald Pagnoncelli. Uso e abuso de drogas na adolescência: o que se deve saber e o que se pode fazer. **Adolescência Latinoamericana**. [S.l.] 1414, 7130, p.148-62, 1998.

SIMÕES, Regina. (Qual) Idade de Vida na (Qual) Idade de Vida. In: MOREIRA, Wagner Wey (Org.). **Qualidade de Vida: complexidade e educação**. Campinas, SP: Papirus, 2001. p. 169-90.

TEUSEAU, Didier. A perspectiva farmacológica. BERGERET, J.; LEBLANC J. **Toxicomanias: uma visão multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 19-52.

THUERLER, Mônica Gather. **Inovar no interior da escola**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

TOZZI, Devanil, BOUER, Jairo. Prevenção também se ensina? In: AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Drogas na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. p. 105-21.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

TUTUGUI, Márcia Laudini. Visão histórica e antropológica do consumo de drogas. In: BUCHER, Richard (Org.). **As drogas e a vida: uma abordagem biopsicossocial**. São Paulo: EPU, 1988. p. 1-7.

URQUIJO, S.; SISTO, F. F. Personalidade. In: SISTO, F. F. et al. (Orgs). **Leituras de Psicologia para formação de professores**. Petrópolis, RJ; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998.

VIZZOLTO, Maria Salete. **A droga: a escola e a prevenção**. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

WORD HEALTH ORGANIZATION. **Priority research for health for all**. Copenhagen: WHO, 1998.

ZOMIGNANI, Maurício de Araújo. Invulnerável, não: resiliente. **Viver Psicologia**. [S.l.], Seguimento, ano XI, n. 116, p. 30-31, set. 2002.

GLOSSÁRIO¹

Abstinência: deixar de fazer uso de algum produto ou substância de que fazia com frequência.

Abuso de droga: distingue-se do simples uso, na medida em que o abuso é uma modalidade de uso que ocasiona problemas. Uso anormal, exagerado de drogas.

Alcoolistas: são pessoas que fazem consumo abusivo do álcool e apresentam uma desordem que pode ser definida em termos clínicos e que requer um regime de tratamento.

Alucinógenos: substâncias psicoativas cujo uso se justifica pela capacidade que têm em produzir alucinações visuais ou auditivas. A maioria é vegetal como o cogumelo Mescalina ou alcalóides extraídos dos mesmos como o LSD.

Anticolinérgicos: são substâncias classificadas como perturbadoras do SNC, e que, se consumidas em doses elevadas, provocam delírios e alucinações.

Anfetamina: estimulante sintético que pode ser inalado, fumado ou injetado. Acarreta dependência, e, em caso de abuso, gera problemas cardíacos, agressividade, paranóia e ansiedade.

Cocaína: alcalóide extraído da coca. Pó branco, solúvel em água e no álcool. Pode ser fumada, inalada ou injetada. Derivado da cocaína: *crack*, em forma de pedra que se volatiliza quando aquecida, *merla* em pasta de cocaína que pode ser fumada, *basukos* pasta com impurezas tóxicas, um produto grosseiro fumado em forma de cigarros.

Depressor: o que deprime o organismo.

¹ O Glossário foi construído a partir da terminologia empregada nas publicações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde do Brasil, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID). Além das Organizações, pesquisou-se termos usados por Abramovay e Castro (2002); Galduróz et al. (2004); Oliveira (1988); Teuzeau (1991); Vizzolto (1988).

Droga: qualquer entidade química ou mistura de entidades (mas outras que não aquelas necessárias à manutenção da saúde como, a água e o oxigênio) que altera a função biológica e possivelmente sua estrutura (OMC, 1988).

Droga ilícita: droga de uso não permitido por lei, ilegal.

Droga lícita: droga de uso permitido por lei, legal.

Droga psicoativa: droga que altera comportamento, humor e cognição afetando o SNC (OMC, 1988).

Droga psicotrópica: droga que age no SNC possuindo grande propriedade reforçadora, sendo passíveis de auto-administração, uso sancionado pela medicina (OMC, 1988).

Droga sintética: fabricada a partir de precursores químicos.

Entorpecente: droga que provoca torpor.

Escalada: quando uma pessoa passa de uma droga mais “leve” para uma mais “pesada”, ou quando com uma mesma droga o consumo torna-se mais intenso.

Exposição às drogas: somatório das pessoas que consomem drogas.

Ecstasy (êxtase): uma anfetamina, a metilenodioximetanfetamina (MDMA), encontrado em forma de comprimido.

Fármaco: substância natural ou sintética que dá origem a medicamentos.

Farmacodependência: interação entre um organismo vivo e um fármaco que se caracteriza por modificações no SNC e que leve à dependência.

Ganja: nome da *cannabis*, na América Central.

Heroína: narcótico semi-sintético derivado da morfina, que por sua vez, é derivada do ópio.

Ice: uma anfetamina – metanfetamina, que se fuma em cachimbos.

Maconha: designação brasileira para a *cannabis*. Planta herbácea que cresce em várias partes do globo, em suas folhas e topos floridos encontra-se a substância ativa THC Delta 9-Tetrahydrocannabinol. Provoca efeitos alucinógenos.

Marijuana: nome da *cannabis* nos Estados Unidos.

Metadona: opiáceo sintético de ação farmacológica, antipsicótica e antidepressiva. Usada no tratamento de dependentes de heroína.

Narcótico: substância que provoca perda de consciência, narcose. São os principais: ópio, morfina, heroína, metadona e codeína.

Não - usuário: pessoa que nunca fez uso de drogas.

Ópio: consumo que apresenta alto potencial para levar à dependência. É o suco extraído da cápsula da papoula, que secado e pulverizado dá origem ao pó. O ópio possui mais de vinte alcalóides, os mais importantes são a morfina, a codeína e a papaverina. A tolerância cria-se rapidamente. Apresenta crise de abstinência.

Orexígeno: substância estimuladora do apetite.

Overdose: quantidade de substância absorvida suficientemente para causar a morte de um indivíduo.

Poliusuário: pessoa que utiliza combinações de várias drogas simultaneamente, ou dentro de um período curto de tempo, ainda que tenha predileção por determinada droga.

Primeiro uso: média de idade de iniciação.

Redução de danos – RD: controle dos efeitos adicionais adversos de qualquer substância psicoativa, em especial, das conseqüências decorrentes de drogas ilícitas.

Síndrome da abstinência: série de alterações físicas causadas pela falta da droga no organismo.

Speed: anfetamina administrada por via intravenosa, uma das a formas mais perigosa de consumo.

Tipos de uso: *uso na vida*, uso de droga pelo menos uma vez na vida; *uso no ano*, uso droga (s) pelo menos uma vez nos últimos doze meses; *uso no mês*, uso da droga (s) pelo menos nos últimos trinta dias; *uso freqüente*, uso de droga (s) seis ou mais vezes nos últimos trinta dias; *uso prejudicial, de risco*, padrão de uso ocasional, repetido ou persistente que implica alto risco de dano futuro à saúde física ou mental do usuário, mas que ainda não resultou em significantes efeitos mórbidos orgânicos ou psicológicos; *uso pesado*, padrão de uso que já causa dano à saúde, físico e / ou mental.

Tolerância: quando o organismo se acostuma com a droga e passa a exigir doses maiores para conseguir os mesmos efeitos.

Tóxico: qualquer substância natural ou não que ao ser absorvida provoca malefícios no organismo.

Toxicomania: estado de intoxicação periódica ou crônica determinado pelo uso de psicotrópicos em que há um desejo ou necessidade de consumir drogas e que traz prejuízos a o indivíduo e a sociedade.

Usuário leve: utilizou droga (s), mas, no último mês o consumo não foi diário ou mensal.

Usuário moderado: utilizou drogas semanalmente, mas não diariamente, no último mês.

Usuário pesado: utilizou drogas diariamente no último mês.

APÊNDICES

COMPONENTES ESTRUTURAIS DO PLANO, PROGRAMA, PROJETO

PLANO

1. **Dados de identificação:** Equipe responsável
2. **Justificativa:** Síntese dos fatos e necessidades que motivam o plano
3. **Objetivos e Metas:** Objetivos⇒ Formulação precisa e clara. Montagem de um quadro ordenado, por itens, das mudanças a serem operadas quanto: à expansão de diferentes programas, estrutura e conteúdo dos mesmos. Metas⇒ objetivos quantificados quanto ao espaço, tempo e volume. Montagem de um quadro cronológico das metas a alcançar ao término do período. Deve haver coerência entre objetivos e metas propostas
4. **Pessoal envolvido:** Adequada distribuição de profissionais, quantitativa e qualitativamente, necessária para a operacionalização do plano. Distribuição das responsabilidades de execução e de avaliação.
5. **Recursos físicos, legais e financeiros:** Previsão dos recursos materiais e instrumentos legais indispensáveis para a realização do plano. Previsão do volume e a composição de gastos para todo período e para cada fase. Especificação das fontes e modalidades de financiamento.

PROGRAMA

1. **Dados de identificação:** Equipe responsável.
2. **Justificativa:** Síntese de informações sobre contexto educacional.
3. **Objetivos:** Elaboração de objetivos gerais coerentes com os objetivos do plano.
4. **Estratégias de ação:** Determinação e formulação:
 - da dinâmica de trabalho a ser adotada para a implantação do programa,
 - das estratégias de sensibilização e conscientização para mobilizar os profissionais,
 - dos projetos que comporão o programa, incluindo a apresentação sumária de objetivos e ações,
 - das funções consignadas às escolas, aos órgãos e / ou serviços ligados ao programa, com responsabilidades em sua execução.
5. **Pessoal envolvido:** Relação dos profissionais que devem participar do programa.
6. **Recursos:** Explicitação dos recursos materiais, financeiros e administrativos necessários.

PROJETO

TÍTULO

1. O quê? **O objeto de estudo.** Uma descrição precisa do projeto.
2. Onde? **O local.** A instituição, a escola, a sala de aula, etc.
3. Para quê? **Os objetivos.** A determinação dos resultados a serem alcançados. O que se deseja obter com o projeto.
4. O por quê? **A justificativa.** A definição da situação-problema, as razões e motivos que justificam o projeto.
5. Como? **As estratégias de ação.** A organização e a direção das situações para que sejam alcançados os objetivos propostos.
6. Com quê? **Os recursos.** A definição recursos materiais e financeiros necessários para desenvolver o projeto.
7. Com quem? **As pessoas.** A população envolvida no projeto.
8. Quando? **O cronograma.** Distribuição do tempo necessário para diversas etapas do projeto.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**agosto
2004**

Prezado (a) professor (a)

Sou pedagoga e participo, como aluna, do Programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. Em função de minha tese preciso fazer uma pesquisa de campo cujo objetivo é implementar uma metodologia que promova reflexões sobre as práticas educativas na prevenção do abuso de drogas na escola. O estudo apresenta como proposta o Encontro Pedagógico para a realização de um trabalho conjunto entre pesquisadora e professores (as) e, que se caracterize pela articulação íntima com a realidade das escolas. A metodologia fundamenta-se em três linhas de ação, a saber: 1) descrição e explicação da prática pedagógica atual dos professores participantes, 2) aprofundamento teórico; 3) elaboração de novas propostas.

Para dar continuidade a este trabalho necessito da sua colaboração, autorizando sua participação na pesquisa. Cabe ressaltar que o (a) participante...

...deve obter todas as informações para poder decidir sobre seu consentimento em participar do estudo,

...deve aderir voluntariamente à proposta, sendo livre para interromper sua participação, a qualquer momento,

...tem sua identidade protegida, quer em material escrito, quer em relato verbal,

...deve estar ciente que os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos do trabalho, expostos acima, incluída sua publicação em literatura científica especializada,

...pode entrar em contato com a responsável pelo estudo, sempre que julgar necessário.

⇒ Pesquisadora responsável: Marília Saldanha da Fonseca,

Telefax: (0xx19) 3237-9286 e-mail: mariliasf@uol.com.br

O termo de consentimento é feito em duas vias, sendo que uma permanece em poder do (a) participante e outra com a pesquisadora responsável.

Campinas, 02 de agosto de 2004

Marília Saldanha da Fonseca

Eu, _____,

abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar da como voluntário (a) da pesquisa supra-citada, sob a responsabilidade de Marília Saldanha da Fonseca do Programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

02 de agosto de 2004

✂ _____

Eu, _____,

abaixo assinado, dou meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa supra-citada, sob a responsabilidade de Marília Saldanha da Fonseca do Programa de Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP.

02 de agosto de 2004

<p style="text-align: center;">ENCONTRO PEDAGÓGICO sobre PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NAS ESCOLAS</p>

Prof.a MARÍLIA SALDANHA DA FONSECA

QUESTIONÁRIO I

Prezada professora:

Para a realização deste estudo necessito de sua colaboração. Se você estiver de acordo, solicito que responda às questões abaixo. Não é necessária sua identificação.

O que você entende por prevenção ao abuso de drogas?

Você acha que ações educativas podem prevenir o abuso de drogas?

Na sua opinião, as escolas devem desenvolver ações preventivas ao abuso de drogas? Como?

Como você vê a prevenção na sua escola? Quais as dificuldades encontradas?

**ENCONTRO PEDAGÓGICO sobre
PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS NAS ESCOLAS**agosto
2004

Prof.a MARÍLIA SALDANHA DA FONSECA

QUESTIONÁRIO II

Prezada professora:

Estamos encerrando este Encontro. Para verificar a eficácia e a efetividade do mesmo, necessito de sua colaboração. Se você estiver de acordo, solicito que responda às questões abaixo. Não é necessária sua identificação.

As escolas devem desenvolver as ações preventivas ao abuso de drogas? Como?

Dê algumas propostas de ações concretas que possam ser implementadas.

Como fazer intervenções pedagógicas em sala de aula?

Como você pode, dentro de sua atividade específica, desenvolver um trabalho de prevenção?

Finalmente:

O que representou este Encontro para seu avanço pessoal e profissional?